UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARÃES

A HISTÓRIA DE UM INTELECTUAL ORGÂNICO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: MANOEL DO CARMO E A CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ-PA

BELÉM/PA

2017

MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARÃES

A HISTÓRIA DE UM INTELECTUAL ORGÂNICO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: MANOEL DO CARMO E A CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ-PA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação, do Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Pesquisa, Educação, Cultura e Sociedade, para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof.ª Dr.ª Sônia Maria da Silva Araújo.

BELÉM/PA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Ciências da Educação (ICED / UFPA)

G963h Guimarães, Maria do Socorro da Silva.

A história de um intelectual orgânico em defesa da educação na Amazônia : Manoel do Carmo e a Casa Familiar Rural de Gurupá - PA / Maria do Socorro da Silva Guimarães ; orientação Sônia Maria da Silva Araújo. – Belém, 2017.

155 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

1. Educação – Gurupá (PA) – História. 2. Movimentos sociais – Gurupá (PA). 3. Carmo, Manoel do, 1955-. 4. Casa Familiar Rural de Gurupá. I. Araújo, Sônia Maria da Silva (orient.). II. Título.

CDD 22. ed. – 370.98115

MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARÃES

A HISTÓRIA DE UM INTELECTUAL ORGÂNICO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: MANOEL DO CARMO E A CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ-PA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação, do Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará, na Linha de Pesquisa, Educação, Cultura e Sociedade, para obtenção do Título de Mestre em Educação, sob a Orientação da Prof.ª Dr.ª Sônia Maria da Silva Araújo.

Data da Aprovação: 22 de fevereiro de 2017

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Sônia Maria da Silva Araújo (Orientadora – PPGED/ICED/UFPA)

_____

Profª. Drª. Ivanilde Apoluceno de Oliveira (Examinadora Externa – PPGED/ UEPA)

_____

Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage (Examinador Interno – PPGED/ ICED/UFPA)

À Associação das Famílias da Casa Familiar de Gurupá.

Ao Manoel do Carmo de Jesus Pena.

AGRADECIMENTOS

Certamente, no percurso da caminhada da vida, deparei-me com muitas pessoas especiais por suas belíssimas histórias de luta e conquistas! Especialmente nesta minha caminhada acadêmica, agradeço:

A Deus e Nossa Senhora, pelas conquistas!

Faltam-me as palavras adequadas para agradecer às pessoas que conheci e que hoje fazem parte do meu livro de vida, entre as quais, a minha queridíssima mãe, Maria das Graças, que sempre acreditou em suas filhas e nos fez acreditar que o melhor caminho para se conseguir um futuro melhor seria através dos estudos, da formação.

Agradeço as minhas amadas irmãs: Maria do Carmo, Maria de Fátima, Marluce e Maria de Nazaré, das quais muito me orgulho por elas serem, em minha vida, um presente de Deus!

Agradeço imensamente a pessoas que conheci durante a graduação e dos grupos de pesquisa, pois, certamente, essas pessoas foram fundamentais para eu estar vivenciado este inesquecível momento: o Mestrado!

Agradeço ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo (GEPERUAZ), que me fez refletir sobre a realidade educacional do meu Estado, Pará, e sobre as diversidades de sujeitos que neste estado vivem! Lembro carinhosamente dos primeiros membros do grupo, e os tenho como grandes exemplos: Prof. Salomão Hage, Natalina, Profª. Georgina, Profª Jaqueline Freire, Sérgio Corrêa, Oscar, Adalcilena, Ana Claudia, Luciane, Fabrila, Fabiola, Gizele e Micheli.

Agradeço ao programa EDUCAmazônia: construindo ações inclusivas e multiculturais no campo, composto por membros da UFPA, UEPA e Museu Paraense Emílio Goeldi, programa que me proporcionou a primeira oportunidade em ser bolsista.

Aos amigos do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP) da Universidade do Estado do Pará, que conheci através do EDUCAmazônia: Profª Ivanilde Apoluceno, João Colares, Adriane Lima, Kássia, Elisangela, Sabrina e Maria.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Constituição do Sujeito, Cultura e Educação (ECOS), do Instituto de Ciências da Educação- ICED/UFPA, pelo acolhimento.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa José Veríssimo e o Pensamento Educacional Latino Americano, coordenado por minha querida orientadora Professora Drª. Sônia Maria da Silva Araújo, sempre atenciosa e dedicada. Obrigada por fazer parte de um momento tão esperado

da minha vida, o mestrado! Obrigada por me apresentar novos teóricos e por contribuir com o meu processo de formação, possibilitando-me enxergar, além das teorias, questões não só do Pará, mas da nossa Amarica Latina! Integrar esse grupo me possibilitou reencontrar velhos amigos como: Natalina, João Colares, Adriane Lima e a fazer novas amizades: Larissa, Waléria, Carmeci, Carol, Adriana, Geovane Belo, Benedito, Fernando, Ana Maria, Nonato, Pablo.

Agradeço à Professora Ivanilde Apoluceno e ao Professor Salomão, pela contribuição e avaliação da Dissertação.

Agradeço à Casa Familiar Rural de Gurupá e**,** de um modo geral**,** aos gurupaenses, que tanto me ensinaram sobre os saberes da Amazônia! São pessoas que dão exemplo de generosidade, de companheirismo, de organização social! Grandes Mestres da vida, muito obrigada!

Agradeço a todas as Famílias da Associação da Casa Familiar de Gurupá (CFR), sempre muito preocupadas com a formação de seus filhos!

A todos os ex-alunos das cinco turmas do ensino fundamental e das dez turmas do ensino médio, junto aos quais, eu aprendi e ensinei. Tenho muito orgulho de ter contribuído com a formação desses alunos!

A todos que fizeram parte do Conselho Administrativo Nossos Chefes, sempre muito preocupados com o dia a dia da CFR, financeiramente, pedagogicamente e humanamente!

Aos monitores com quem eu convivi na CFR, porque sei que cada um "vestia a camisa" do projeto e se doava exaustivamente nas semanas de Alternância: Josimar, Luiz, Valeria, Gabriela, Vitor, Denissom, Klilton, Cilene, Fabio, Alaércio, Mateus, Marlon, Ricardo e Arlene.

Agradeço à direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gurupá, cuja maioria é formada por ex-alunos da CFR, por ter herdado e propagado a luta em prol do coletivo de agricultores familiares do município.

Agradeço em especial a algumas famílias e amigos (as) de Gurupá. Nunca vou esquecer a generosidade dos Senhores (as): João e Nazaré, Manoel do Carmo e Luiza, Benjamim, Hermes, Edgar e Izabel, Alaércio e Marly, Milton e Raimunda, Junior e Edna, Mateus e Maiara, Vitória, Maria Brito, Olinda, Sandrinha, Marcilene, Marcelo, Klinton, Marlon.

Agradeço aos meus grandes amigos do período em que trabalhei na CFR! Amigos de luta os quais vou levar para a vida toda: Josimar, Luiz, Valeria, Nere, Eliana, Keila, Gabriela, Vitor, Denisson, Fábio Santos, Alaércio e Mateus.

Agradeço imensamente ao Manoel do Carmo, por aceitar participar da pesquisa e pelos diálogos.

Agradeço ao Leônidas Martins, um grande amigo, por ser sempre muito atencioso, desde a graduação quando iniciei na pesquisa como bolsista e, principalmente, quando trabalhei na Casa Familiar Rural de Gurupá.

Agradeço aos amigos que conheci durante o mestrado, aos colegas de curso, aos professores, equipe da secretaria da pós-graduação do ICED/UFPA.

Agradeço a todos aqueles que doaram algum tempo de sua vida, esclarecendo alguma dúvida durante o mestrado!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa de estudo.

Muito obrigada a todos que de alguma forma me possibilitaram acreditar na educação transformadora!

Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda vossa força (GRAMSCI, 1919, p. 01).

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de investigação a história de vida de Manoel do Carmo e sua relação com a história de educação da Casa Familiar Rural de Gurupá do Município de Gurupá – PA. Objetiva-se de modo geral, analisar, por meio de história oral de vida e história oral temática, práticas em defesa da Educação realizadas por Manoel do Carmo, integrante dos movimentos sociais de Gurupá, Marajó, Pará. A finalidade foi compreender seus sentidos político e pedagógico no contexto da Região Amazônica. Como objetivo específico, pretendemos: 1) Entender o lugar da educação na história dos movimentos sociais na Amazônia; 2) Investigar o papel de Manoel do Carmo em defesa da educação e construir a história de vida de Manoel do Carmo; 3) Descrever as práticas de Manoel do Carmo em defesa da educação; e 4) Analisar os resultados dessas práticas para identificar seus sentidos político e pedagógico. A pesquisa foi norteada pelas seguintes questões: 1) Quais as contribuições dos movimentos sociais do campo para o avanço da educação na Amazônia? 2) Como a história de vida de um intelectual orgânico dos movimentos sociais na Amazônia se articula com a educação? 3) Em que medida a história de vida de Manoel do Carmo, membro dos movimentos sociais, se articula com a própria história da Amazônia e explica os avanços da educação na região? Teoricamente, o estudo se pautou na concepção de intelectual orgânico segundo Gramsci, na Nova História, História Vista de Baixo. Metodologicamente, trabalhamos com Memória, História Oral de Vida e História Oral temática. Utilizamos como fontes: documentos recolhidos no município de Gurupá, dados de um memorial escrito por Manoel do Carmo e dados de entrevistas semiestruturadas. Após a análise, foi possível constatar que a vida de Manoel do Carmo está indelevelmente articulada às lutas sociais do Município de Gurupá, vinculadas aos trabalhadores do campo. A estrutura social de Gurupá, com suas instituições econômicas e políticas, conformada a partir do fim da Ditadura Militar não pode ser pensada sem a importante atuação de Manoel do Carmo. Ele é protagonista, em particular, da organização escolar e oportunidades educacionais dos jovens do campo de Gurupá.

Palavras-chave: Intelectual Orgânico, Movimento Social, Educação.

ABSTRACT

This dissertation investigates Manoel do Carmo 's life history and its relation with the education history of the Gurupá Rural Family House of the Municipality of Gurupá - PA. The objective is to analyze, through oral history of life and oral history, practices in defense of Education carried out by Manoel do Carmo, a member of the social movements of Gurupá, Marajó, Pará, to understand their political and pedagogical senses In the context of the Amazon Region. As a specific objective, we aim to: 1) Understand the place of education in the history of social movements in the Amazon. 2) Investigate the role of Manoel do Carmo in defense of education and build the life story of Manoel do Carmo. 3) Describe the practices of Manoel do Carmo in defense of education. 4) Analyze the results of these practices to identify their political and pedagogical senses. The questions that guided the investigation are: 1) What are the contributions of rural social movements to the advancement of education in the Amazon? 2) How does the life story of an organic intellectual of social movements in the Amazon articulate with education? 3) To what extent does the life history of Manoel do Carmo, a member of the social movements, articulate with the history of the Amazon and explain the progress of education in the region? Theoretically, the study is based on the conception of organic intellectual according to Gramsci, in the New History, History Vista de Baixo. Methodologically, we work with Memory, Oral History of Life and Oral History. We used as sources: documents collected in the municipality of Gurupá, data from a memorial written by Manoel do Carmo and data from semi-structured interviews. It was possible to verify that the life of Manoel do Carmo is indelibly articulated to the social struggles of the Municipality of Gurupá, linked to the workers of the field. The social structure of Gurupá, with its economic and political institutions, conformed from the end of the Military Dictatorship can not be thought without the important performance of Manoel do Carmo. He is the protagonist, in particular, of the school organization and educational opportunities of young people in the Gurupá camp.

Keywords: Organic Intellectual, Social Movement, Education.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1	Prática de comércio às margens da cidade de Gurupá, século XX	59
FOTO 2	Imagem dos pais e avô materno de Manoel do Carmo	63
FOTO 3	Casa ribeirinha do município de Gurupá no início do século XX	66
FOTOS 4-5	Ocupação do sindicado pelos Trabalhadores rurais	100
FOTO 6	Barco paroquial "Livramento", símbolo da luta sindical do campo em Gurupá	101
FOTOS 7-8	Seminário dos "Trabalhadores rurais em busca de alternativa", em 1989	105
FOTO 9	Manoel do Carmo em reunião do STR	116
FOTO 10	Manoel do Carmo palestrando no IX Congresso do STTR em comemoração aos 30 anos de luta sindical	116
FOTOS 11	Mutirões para a construção das instalações da CFR	122
FOTOS 12	Mutirões para a construção das instalações da CFR	123
FOTO 13	Instalação da antiga da CFR	124
FOTO 14	Instalação da atual CFR.	124
FOTOS 15-16	Manoel do Carmo na reunião participativa da comunidade do Marioní, ano de 2010	127
FOTOS 17-18-19-20	Alunos da CFR de Gurupá em atividades práticas	128
FOTO 21	Manoel do Carmo palestrando e avaliando a apresentação dos PPVs dos alunos da 5ª turma do Ensino Médio, ano de 2010	130
FOTOS 22-23	Formatura da 1ª e 2ª turmas do Ensino Fundamental da CFR, ano de 2003	135
FOTOS 24-25	Formatura das 5 turmas de Ensino Médio Integrado em Agroecologia da CFR de Gurupá, ano de 2010	136

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	Manoel do Carmo: linha do tempo	56
IMAGEM 2	Carteira escolar de 1º Grau. 3ª Etapa do supletivo. SESI de Altamira	75
IMAGEM 3	Certificado de Conclusão do 1º Grau, Altamira, 1980	76
IMAGEM 4	Caderneta escolar. Curso Básico, 1ª série, Altamira, 1981	76
IMAGEM 5	Certificado de Conclusão do 2º Grau, Supletivo, Amazonas, 1982	78
IMAGEM 6	Carteira do curso de Teologia, Seminário São Pio X em Santarém, 1985	84
IMAGEM 7	Esquema feito por Manoel do Carmo durante entrevista (2016)	94
IMAGEM 8	Membros da Chapa 2, chapa de oposição da luta sindical de 1986	97
IMAGEM 9	Bandeira do Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Gurupá	98
IMAGEM 10	Lugar de Manoel do Carmo no movimento social	108
IMAGEM 11	Diploma de Vereador	109
IMAGEM 12	Carteira da presidência do Sindicato dos Trabalhares Rurais de Gurupá	111
IMAGEM 13	Certificado de Credenciamento da CFR	134

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Linha de pesquisa "movimentos sociais e educação" em programas de pós-graduação de universidades federais, por região	29
TABELA 2	Número de trabalhos defendidos sobre movimentos sociais e educação, por região e programas	30
TABELA 3	Teses e dissertações defendidas na Universidade Federal do Pará – UFPA, região Norte	31
TABELA 4	Teses e dissertações defendidas na Universidade Federal do Ceará – UFC, Região Nordeste	35
TABELA 5	Teses e dissertações defendidas na Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, Região Cento Oeste	37
TABELA 6	Teses e dissertações defendidas na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Região Centro Sul	38
TABELA 7	Teses e dissertações defendidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Região Sul	39
TABELA 8	Demonstrativo de votação na eleição do STR, ano 1986	103
TABELA 9	Alunos matriculados e concluintes, por turma e ano. (Ensino Fundamental)	131
TABELA 10	Alunos matriculados e concluintes, por turma e ano. (Ensino Médio)	133

LISTA DE SIGLAS

CFR	Casa Familiar Rural
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FASE	Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional
ICED	Instituto de Ciência da Educação
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RESEX	Reserva Extrativista
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	**SEÇÃO I - INTRODUÇÃO**.....	17
2	**SEÇÃO II - FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA**.....	28
2.1	Revisão Bibliográfica: Dissertações e Teses sobre movimentos sociais.....	28
2.2	A História Vista de Baixo: nova forma de pensar e escrever a História.....	40
2.3	Memória e História Oral	45
2.4	Lócus da Pesquisa: Município de Gurupá.....	52
3	**SEÇÃO III - MANOEL DO CARMO E A ECONOMIA DA BORRACHA NA AMAZÔNIA**	55
3.1	A chegada dos patrões em Gurupá.....	56
3.2	A Família.....	61
4	**SEÇÃO IV - MANOEL DO CARMO E SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA E POLÍTICA**	68
4.1	Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Teologia da Libertação	68
4.2	Formação nos seminários.....	73
4.2.1	Seminário de Altamira e o início dos estudos.....	75
4.2.2	O Seminário São Pio X de Santarém: uma escola para os movimentos sociais.....	78
4.3	Abertura política no Brasil, criação dos partidos políticos e fechamento do seminário.....	82
5	**SEÇÃO V - MANOEL DO CARMO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM GURUPÁ**	87
5.1	O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá.....	87
5.2	O Empate.....	89
5.3	Sindicato dos Trabalhadores Rurais na década de 1970.....	90
5.4	Luta sindical na década de 1980.....	94
5.5	Novos desafios: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).	107
5.6	Os Congressos do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gurupá.....	110
6	**SEÇÃO VI - MANOEL DO CARMO E CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ**	119
6.1	A Casa Familiar de Rural de Gurupá e a educação de jovens.....	119
6.2	O funcionamento da CFR e o atendimento escolar.....	124
7.	**SEÇÃO VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS**	140
	FONTES.....	144
	REFERÊNCIAS	145
	ANEXO.....	155
	Termo de Autorização	

SEÇÃO I - INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa as lutas e conquistas de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da Educação na Amazônia, Pará, Marajó, Gurupá. O trabalho apresenta e analisa experiências no campo da educação na região a partir da vida desse intelectual: Manoel do Carmo.

As experiências vivenciadas por Manoel do Carmo fazem-nos lembrar de um pensamento de Freire que diz que somos seres inconclusos, incompletos e inacabados! Esse autor ressalta sobre a importância de se ser mais consciente desse fato, pois a consciência do inacabamento contribui para o processo constante de reflexão e a busca do novo. É nessa lógica e consciente de que as experiências vivenciadas por Manoel do Carmo permitem à região de Gurupá, no Marajó, dar passos importantes.

A análise do objeto desta dissertação tem como proposta avançar para o aprofundamento teórico-prático num processo dialético, de modo que possa dar origem a novas indagações, novos porquês e novas buscas em relação aos avanços do campo educacional na Amazônia. Tal propósito decorre de nossa própria experiência com a educação do campo em Gurupá, na qual Manoel do Carmo é percebido como grande protagonista, assim também a trabalhos desenvolvidos por mim nesse lugar.

As nossas primeiras indagações iniciaram durante o curso de Pedagogia (2003 a 2007), na Universidade Federal do Pará – UFPA, precisamente a partir de uma aula da disciplina Prática Pedagógica, no ano de 2004, quando a professora Georgina Kalife socializou a história de Paulo Freire e o livro Pedagogia da Autonomia em suas aulas. A partir de então, passei a admirar a história de Freire e o livro como um verdadeiro instrumento de reflexão. Desde então, procurei me aproximar de pessoas que comungavam das ideias apresentadas por Paulo Freire.

Em 2005, tive a oportunidade de aprofundar meus estudos como bolsista do projeto "EDUCAmazônia[1]: construindo ações inclusivas e multiculturais no campo". Posteriormente, de 2006 a 2007, participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC/CNPq, com o Plano de Trabalho: "Pedagogia da Alternância[2]: desafios para a

[1] Projeto desenvolvido pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo GEPERUAZ, em conjunto com outras entidades e instituições que participam do Fórum Paraense de Educação do Campo, com a Universidade Estadual do Pará- UEPA, SEDUC e o Museu Paraense Emílio Goeldi. O projeto era financiado pela Fundação das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

[2] A Pedagogia da Alternância é uma experiência voltada para os filhos dos trabalhadores rurais, com período de alternâncias regulares entre tempo escola e tempo comunidade, permitindo que os alunos

Implantação do Currículo nas Casas Familiares Rurais do Estado do Pará". No mesmo período, conclui o curso de Pedagogia com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) denominado: "Pedagogia da Alternância e as Casas Familiares Rurais no Estado do Pará". Foi nesse período, em virtude da referida pesquisa, que estive pela primeira vez no Município de Gurupá/Pará e na CFR de Gurupá,

Ao concluir a graduação, iniciei, em 2008, estudos no curso de Especialização em Docência no Ensino Superior no Instituto de Ciência da Educação (ICED/ UFPA), que me possibilitou dar continuidade às reflexões iniciadas na graduação. O trabalho final da especialização, denominou-se "Educação e Alternância no Pará: Reflexão sobre Experiência do Curso de Pedagogia da UFPA/ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)".

O mestrado sempre foi uma meta a ser alcançada por eu acreditar ser um momento de confronto de ideias, aprofundamento teórico e amadurecimento acadêmico, porque me possibilitariam novas reflexões. Todavia, antes de tentar mais esse desafio acadêmico, sentia a necessidade de vivenciar, na prática, as experiências que vinha estudando, pois acreditava que vivenciá-la em *lócus* poderia ser de suma relevância para a posterior análise e construção de uma dissertação mais coerente com a práxis. Atualmente tenho consciência de que delineei o caminho certo, pois, as leituras e os diálogos com o grupo de pesquisa "José Veríssimo e o Pensamento Educacional Latino Americano", coordenado pela professora Drª Sônia Maria da Silva Araújo, fazem mais sentido porque estabeleço a relação das discussões feitas no grupo com as experiências vivenciadas que desembocaram nesta dissertação.

Em 2009, vivi uma grande experiência profissional na Casa Familiar Rural de Gurupá (CFR). Exerci a função de coordenadora pedagógica até 2011 em rio Uruarí, um centro formativo do movimento social de Durupá, criada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Durante esse período na CFR, iniciei uma série de questionamentos sobre o real papel dos movimentos sociais de Gurupá, pois, até então, meu foco eram as experiências educativas relacionadas às problemáticas da Educação do Campo, mas, na convivência na dinâmica do lugar, deparei-me com uma grande "árvore" de raízes profundas e desconhecidas, pois sempre me dediquei a estudar os seus "frutos", configurados nas experiências educativas, mas sentia a necessidade em entender a "árvore".

---

estudem sem abandonar a sua propriedade. O currículo é pensado de acordo com a realidade do jovem. Na formação, enfatiza-se a conscientização e a importância do papel desse jovem na sociedade. Tem também como objetivos formar novas lideranças para o Movimento Social.

Nesses dois anos de experiência comecei a entender a relação do STR e CFR e sua suma importância para a compreensão das lutas de homens e mulheres militantes do movimento social do campo de Gurupá, mesmo quando precisei retornar em 2012 para minha cidade natal, Benevides/Pará.

A partir desse período, de 2012 a 2014, trabalhei como professora no ensino fundamental na rede Municipal de Educação de Benevides, uma nova experiência que me fez refletir ainda mais sobre o trabalho desenvolvido com o movimento social, pois foi impactante sentir a diferença dos dois projetos de ensino: um engessado em um currículo nacional e o outro a forte presença de associação das famílias, as vozes e a vez dos sujeitos para a definição do currículo (temas geradores).

Neste segundo projeto, as avaliações ocorrem processualmente, de modo que a prioridade é a formação humana e cada aluno. Respeita-se a história de cada grupo (quilombola, extrativista, pescador, ribeirinho, moradores da várzea e terra firme), os saberes local, o lugar que os sujeitos ocupam em cada grupo. Enfim, no processo de meu inacabamento, as trajetórias percorridas junto a esses sujeitos me possibilitaram muitos ensinamentos, principalmente com as lideranças sindicais com as quais convivi em Gurupá.

O fato de eu ter morado na CFR de Gurupá, possibilitou-me vivenciar novas realidades e costumes, pois Gurupá é um dos dezesseis municípios da região do Marajó em que o fluxo das águas determina as relações socioeconômicas e ambientais. O município apresenta uma relevante história de luta e conquista por território, motivos que fizeram com que os trabalhadores rurais local se fortalecessem em prol dos anseios sociais, econômicos, ambientais e educacionais do município.

A disputa por território político e econômico em Gurupá inicia no século XVII, entre os portugueses, holandeses e indígenas. Com o passar dos séculos, novas lutas pelo território foram se delineando, com novos sujeitos e novos objetivos, sejam de caráter político, sejam de caráter cultural ou econômico, como enfatiza Haesbaert , ao definir o território como:

> **Jurídico-politico**: onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes isto como o poder político do estado. **Cultural (ista**): prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço. **Econômico** (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatizada a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho (Grifo nosso) (HAESBAERT, 2016, p. 2).

O controle do território por motivos econômicos marca a história do município de Gurupá que viveu conflitos iniciados com a exploração das drogas do sertão na Amazônia. Séculos posteriores o controle se deu com a exploração do látex, no denominado ciclo da borracha, ocorrido a partir do século XIX, período de maiores disputas por território na região do Marajó. Houve em seguida, no território, conflitos por conta do período da exploração de madeira e palmito, que no século XX passaram a ser questionados pela igreja e pelos movimentos sociais gurupaenses.

Portanto, a história de Gurupá se faz com base em questões ideológicas de dominação territorial e políticas, como também em vidas particulares de mulheres e homens. É nessa história ampla que a luta dos trabalhadores rurais desse município se inicia com o processo de conscientização, a partir de 1971, com a chegada do Padre Giulio Luppi, que assume a paróquia de Santo Antônio de Gurupá, motivado pela Teologia da Libertação. Esse padre inicia a organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) com dois objetivos: primeiro, realizar o trabalho pastoral garantindo a presença da igreja na vida da população; segundo, juntamente com esse trabalho, conscientizar e mobilizar as pessoas sobre as condições do município.

O trabalho iniciado pela igreja foi o primeiro passo para as organizações sociais que viriam a se estruturar posteriormente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Em 1976 era possível ver os avanços nas organizações da comunidade, como enfatizado por (DIAS, 2006, p. 21): "[...] Os trabalhadores rurais de Gurupá passaram a reivindicar seus direitos de participar da vida política do município. Em terem organizações que representassem de forma legítima os seus interesses".

A produção da borracha no estado do Pará ocasionou os primeiros conflitos travados pelo STR de Gurupá, nos quais estiveram envolvidos os patrões[3] fixados no município no final do século XIX, Com o declínio econômico da borracha nas primeiras décadas do século XX, esses patrões continuaram a exercer atividades de aviamento[4], porém, com a exploração da madeira e do palmito.

Os patrões e o sistema de aviamento provocaram em Gurupá a perda de terras por parte de nativos, transformados em fregueses[5], que as trocavam por produtos dos mais

[3] Patrões foi denominação dada aos "homens de posse" que chegaram ao município de Gurupá para explorar e comercializar o látex no período da economia da borracha na Amazônia.
[4] Aviamento foi denominação dada à forma de comércio exercida pelos patrões.
[5] Fregueses foi denominação dada às pessoas que tralhavam nas terras do patrão e eram submetidas ao sistema de aviamento.

diversos. Com o passar dos anos a recuperação da posse das terras se tornou a principal causa de lutas da atuação do STR de Gurupá na década de 1980.

Em tempos atuais, com as posses legalizadas, a luta é para manter as terras conservadas, já que se tornaram, em sua maioria, unidades de conservação ambiental: reservas extrativistas, áreas de desenvolvimento sustentável e assentamentos rurais. As áreas de conservação ambiental do município demonstram os avanços da luta travada, por muitas décadas, pelos trabalhadores rurais.

Essa breve história dos homens gurupaenses demonstra que eles são capazes de refletir sobre o passado e o presente, não permitindo que os acontecimentos negativos, de opressão, sofridos pelos trabalhadores rurais na época da borracha, sejam esquecidos. São esses homens que mantêm vivas na "mente e na alma" suas conquistas culturais e a história de Gurupá.

Uma das estratégias para manter a história viva na mente de cada morador é a formação, a ação educativa, principalmente a desenvolvida pela casa Familiar Rural. Desde 2000, a própria CFR do município é uma ação concreta de formação e informação para os jovens de famílias associadas ao STR. Ela é voltada para o trabalho a partir da realidade local, uma vez que:

> Educar é criar cenários, cenas e situações em que, entre elas e eles, pessoas, comunidades aprendentes de pessoas, símbolos sociais e significados da vida e do destino possam ser criados, recriados, negociados e transformados. Aprender é participar de vivencias culturais em que, ao participar de tais eventos fundadores, cada um de nós se reinventa a si mesmo (BRANDÃO, 2002, p.26)

Os símbolos sociais no município são muito presentes, seja pela igreja católica com toda a sua tradição, seja pelas inúmeras associações que realizam um trabalho de conscientização e resgate cultural junto às pessoas. Existe uma grande ideologia presente nas pessoas, que Bakhtin (2006) chamaria de signos ideológicos, pois, segundo esse autor, todo signo resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação, ou seja, os signos são condicionados pela organização e interações sociais.

Esta interação social é trabalhada pelos movimentos sociais de forma crítica e conscientizada, principalmente com os jovens, pois eles são vistos como as futuras lideranças, que contribuirão em Pastorais da Juventude, Grupos de Jovens, Sindicatos, Associações, Cooperativas e no fortalecimento da agricultura familiar. Desse modo, parte-se da ideia de

que conhecer a realidade é de suma importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica, despertando valorizações e paixão pelas conquistas e indignação contra as injustiças.

Assim como em Gurupá, outros Municípios do Marajó são compostos por uma complexa rede de sujeitos: extrativistas, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, homens e mulheres da floresta que procuram viver de forma sustentável. Muitos têm consciência de que o futuro da natureza depende da preservação e do bom uso dos recursos naturais. Essa conscientização no Município foi sendo conquistada pelo STR e CFR, que tentam manter viva a sua história através de,

> [...] uma concepção de cultura igualmente generosa, com "práticas vividas" ou ideologias práticas que capacitam uma sociedade, grupo ou classe a experimentar, definir, interpretar e dar sentido às suas condições de existência (HALL *apud* EAGLETON, 2011, p. 55).

A existência cultural do Município é marcada principalmente pela atuação dos mais idosos do Município, sempre preocupados com questões sociais, econômicas, ambientais, políticas e educacionais. É nessa direção que este trabalho segue, já que tem como objetivo principal analisar as lutas e conquistas de um desses senhores, no caso, o senhor Manoel do Carmo de Jesus Pena, um intelectual, isto é, um sujeito consciente de sua função, um ser político que age ideologicamente situado (GRAMSCI, 2001).

Manoel do Carmo apresenta uma história consciente de escolhas. As transformações que esse senhor viveu estão articuladas a um projeto coletivo, vinculado a movimentos sociais importantes na Amazônia. Trata-se de um homem que vê e reflete sobre seu presente e futuro e influencia com seus atos e diálogos a formação de novos homens.

Manoel do Carmo, certamente, é um homem que, segundo as teorias de Gramsci, "pode controlar seu próprio destino, se ele pode se fazer, se ele pode criar sua própria vida. Digamos, portanto, que o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos" (GRAMSCI, 1981, p. 38). Logo, a vida de Manoel do Carmo demonstra sua importância porque, como descreve Gramsci, tornar-se homem:

> Nasce do fato de termos refletido sobre nós mesmos e sobre os outros; e de querermos saber, de acordo com o que vimos e refletimos, aquilo que somos, aquilo que podemos ser, se realmente – e dentre de que limites – somos criadores de nós mesmos, de nossa vida, de nosso destino. E nos queremos saber isto hoje, nas condições de hoje, da vida de hoje, e não de uma vida qualquer, de um homem qualquer (GRAMSCI, 1981, p. 38).

Manoel do Carmo é um homem que reflete sobre aquilo que se pode ser ou se transformar em direção à libertação contra as ideologias dominantes. Ele é um líder, um intelectual orgânico da classe de trabalhadores rurais.

Diferentemente do intelectual tradicional, que segundo Gramsci (1982), é um literato, um filósofo e/ou artistas, podemos considerar Manoel do Carmo um intelectual orgânico pela relevância que a sua história tem para uma classe econômico-social específica subalternizada, ou mesmo um intelectual da tradição. Como destaca Silva (2016, p. 6):

> Intelectual não é sinônimo de cientista ou acadêmico. Intelectual é, mais propriamente aquele que faz da tarefa de transformar informações em conhecimentos uma prática sistemática, permanente cotidiana. É aquele que se esmera em manter viva a curiosidade sobre o mundo à sua volta; aquele que observa as várias faces do mesmo fenômeno, as informações novas, contraditórias e complementares; aquele que apura o olhar; aquele que não se contenta com uma só interpretação, nem se limita a repetir o que já disseram.

Decerto, Manoel do Carmo não se limitou a repetir conhecimentos ou teorias. Ele se empenhou em transformar socialmente o seu espaço como leitor do mundo, um camponês que tem orgulho em ser camponês e luta em prol de sua categoria, motivando-a para que todos tenham sintam-se orgulhosos de serem do campo.

Sob este ângulo, nesta pesquisa, trabalhamos os conceitos gramscianos de intelectual orgânico, pois constatamos que Manoel do Carmo pode ser considerado um intelectual orgânico do tipo rural, já que segundo o próprio Gramsci (1982, p. 13), "os intelectuais do tipo rural são em maior parte tradicionais, isto é, ligados à massa social camponesa e pequena burguesia da sociedade (notadamente dos centros menores)". Freire (1980) também contribui com essa reflexão ao enfatizar que um homem que se propõem a realizar um trabalho através da leitura de mundo e da palavra, das necessidades reais do momento presente é um intelectual. No caso de Manoel do Carmo, trata-se de um homem que pensa futuro, sem se esquecer do passado, pensa a cultura Amazônica em sua existência e tem como meta a afirmação do ser amazônico.

Se hoje há uma história na Amazônia a ser contada do e pelos movimentos sociais, isto se deve a intelectuais como Manoel do Carmo, que perseveraram e perseveram em suas lutas, que pensaram e pensam em outros homens que ajudaram na formação de lideranças sindicais e que entendem a realidade como histórica, que está sempre em movimento.

Esses intelectuais defendem os fatos construídos por homens, mulheres e jovens na complexidade das relações sociais, políticas, econômicas e educacionais. Como tal, eles

precisam ser apreendidos e compartilhados pelo diálogo, num processo de conscientização e apropriação do passado para se pensar o futuro. Para esses intelectuais, compreender a complexidade do passado e do futuro é necessário, principalmente para o entendimento do por que da luta.

Para Gramsci (1982) os intelectuais têm uma função social e política, são homens protagonistas de suas histórias e que lutam pelos interesses de seu grupo. Assim é Manoel do Carmo, um dos principais articuladores da luta sindical de Gurupá, que tem como grande conquista de luta o espaço formativo a Casa Familiar Rural de Gurupá, para a educação dos filhos dos trabalhadores rurais do município..

Manoel do Carmo, gurupaense, trabalhador rural, extrativista, nasceu no ano de 1955. Sua história se liga à história do ciclo da borracha. Seu avô, de origem portuguesa, foi um dos patrões que se instalaram na cidade de Gurupá no século XIX. Manoel do Carmo vivenciou juntamente com seus pais e irmão, o sistema de aviamento, como fregueses de seu próprio avô.

Os domínios dos patrões e "escravidão" do sistema de aviamento em Gurupá permaneceram por décadas, fato que aproximou a região da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's), que se difundiu na América Latina na década de 1960.

Na adolescência de Manoel do Carmo, o movimento das CEBs foi muito presente. As discussões de conscientização que a igreja realizava despertaram sua admiração e, consequentemente, a vontade de ser padre para conscientizar as pessoas. Mesmo contra os projetos de seus familiares, ele ingressa na década de 1970, aos 22 anos, num seminário da igreja católica. Frequentou o Seminário São João Maria Vianney, no município de Altamira/PA e no município de Santarém/PA, ele frequentou o Seminário Pio X.

A vivência nos seminários garantiu a ele iniciar e concluir, na época, o Primeiro e Segundo graus e iniciar o curso superior, mas, principalmente, possibilitou-lhe vivenciar na prática às CEBs em diversas comunidades dos municípios da Amazônia. A metodologia utilizada principalmente no seminário de Santarém possibilitou a ele a vivência constante com o povo, principalmente nos movimentos sociais. Nos anos que permaneceu fora do município de Gurupá pode conhecer e vivenciar novas formas de organização social. Teve contato com muitas lideranças sindicais e experimentou novas formas de venda de produção coletiva.

Em 1985 os Seminários de Santarém e São Pio X foram desativados, por estarem "formando seminaristas muito críticos e rebeldes". À época, todos os seminaristas seriam

transferidos para o Seminário São Gaspar, em Belém. A imposição da igreja fez com que muitos seminaristas se rebelassem e não aceitassem ser transferidos.

Como encaminhamento dos próprios seminaristas, muitos seminaristas, ao invés de ficarem internados no Seminário São Gaspar, em Belém, resolveram voltar para suas cidades e fortalecer os movimentos sociais. Entre os que optarem por voltar a sua terra de origem, estava Manoel do Carmo.

Ao retornar para Gurupá, Manoel do Carmo se filia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde teve importantíssimo papel de articulador. Foi militante político, se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), exerceu mandato de vereador e foi candidato a prefeito de Gurupá. Coerente aos seus ideais, a maior luta de Manoel do Carmo é pela conscientização dos oprimidos do interior da Amazônia. Para ele, a conscientização da valorização do homem em ser camponês, em ser um trabalhador rural é fundamental para a vida digna no campo, por isso ele defende que a estratégia para esse processo sempre foi o diálogo, as reuniões, a formação.

Em 1998, aos 43 anos, em seu mandato de presidente do STR, torna-se um dos articuladores para a fundação da Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de Gurupá e a criação do Centro de Formação para jovens, filhos (as) dos trabalhares rurais do município, que se traduz na Casa Familiar Rural, inaugurada em 2000.

A história de vida de Manoel do Carmo, certamente é pautada por lutas e conquistas em defesa da formação humana, técnica e política dos (as) jovens do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, por isto, ele se tornou intérprete da nossa pesquisa, concordando, inclusive, a fazer uso de suas imagens, dados de entrevistas e demais escritos.

A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar, por meio de história oral de vida e história oral temática, práticas em defesa da educação realizadas por Manoel do Carmo, integrante dos movimentos sociais de Gurupá, Marajó, Pará, para compreender seus sentidos político e pedagógico no contexto da região Amazônica.

Como objetivo específico, pretendemos: 1) Entender o lugar da educação na história dos movimentos sociais na Amazônia. 2) Investigar o papel de Manoel do Carmo em defesa da educação e construir a história de vida de Manoel do Carmo. 3) Descrever as práticas de Manoel do Carmo em defesa da educação. 4) Analisar os resultados dessas práticas para identificar seus sentidos político e pedagógico.

Em meio à revisão bibliográfica levantada e às experiências vividas no campo da educação na Amazônia, Marajó, Gurupá, chegamos as seguintes questões de pesquisa que norteou toda a investigação:

1. Quais as contribuições dos movimentos sociais do campo para o avanço da educação na Amazônia?
2. Como a história de vida de um intelectual orgânico dos movimentos sociais na Amazônia se articula com a educação?
3. Em que medida a história de vida de Manoel do Carmo, membro dos movimentos sociais, se articula com a própria história da Amazônia e explica os avanços da educação na região?

Metodologicamente, utilizamos: a) uma bibliografia epistemológica, que aborda os fundamentos teóricos da pesquisa; b) uma bibliografia temática sobre educação, uma vez que a história de Manoel do Carmo é tratada no contexto deste tema; c) Fontes primárias, tais como:

- Duas entrevistas, uma realizada no dia 19 de abril e a outra no dia 20 de abril de 2016, ambas transcritas (em anexo o termo de autorização);

- Documentos pessoais recolhidos junto a Manoel do Carmo, como: cópia de carteiras escolares, cópia de certificados escolares, cópia de diplomas, cópia de carteira de vereador, cópia de carteiras do sindicato, cópia de fotografias, cópia de atas de assembleias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, cópia do livro de atas do Congresso do STTR de Gurupá, cópia do livro de atas da Associação Municipal da Casa Familiar Rural de Gurupá, cópia do Estatuto Social da Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá, 2003, e cópia do Estatuto dos Trabalhadores Rurais, ano 1995;

- Um memorial de 26 páginas escrito de próprio punho por Manoel do Carmo;

O texto da dissertação está estruturado em 07 seções mais as considerações finais. Na seção I, encontra-se a introdução, onde apresentamos as motivações da pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e as questões norteadoras, além de uma breve apresentação de Manoel do Carmo interligada à história do município de Gurupá.

A seção II, denominada de "Fundamentação metodológica da pesquisa", está composta de quatro subseções, nas quais fizemos uma revisão bibliográfica e abordamos as bases epistemológicas da pesquisa. Tratamos, basicamente, da história de vida, da história Vista de Baixo e do conceito de intelectual orgânico, segundo p pensamento de Gramsci.

Na seção III, denominada de "Manoel do Carmo e a economia da borracha na Amazônia", está composta de duas subseções. Nelas, apresentamos a origem dos patrões do ciclo da borracha no município de Gurupá, dos conflitos por disputa pela terra para extração do látex no ciclo da borracha e a origem familiar de Manoel do Carmo, onde seu avô, José

Lourenço, português, se tornou um dos patrões e protagonista do ciclo da borracha no referido município de Gurupá.

A seção IV denominada de “Manoel do Carmo e sua formação” está constituída de três subseções**,** nas quais procuramos responder como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) influenciaram ideologicamente o povo gurupaenses a partir da década de 1970, e a relação que as CEBs tiveram na vida pessoal de Manoel do Carmo. Também tratamos da vivência de Manoel do Carmo nos seminários de Altamira e Santarém, no Estado do Pará e na sequência dos fatos discorremos acerca do processo de escolarização de Manoel Carlos desde o seu início até sua entrada nos cursos de Teologia e Filosofia, com a finalidade de analisar como a influência religiosa fez com que Manoel do Carmo se aproximasse dos movimentos sociais e políticos.

A seção V, denominada de “Manoel do Carmo e os Movimentos Sociais em Gurupá” está formada por seis subseções e dedica-se a analisar as influências de Manoel do Carmo na formação do município de Gurupá, sua atuação no sindicato dos Trabalhadores Rurais de 1975, a luta sindical dos trabalhadores rurais de 1986, além de descrever como Manoel do Carmo se torna um dos grandes protagonistas da luta sindical da década de 1980, no referido município.

A seção VI está intitulada “Manoel do Carmo e Casa Familiar Rural de Gurupá” e constituída de duas subseções. Nessas subseções tratamos do que Manoel do Carmo considera a grande conquista do STR: a Casa Familiar Rural (CFR), seus aspectos educativos e estatísticos.

Na seção VII traçamos as considerações finais, na qual demonstramos que a história de Manoel do Carmo se confunde com a história da região Amazônica e que seu legado está indelevelmente vinculado às ações da igreja católica na região, à Teologia da Libertação, aos movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais e ao Partido dos Trabalhadores.

SEÇÃO II - FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Iniciamos esta seção com a apresentação e análise de teses e dissertações levantadas, que foram importantíssimas para a delimitação do objeto desta pesquisa intitulada "As lutas e conquistas de Manoel do Carmo, um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da educação da Amazônia".

Apresentamos como fundamentação teórico-metodológica as discussões da Nova História e da História Vista de Baixo, discutidas por Edward Thompson, Peter Burke, Dosse e Sharpe, que valorizam as histórias das pessoas comuns. Esta base teórica possibilitou o entendimento do papel de Manoel do Carmo no contexto histórico da Amazônia. Discutimos s também a contribuições da Memória como procedimento metodológico e da História Oral, a partir de Halbwachs, Le Goff e Paul Thompson. Estes autores nos ajudaram na construção empírica da história do sujeito da pesquisa.

Finalizamos a seção com uma breve descrição do município de Gurupá, localizado no arquipélago do Marajó, Pará, Amazônia.

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

Realizamos um levantamento de dissertações e tese nas páginas eletrônicas de Programas de Pós-Graduação em Educação de 27 Universidades Federais de cada Estado da Federação do Brasil para verificarmos quais possuíam linhas de pesquisa "movimentos sociais e educação" para depois escolher uma Universidade de cada região para fazer o levantamento de produções de teses e dissertações sobre o tema.

Partimos para o levantamento de pesquisas sobre movimentos sociais, mesmo com a ideia de trabalhar com a história de vida de um intelectual orgânico, porque sabíamos que o estudo sobre Manoel do Carmo estaria mobilizado e arregimentado pela atuação nos movimentos sociais do campo na Amazônia.

Realizamos o levantamento na região norte e não identificamos em nenhuma universidade a linha de pesquisa "movimentos sociais" em programas de pós – graduação em educação. Os dados aqui mostrados da região Norte, foram levantados no *site* dos cursos de Pós-Graduação da Universidade federal do Pará.

Após iniciar o levantamento no Programa de Educação, localizado no Instituto de Ciências da Educação (ICED) e constatar a inexistência da linha de pesquisa "movimentos

sociais", decidimos por pesquisar em outros programas de pós-graduação da mesma universidade, para identificar se a temática dos movimentos sociais vem sendo estudada.

Os outros programas consultados estão localizados no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Nestes dois programas tivemos acesso ao banco de dissertações e teses dos programas. Nas demais universidades das outras regiões também consultei as páginas eletrônicas dos programas.

Os descritores utilizados para a pesquisa foram: movimentos sociais e educação, liderança sindical, intelectual, intelectual orgânico, sindicalismo e liderança camponesa.

Na tabela que segue estão identificadas as universidades federais pesquisadas, com mestrado e doutorado, que ofertam a linha de pesquisa "movimentos sociais e educação"

.

TABELA 1 – LINHA DE PESQUISA "MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO" EM PROGRAMAS DE PÓS – GRADUAÇÃO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS, POR REGIÃO.

UNIVERSIDADES FEDERAIS	SIGLAS	Cursos Ofertados. (M – Mestrado; D – Doutorado)	Linha de pesquisa Movimentos Sociais e Educação.
Norte			
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	M e D	Não apresenta
Universidade Federal do Pará	UFPA	M e D	Não apresenta
Universidade Federal do Acre	UFAC	M	Não apresenta
Universidade Federal de Roraima	UFRR	M e D	Não apresenta
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	M	Não apresenta
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	---------	Não apresenta
Universidade Federal do Tocantins	UFT	M	Não apresenta
Nordeste			
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	M	Não apresenta
Universidade Federal do Piauí	**UFPI**	**M e D**	**Apresenta**
Universidade Federal do Ceará	**UFC**	**M e D**	**Apresenta**
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	M e D	Não apresenta
Universidade Federal de Pernambuco	**UFPE**	**M e D**	**Apresenta**
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	M e D	Não apresenta
Universidade Federal de Sergipe	UFS	M e D	Não apresenta
Universidade Federal da Bahia	UFBA	M e D	Não apresenta
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	M e D	Não apresenta
CENTO-OESTE			
Universidade Federal do Mato Grosso	**UFMT**	**M e D**	**Apresenta**
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	UFMS	M e D	Não apresenta
Universidade Federal de Goiás	**UFG**	**M e D**	**Apresenta**
Universidade Brasília	UnB	M e D	Não apresenta
SUDESTE			Não apresenta
Universidade Federal de Minas Gerais	**UFMG**	**M e D**	**Apresenta**
Universidade Federal do Espirito Santo	UFES	M e D	Não apresenta

Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	M e D	Não apresenta
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	M e D	Não apresenta
SUL			
Universidade Federal do Paraná	UFPR	M e D	Não apresenta
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	M e D	Não apresenta
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	**UFRGS**	**M e D**	**Apresenta**

Fonte: Guimarães, 2016.

Na próxima tabela podemos visualizar as Universidades Federais selecionadas para o levantamento das dissertações e teses. Na região Norte, apesar de não termos identificados a linha de pesquisa "movimentos sociais", optamos por analisar teses e dissertações da Universidade Federal do Pará e na região nordeste, a Universidade Federal do Ceará, por possuir um maior número de trabalhos que abordam a temática desta pesquisa, pois apresentam um maior número de trabalhos em programas de pós-graduação em educação.

Na região Cento Oeste, escolhemos a Universidade Federal do Mato Grosso, por possuir um banco de dissertações e teses que nos possibilitaram acessar os resumos dos trabalhos com a mesma temática. Na região sudeste, escolhemos a Universidade Federal de Minas Gerais e na região Sul, a Universidade Federal de Rio Grande do Sul, ambas por serem as únicas Universidades nessas regiões a possuírem a linha de pesquisa em "movimentos sociais".

TABELA 2 – NÚMERO DE TRABALHOS DEFENDIDOS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO, POR REGIÃO E PROGRAMAS.

Regiões	Universidades	Números de trabalhos selecionados
Norte	Universidade Federal do Pará	17
Nordeste	Universidade Federal do Ceará	15
Cento Oeste	Universidade Federal do Mato Grosso	4
Sudeste	Universidade Federal de Minas Gerais	3
Sul	Universidade Federal de Rio Grande do Sul	2

Fonte: Guimarães, 2016.

Foi possível constatar que das 27 Universidades Federais pesquisadas apenas 07 possuem pós-graduação em educação, com linha de pesquisa em movimentos sociais. Na pesquisa foram levantadas 24 dissertações e 17 teses, totalizando 41 trabalhos. Ressaltamos que neste levantamento não fizemos uso da delimitação temporal, mas foi possível constatar que a maioria dos trabalhos (40) foi defendida a partir de 2002. Importa também mencionar que das 17 teses, 13 foram defendidas a partir de 2010. Isto demonstra que a temática "movimentos sociais" em programas de pós-graduação em educação vem ocorrendo há apenas 14 anos.

Na região do Nordeste do Brasil os trabalhos sobre a temática desenvolvidos em teses são recentes, aproximadamente há 05 anos. A maioria dos trabalhos objetivou investigar a formação política e a formação humana dos sujeitos que fazem parte dos movimentos sociais.

Nos trabalhos analisados, as temáticas mais presentes foram: movimentos sociais de pescadores, movimentos sociais étnico-raciais, movimentos sociais de mulheres, movimentos sociais de professores em defesa da educação básica, movimentos sociais na educação do campo, movimentos sociais urbanos, reservas extrativistas e cooperativas. Os temas também relacionados à história de luta dos movimentos sociais e às lutas políticas sindicais foram identificados, assim como história de vida de intelectuais professores. O tema educação do campo relacionado às políticas públicas também foi encontrado.

TABELA 3 – TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA, REGIÃO NORTE.

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO.

AUTOR (A)	TITULO	ANO	NÍVEL M/D
MAGALHÃES, Benedita Alcidema Coelho dos Santos	Educação do campo, poder local e políticas públicas: a Casa Familiar Rural de Gurupá-PA, uma construção permanente.	2009	M
MARTINS, Egidio	Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16 no município de Cametá-PA.	2011	M
NEVES, Joana d'Arc de Vasconcelos.	Projetos vividos representações construídas: as representações sociais que mulheres e homens do assentamento CIDAPAR possuem sobre os saberes que buscam na escola para os seus projetos de vida.	2007	M
RODRIGUES, Doriedson do Socorro.	Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16 - Cametá/Pará	2012	D
SILVA, Tânia Suely Nascimento.	Movimentos sociais e diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: para além dos limites institucionais e estruturais.	2008	M
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO.			
COSTA, Vânia Maria Torres.	Os movimentos sociais em Belém e a visibilidade da TV: os atores da educação em cena. Belém.	2004	M
COSTA, Raimundo Nonato Barbosa.	Organização de lideranças no bairro da Vilinha, Imperatriz -MA, uma área de ocupação.	2005	M
CRUZ, Sandra Helena Ribeiro.	Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém: o bairro da Sacramenta. Belém.	1994	M
PALHETA, Rosiane Pinheiro.	Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena: um estudo da atuação das	2004	M

	associações de moradores e trabalhadores rurais.		
PEDRO, Viviane Vazzi.	Movimento social pela criação e defesa da RESEX renascer - Pará: da estratégia de ação ao plano de manejo.	2012	M
SANTOS, Ana Virgínia Pereira dos.	A Relevância dos movimentos sociais de base na construção de trajetórias de desenvolvimento nas organizações: estudo comparativo entre o papel da APAEB (BA) e COOPEFRUT (PA).	2012	M
SILVA, Antonio Esmerahdson de Pinho da.	A Organização social da colônia de pescadores de Imperatriz zona 29 (CPIZ-29), estado do Maranhão.	2005	M
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.			
MOREIRA, Edma do Socorro Silva.	Movimento social amazônico em defesa de territórios e de modos de vidas rurais: estudo sociológico no Baixo Xingu.	2008	D
OLIVEIRA, Andreici Marcela Araujo de.	Movimento social indígena e participação política: a contribuição da COIAB na formação de lideranças.	2012	M
PANTOJA, Ana Renata do R. de Lima.	Terra de revolta: campesinato, experiências socioculturais e memórias cabanas entre a voz e a letra.	2010	D
SILVA, Henry Willians Silva da.	Formação e resistência do MST no Pará.	2003	M
SOUSA, Fledys do Nascimento.	Participação social e alternativas de desenvolvimento na transamazônica: a ONG ASSEEFA e os PDSs de Anapú -PA.	2007	M

Fonte: Sites dos programas de pós -graduação da UFPA.

No programa de Pós-Graduação em educação do Instituto de Ciência de Educação constatamos que: 1) Magalhães (2009) analisou a relação da educação do campo e o poder local e políticas públicas no município de Gurupá, enfatizando a concepção de organização pública não estatal na oferta da educação do campo e da relação entre sociedade civil e Estado. Seu objetivo principal foi analisar as especificidades da experiência da Casa Familiar Rural e suas contribuições para as políticas públicas no município de Gurupá; 2) Martins (2011) realizou estudo de caso no município de Cametá Pará, na colônia Z -16, sobre os saberes produzidos por pescadores e participação política; 3) Neves (2007), pesquisou o assentamento Federal no nordeste paraense e centrou suas análises nas representações sociais e histórias vividas de 13 assentados, homens e mulheres, objetivando descrever sobre os saberes que esses assentados buscam na escola para o seu projeto de vida; 4) Rodrigues (2012) investigou em sua tese de doutorado a relação entre saberes sociais e luta de classes de pescadores artesanais da Colônia Z-16, no município de Cametá, nordeste do Pará; 5) Silva (2008) investigou a educação do campo, objetivando compreender a participação dos movimentos sociais organizados na articulação nacional por uma Educação do Campo na elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

De um modo geral, nos trabalhos levantados no programa de Pós-Graduação em educação da UFPA, constatamos o interesse dos autores em pesquisar a educação do campo, as políticas públicas, os saberes sociais e as lutas de trabalhadores do campo.

No Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, as dissertações apresentadas demonstram que: 1) Vania Costa (2004) pesquisou a relação dos telespectadores com a televisão, telejornalismo em Belém, analisando a relação da mídia e a sociedade civil. Esse pesquisador tratou da importância que a televisão assume ao dar visibilidade aos movimentos sociais para expor suas denúncias, reivindicações, necessidades ou demonstração de força; 2) Raimundo Costa (2005) realizou um estudo no estado do Maranhão em assentamentos urbanos. Nessa pesquisa, o autor objetivou apresentar uma análise sobre a problemática da organização e atuação de lideranças quanto a impasses, conquistas e melhorias da população no assentamento. Sua análise ficou centrada nas relações do movimento popular com o poder público Municipal e Federal; 3) Cruz (1994) investigou os movimentos sociais e a construção do espaço urbano em Belém, tomando como *lócus* o bairro da Sacramenta. Seu objetivo foi compreender a produção espacial da cidade de Belém através dos segmentos excluídos que por meio de sua organização social e política contribuem de maneira decisiva para a conformação e valorização da cidade. O principal objetivo de Cruz com essa pesquisa foi resgatar, a partir dos registros históricos dos movimentos sociais urbanos em Belém, os sujeitos que socialmente são excluídos dos processos que interferem na estruturação urbana da cidade; 4) Palheta (2004) analisou os movimentos sociais ocorridos no entorno do complexo industrial de Barcarena -PA, após a implantação das empresas ALBRAS, Alunorte e Pará Pigmentos, que deram origem às associações de moradores e produtores rurais, objetivando identificar os principais movimentos surgidos com a chegada da Empresa no município; 5) Pedro (2012) investigou a trajetória do movimento social pela criação e defesa da Reserva Extrativista Renascer (RESEX Renascer), no município de Prainha, na região do Baixo Amazonas, Oeste do Estado do Pará; 6) Santos (2012) realizou um estudo comparado nos estados de Pará e Bahia, analisando o capital social em cooperativas e associações; 7) Silva (2005) analisou o processo histórico da formação social, política e econômica da Colônia de Pescadores de Imperatriz Zona 29 (CPI Z-29), estado do Maranhão. Esse autor estudou como se deu a evolução do movimento dos pescadores no sul do Maranhão centrando-se na história dos movimentos sociais de forma geral as origens e a capacidade organizacional dos pescadores. A relevância dessa pesquisa está no regate histórico de um movimento social.

Percebemos que no NAEA, apesar de ser um programa da Universidade Federal do Pará, alguns trabalhos fazem referência a outros estados. Grande parte das pesquisas analisaram movimentos sociais urbanos, outros se preocuparam em contar a história dos movimentos sociais e impactos socioambientais.

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, constatamos que: 1) Moreira (2008), em sua tese de doutorado, estudou o processo de ações coletivas realizadas por um conjunto de comunidades rurais do município de Porto de Moz, situado na microrregião de Almerim, no Baixo Amazonas, no Pará; 2) Oliveira (2012) pesquisou cursos de formação de lideranças políticas no cenário brasileiro pós 1988, bem como a participação política da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); 3) Pantoja (2010) analisou as evidências históricas que marcam a região do Baixo Amazonas durante o movimento da Cabanagem, no qual procurou entender como as mais diferentes pessoas que possuíam vínculo de trabalho com a terra como: madeiras, pesca, caça e terras para plantio, forjaram seus projetos de vida e experiências cotidianas na guerra que tomou conta da Província do Grão-Pará; 4) Silva (2003) objetivou analisar a percepção que os diversos mediadores das causas do MST têm da luta pela terra no estado do Pará e concluiu que o MST é um movimento político de luta contra a exclusão e que a luta não se limita à conquista da terra**;** 5) Sousa (2007) objetivou verificar as imagens construídas sobre a Associação Solidária e Econômica de Frutas da Amazônia (ASSEEFA) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs) para apontar o grau de participação da sociedade civil do município de Anapu, Transamazônica, Estado do Pará no processo de formulação e implementação de políticas alternativas de desenvolvimento na região.

Ainda, foi possível constatar que as temáticas pesquisadas no IFCH tratam da formação dos processos históricos e origem de alguns movimentos sociais. Outros trabalhos abordam as mudanças sociais, políticas e ambientais de uma determinada região.

Visualizando as dissertações de mestrado e teses de doutorado levantadas na UFPA, percebemos que todos os trabalhos fazem referência a movimentos sociais e nenhum faz relação à história de vida de uma liderança sindical do Marajó, Pará. Tampouco, há trabalhos que investiguem a história de um intelectual orgânico de movimentos sociais, o que significa que esta dissertação tem um caráter original no estado e uma relevância por apresentar a história de uma liderança marajoara.

TABELA 4 – TESES EDISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC, REGIÃO NORDESTE.

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO			
AUTOR (A)	**TÍTULO**	**ANO**	**NÍVEL M/D**
AZEVEDO, Alessandro Augusto de.	Quando “trabaio é ensinação pra rude e estudo é bom pro caba consegiur emprego melhor": falas, representações e vivências da educação escolar na reforma agrária.	2006	D
BARBOSA, Carmem Débora Lopes.	Experiências de vida e formação do educador popular Alemberg Quindins da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri.	2010	M
BEVILAQUA, Aluisio Pampolha.	A crise orgânica do capital: o valor, a ciência e a educação.	2015	D
BEZERRA Tânia Serra Azul Machado.	Marxismo, educação, consciência e luta de classes no sindicato dos gráficos do Ceará.	2011	D
CASTRO, Wagner José Silva de.	Intelectuais, Professores e Artistas: Práticas Educativas, Arte Engajada e o Massa feira Livre (1955-1981).	2014	D
COUTINHO, Célio Ribeiro.	Formação político-educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Contexto do Governo Lula (2003 a 2010)	2014	D
FARIAS, Paula Emanuela Lima de.	Dos canteiros ao sindicato: a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista.	2013	M
FÉLIX, Antônio Ferreira.	O caráter pedagógico da atividade sindical e os limites do economicismo.	2003	M
GALDINO, José Wilson.	Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense.	2010	D
LEITE, Maria Jorge dos Santos.	Movimentos sociais e processos educativos: a constituição do sujeito coletivo na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas.	2012	D
MATTOS, Beatriz Helena de Melo.	Educação do campo e práticas educativas de convivência com o semiárido: a escola Família Agrícola Dom Fragoso.	2010	D
OLIVEIRA, Kelly Lima de.	Gramsci e os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora: contribuição à educação na perspectiva da emancipação humana.	2013	M
OLIVEIRA, Jorge Luis.	O marxismo como teoria revolucionária na formação político-educativa dos trabalhadores versus a formação político-sindical cutista: um exame outocrítico.	2012	D
SILVA, Maria Aparecida.	Trajetórias de mulheres negras líderes de movimentos sociais em Araraquara - SP: estratégias sociais na construção do modo de vida.	2011	D
SIQUEIRA, Sanda Maria Marinho	Matrizes Históricas dos Movimentos Sociais: entre a cidadania nos limites do capital e a busca pela emancipação humana.	2006	D

Fonte: Site do programa de pós- graduação em educação da UFC.

No programa de Pós-Graduação em educação da UFC, constatei nas teses de doutorado e dissertações de mestrado levantadas, que: 1) Azevedo (2006) em sua tese buscou analisar e discutir as representações sociais em torno da educação escolar de jovens e adultos assentados da reforma agrária da agrovila Santa Luzia, assentamento modelo do município de João Câmara-RN; 2) Barbosa (2010) investigou a dimensão formadora do educador popular Alemberg Quindins, criador da Fundação Casa Grande-Memorial do Homem Kariri; 3) Bevilaqua (2015) investigou sobre o conceito de capital e a expressão da relação social dominante na sociedade capitalista, a crise do capital estrutural e histórico, exteriorizando-se na economia como crise do valor; na ciência, como crise de paradigma; e, na educação, como crise pedagógica; 4) Bezerra (2011) objetivou analisar a práxis de um grupo de trabalhadores que se organizou no sindicato dos Gráficos do Ceará em uma experiência de formação política; 5) Castro (2014) analisou a relação entre o movimento intelectual, político, artístico e cultural internacional no Brasil, especificamente na cidade de Fortaleza, entre os anos de 1960 e 1970; 6) Coutinho (2014) investigou o processo de formação político-educativa do MST na sua relação com o contexto do Governo Lula (2003 a 2010), realizada junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); 7) Farias (2013) investigou os Movimentos Sociais urbanos e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza enfatizando a construção da história de luta operária e a construção da concepção ideológica e consciência de classe; 8) Felix (2003) investigou o papel pedagógico das organizações sindicais na educação dos trabalhadores no contexto da sociabilidade do capital em crise e a luta dos trabalhadores; 9) Goldino (2010) se propôs a estudar o papel do movimento social da Prainha do Canto Verde, no processo educativo de comunidades tradicionais de pescadores artesanais; 10) Leite (2012) investigou o movimento social organizado pela comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, localizada no município de Salgueiro, sertão central de Pernambuco. Nessa pesquisa o autor analisou um grupo de negros e negras cujas origens remontam o final do século XVIII e início do XIX, tomando como referência central a aquisição e posse das terras. 11) Mattos (2010) objetivou compreender o projeto político pedagógico da Escola Família Agrícola Dom Fragoso, relacionando e incorporando os princípios e os fundamentos da proposta de convivência com o Semiárido brasileiro e a contextualização dos seus processos e práticas educativas; 12) Oliveira (2013) se propôs a investigar a crise estrutural do capital, a qual se configura como controle da classe trabalhadora, pautando a importância da formação de intelectuais orgânicos dessa classe e sua contribuição à educação na perspectiva da emancipação humana. Trata-se de um estudo bibliográfico à luz da ontologia marxiana-lukacsiana e da proposta de Gramsci. 13) Oliveira (2012) estudou o marxismo como

uma teoria revolucionária na formação política sindical dos trabalhadores, O objetivo foi investigar e expor a relação entre marxismo e movimento sindical a partir dos cursos de formação política da Central Sindical dos trabalhadores; 14) Silva (2011) investigou as experiências de mulheres negras participantes do movimento social negro, organizadoras de eventos culturais e ou frequentadoras de espaço de maioria afrodescendente, moradoras de Santana e Vila Xavier da cidade de Araraquara, interior de São Paulo; 15) Siqueira (2006) pesquisou as matrizes históricas dos movimentos sociais entre a cidadania nos marcos do capital e a busca pela emancipação humana, recuperando a historicidade desses movimentos e sua importância para a transformação da sociedade em suas relações socioeconômicas.

Os trabalhos levantados no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará, em sua grande maioria, apresentam temáticas que pautam a formação política ou educacional, a práxis pedagógica de movimentos sociais urbanos e rurais, de movimentos como o MST e o Movimento Negro. Destacamos que Oliveira (2012) faz uma análise bibliográfica sobre o papel do intelectual orgânico na classe trabalhadora, analisando o contexto italiano e ideários de Gramsci. A autora realiza um estudo sobre intelectual orgânico, mas, no entanto, não faz nenhuma relação com um sujeito específico de um determinado movimento social.

TABELA 5 – TESES E DISSETAÇÕES DEFENDIDAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO – UFMT, REGIÃO CENTO OESTE.

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO			
AUTOR (A)	**TÍTULO**	**ANO**	**NÍVEL M/D**
AMORIM, Rômulo Pinheiro de.	Professoras primárias em Mato Grosso: trajetórias profissionais e sociabilidade intelectual na década de 1960.	2013	M
NASCIMENTO, Cleonice Ferreira do.	Histórias de vida de professoras negras: trajetórias de sucesso.	2012	M
OLIVEIRA, Agenor.	Movimentos Sociais na Paroquia do Rosário São Benedito na década de 1980: uma educação libertadora?	2008	M
SANTANA, Emanuel.	Conexões: movimento social, educação popular e cinema: A experiência do Movimento dos Atingidos por Barragens de Chapada dos Guimarães MT com o Cinema Circulante.	2008	M

Fonte: Site do programa de pós- graduação em educação da UFMT.

No programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Mato Grosso os trabalhos analisados foram de: 1) de Amorim (2013), que objetivou analisar a

formação de um grupo de professoras primárias enquanto intelectuais da educação, tendo por base a análise de seus percursos de formação e das trajetórias profissionais durante a década de 1960 e suas repercussões na organização do magistério primário de Mato Grosso; 2) Nascimento (2012) investigou a trajetória de vida de professoras negras da Educação Básica, especificamente a das que lecionam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no município de Várzea Grande/MT; 3) Oliveira (2008) pesquisou a atuação da Paróquia do Rosário e São Benedito, em Cuiabá/ MT, na década de 80, com o propósito de revelar a contribuição ao sistema educacional local; 4) Santana (2008) analisou o impacto de um projeto audiovisual de educação popular na elevação da consciência política e social de quatro militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens da região da Chapada dos Guimarães.

Nos trabalhos apresentados, verificamos que os objetos centrais foram a formação de professores, história de vida de professoras negras e movimentos atingidos por barragem. O levantamento demostra que não há trabalhos sobre a Amazônia, Marajó, e nenhuma referência próxima da proposta desta dissertação.

TABELA 6 – TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- UFMG, REGIÃO CENTRO SUL.

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO			
AUTOR (A)	**TÍTULO**	**ANO**	**NÍVEL M/D**
AUGUSTO, Rosely Carlos.	Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, norte de Minas, nas últimas três décadas.	2011	D
MIRANDA, Shirley Aparecida de.	Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais: saber-poder e gênero.	2008	D
REIS, Sonia Maria Alves de Oliveira.	Mulheres camponesas e culturas do escrito: trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBs.	2014	D

Fonte**:** Site do programa de Pós- Graduação em educação da UFMG.

No programa de Pós-Graduação em educação da UFMG, foram encontrados os trabalhos de: 1) Augusto (2011), que pesquisou a prática social de lideranças camponesas como *lócus* de aprendizagens, saberes e valores, orientadora da ação coletiva e de identidades políticas, manifestada em trajetórias de engajamento social no sertão, Norte de Minas Gerais, nas últimas três décadas do século XX; 2) Miranda (2008), que pesquisou o movimento sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as mulheres dirigentes sindicais. Nessa

pesquisa o autor interroga sobre a produção de subjetividades e sua performance a partir da década de 1980; 3) Reis (2014), que analisou as condições e as instâncias formativas das mulheres camponesas e líderes das CEBs, que pouco ou nunca frequentaram a escola, na construção das culturas do escrito.

Nestes grupos de trabalhos predomina a discussão da formação e do saber construído nos movimentos sociais, o papel das mulheres nos movimentos sociais e os saberes constituídos pelos sujeitos dos movimentos sociais. No programa de Pós-Graduação da região Cento Sul, não constam trabalhos que se aproximem do tema proposto nesta dissertação.

TABELA 7 – TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS, REGIÃO SUL.

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO			
AUTOR (A)	**TÍTULO**	**ANO**	**NÍVEL M/D**
GENTIL, Heloisa Salles.	Formação docente: no balanço da rede entre políticas e movimentos sociais	2002	M
MELO, Marcos Antônio Lirio de.	O espírito, o corpo e o jogo: intelectuais orgânicos coletivos na ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre) e suas formulações e ações em torno das políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação.	2015	M

Fonte: Site do programa de Pós- Graduação em educação da UFRGS.

No programa de pós-graduação em educação da UFRGS, foram identificados dois trabalhos de pesquisa: 1) Gentil (2002), que investigou a formação de professores sob a ótica do confronto entre políticas públicas educacionais e o movimento da sociedade civil; 2) Melo (2015), que investigou as formulações e ações da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA), a partir dos intelectuais orgânicos coletivos que nela atuaram em relação às políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação, no período de 2005 a 2012.

Nestes trabalhos da região Sul, percebemos que os autores tratam de temáticas relacionadas à formação de professores, políticas curriculares e intelectuais orgânicos. O trabalho de Melo (2015) trata de intelectuais orgânicos, mas de uma Associação de Trabalhadores em Educação, diferentemente desta proposta de dissertação que pretende trabalhar com um intelectual orgânico sindicalista do Marajó, na Amazônia.

De um modo geral, ao analisar o levantamento feito das teses e dissertações dos programas de Pós-Graduação anteriormente apresentados, chegamos à constatação de que não há muitos trabalhos sobre a temática "movimentos sociais" no contexto do Marajó e a história da Amazônia. Acreditamos que a referida temática é um grande campo de estudo, pois nossa história é marcada por conflitos e rebeliões, gerados, em parte, pela complexa composição étnica, social e ideológica do país. Índios, Caboclos, Camponeses, Escravos e Religiosos, ao longo de nossa história, manifestaram-se contra pressões políticas, miséria, ausência de direitos e lutaram pela posse da terra, por melhores condições de vida e de trabalho. Essas manifestações constituíram historicamente as sociedades colonial, monárquica e republicana e que não podem ser negadas e esquecidas, por isso a importância de analisá-las criticamente nos permite uma melhor compreensão de nós mesmos.

O nosso processo regional histórico nos compele a ter que refletir sobre as contribuições e as lutas desses movimentos por direitos e, principalmente, conquistas educacionais. Os movimentos sociais no Brasil são organizados por sujeitos coletivos, que pensam e agem em grupo, com o objetivo de manter viva a cultura dos grupos humanos que constituem o país.

2.2 A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO: NOVA FORMA DE PENSAR E ESCREVER A HISTÓRIA

A história vista de baixo valoriza a história de pessoas comuns se constituindo em um processo contra hegemônico à história convencionalmente valorizada.

Na chamada História oficial, por muito tempo, prevaleceu a história dos grandes heróis, dos grandes acontecimentos. No decorrer do século XX, surge a Nova História, que objetiva valorizar a história dos ditos marginalizados e não reconhecidos pela história oficial. Porém, compreender o que é História e o conceito que se faz dela não é simples. Segundo Le Goff (1996) falar de história não é fácil, pois há quem não a considere uma ciência. Para Silva (2006) a resposta para a indagação não é nova, pois "cada corrente de pensamento procura dar a sua resposta, por isso não é possível dar uma definição fechada para esse conceito" (SILVA, 2006, p. 182).

Na Grécia do século V antes de Cristo, Heródoto, em sua temporalidade, escreveu uma coleção de 09 livros denominada História, dedicando parte da obra aos acontecimentos das guerras médias. Segundo Dosse (2012) nascia aí a separação sucessiva do gênero literário em direção à busca da verdade, possibilitando o surgimento do gênero histórico, não celebrando

apenas as lembranças, façanhas, mas buscava a "conservação na memória daquilo que os homens realizam, glorificando não apenas os heróis, mas os valores trazidos por coletivos de homens no âmbito das cidades" (DOSSE, 2012, p. 8).

Para Le Goff,

> A palavra 'história' (em todas as línguas romanas e em inglês) vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico [...]. Esta forma deriva da raiz indo-européia *wid-*, *weid* 'ver'. Esta concepção da visão como forte essencial de conhecimento leva-nos à ideia que *histor* ' aquele que vê' é também aquele que sabe; *historein* em grego antigo é 'procurar saber', 'informar–se'. *Historie* significa pois "procurar". É este o sentido da palavra em Heródoto, no inicio de suas Histórias, que são "investigações", "procuras" [...] ver, logo saber é um primeiro problema. (LE GOFF, 1996, p. 17)

Se a história para o grego significa aquilo que "se vê", para outros, como para os romanos, ela apresenta outras definições: 1) as ações realizadas pelo homem; 2) os objetos dessas realizações, o que o homem realizou; 3) narração, verdadeira ou falsa, história ou fábula, *history* e *story* (história e conto).

Com o uso da palavra historicidade, Le Goff considera o século XIX (1872) o século da história, pois, "A historicidade permite, por exemplo, refutar no plano teórico à noção de "sociedade sem história" refutada por outro lado pelo estudo empírico das sociedades estudadas pela etnologia" (LE GOFF, 1996, p. 19). Para esse autor, a historicidade permite a inclusão de novos objetos da história, a exemplo da história rural, das mentalidades, da loucura.

Para Marc Bloch *apud* Le Goff, (1996), história é ciência dos homens no tempo e, segundo Silva (2006), é uma das concepções mais influentes do século XX que buscava a verdade como princípio fundamental da história, onde o historiador teria a tarefa de jugar os fatos, tentando alcançar a verdade.

Então, se a História se preocupa com a busca da verdade, podemos refletir: qual é a sua verdade? Esse fato foi contado por quem? Com quais objetivos? E por muitos séculos as "verdades" foram contadas de acordo com os interesses das elites. E quando a História começou a ser interpretada por novos olhares? Uma Nova História?

Encontramos algumas respostas no estudo do século XX, quando surge um novo movimento de historiadores denominado de Movimento dos Annales, iniciado em 1929, na França, com a publicação da Revista dos Annales, que visava estudar novos objetos. Essa revista foi fundada por e Lucien Febvre e Marc Bloch, que introduziam uma nova forma de pensar e escrever a História, uma história problematizada e não mais a história tradicional

política, documental e serial: "Lucien Febvre convida o historiador a se inspirar nos problemas colocados pelo tempo presente, no qual ele vive, pensa e escreve" (FEBVRE, *apud* DOSSE, 1992, p. 67).

O movimento dos Annales foi dividido em três gerações e contribuiu significativamente para o pensar e o repensar sobre as relações sociais e a História. Dosse (1992) afirma que os Annales representaram o discurso de ruptura com a história tradicional, inovando e constituindo uma revolução historiográfica. Com o novo movimento historiográfico, vários historiadores começaram a evidenciar novos assuntos que viviam de forma marginal na sociedade.

O novo movimento historiográfico permite que se fale em "nova história" (*La nouvelle histórire)*, que Segundo Burke (2011) é uma expressão retirada do título de uma coleção de ensaios editados pelo Francês Jacques Le Goff, da terceira geração do Annales, a partir de 1968. Nestes ensaios, o autor escreveu sobre "novos problemas", "novas abordagens" e "novos objetos" da história. Provavelmente, o século XX clamava por "novos problemas", como os sociais e econômicos. A vida veio à tona, fato que provavelmente a história tradicional não se interessasse. Burke, (2011, p. 20) enfatiza que,

> O movimento de mudança surgiu a partir de uma percepção difundida da inadequação do paradigma tradicional. Esta percepção da inadequação só pode ser compreendida se olharmos além do âmbito do historiador, para as mudanças no mundo mais amplo. A descolonização e o feminismo, por exemplo, são dois movimentos que obviamente tiveram grandes impactos sobre a escrita recente.

Esse movimento de mudança envolveu novas formas de trabalhar com a história, ocorrendo à aproximação com outras áreas de conhecimentos, tais como, a Psicologia e a Sociologia, que Marc Bloch e Lucien Febvre chamaram de estudo das mentalidades. A nova forma de relacionar os fatos históricos, segundo Dosse (1992), fez com que Marc Bloch se aproximasse mais da sociologia durkheimiana para ter acesso ao mental do que da psicologia. Seu percurso se assemelha mais ao estruturalismo[6] e anuncia os métodos da antropologia histórica. Enquanto que, para Febvre sua maior inspiração é a psicologia, e sua defesa é por considerar que a nova história que se construía, era

[6] Segundo Japiassu (2001, p. 69), estruturalismo é uma doutrina filosófica que considera a noção de estrutura fundamental como conceito teórico e metodológico de diversas ciências (linguística, antropologia, psicologia etc), que tem como procedimento a determinação e a análise de estrutura.

> [...] Uma história dos sentimentos, do amor, da morte, da piedade, da crueldade, da alegria, do medo..., mas logo exprime com precisão que essa história deve se integrar no estudo global de uma civilização e não se isolar de suas raízes, enquanto objetivo desvinculado de seu contexto nas grandes generalizações diacrônicas ou sobre a natureza humana (FEBVRE, *apud* DOSSE, 1992, p. 86).

Nessa perspectiva, a nova história permite a valorização da história das pessoas comuns, o que antes não ocorria porque a história estava voltada para as elites, como ressalta Sharpe (2011, p.40):

> Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século XIX, mas o principal tema da história continuou sendo a revolução e opiniões políticas das elites.

A experiência histórica de pessoas comuns contou com a grande contribuição de Edward Thompson, quando no ano de 1966, escreveu o artigo "The history from below" (A história vista de baixo), que virou um conceito para muitos historiadores. A história vista de baixo, a partir de então, se tornou objeto de diversos ensaios e livros, quando "Novas áreas de pesquisas surgiram e as experiências históricas de homens e mulheres, antes ignoradas, passaram a ser contadas" (SHARPE, 2011, p.41).

Edward Thompson (1987) entendia que a classe operária podia ser o sujeito de uma formação social e cultural e protagonista de sua própria história. Ele afirma:

> Estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgido de processos que só pedem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico (THOMPSON, 1987, p. 12).

Ao analisar as relações dos trabalhadores do século XVIII, frente à revolução industrial e às teorias políticas e de classe dos anos de 1820 e 1830, Edward Thompson deixa evidente que sua análise é contra as concepções sociais dominantes, valorizando a história do homem comum,

> Estou tentando resgatar o pobre tecelão e malhas, o meeiro luddita, o tecelão do "obsoleto" tear manual, o artesão "utópico" e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southtt, dos imensos ares superiores de condescendência da posterioridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesse tempo de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria

> experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais (THOMPSON, 1987, p. 13)

Sharpe (2011, p. 54) afirma que "a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história das experiências do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história". Isto possibilita ao historiador ouvir as duas vozes e a registrar a história dos silenciados, uma vez que não há fontes escritas sobre as histórias das pessoas comuns, e a história vista de baixo justifica essa possibilidade.

Pedagogicamente esta vertente epistemológica da história encontra eco e ressonância, na pedagogia libertadora de Freire (2005, p. 59) para quem os oprimidos "nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e história de ser mais". Tal reconhecimento, segundo Freire, levam os oprimidos,

> Cedo ou tarde a lutar contra quem os faz menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá–la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (FREIRE, 2005, p. 33).

Desse modo, a história vista de baixo possibilita dialogar com as reflexões de Freire, pois os seres humanos "invisibilizados", ao recuperarem sua humanidade, apresentam suas histórias ao mundo.

E como capturar essas histórias? Uma possibilidade é via história oral, que no contexto da Nova História e história vista de baixo passa a ser bastante usada pelos historiadores que tentam estudar as experiências das pessoas comuns, valorizando suas memórias individuais e coletivas.

Segundo Le Goff (1996, p. 473), a "história dita nova se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, que pode ser interpretada como uma revolução da memória". Ele enfatiza que no contexto da nova história há a necessidade em se trabalhar com a problemática contemporânea, valorizando assim, o enraizamento social do indivíduo e de um coletivo, sendo que a memória tem um papel fundamental nesse processo.

Mas a memória já teve outras funções na história? Como ela se desenvolveu? Qual sua importância na História Nova?

2.3 MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

No decorrer da história, a Memória passou por várias interpretações. Na Grécia arcaica havia Mnemom, pessoa que guarda a lembrança do passado e Mnemosine, Deusa mãe das nove musas filha de Zeus. Na Idade Média houve o aparecimento da memória urbana, se tornando a verdadeira identidade coletiva, comunitária, através dos heróis épicos e trovadores.

Segundo Le Goff, (1996), só com o aparecimento da imprensa houve a revolução da memória para a escrita, pois antes dificilmente se distinguia a transmissão oral da transmissão escrita. O desenvolvimento da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, constitui uma verdadeira revolução da memória, a exemplo da memória eletrônica e, no mesmo século, na valorização da memória coletiva, das imagens, dos gestos, dos ritos e das festas, ou seja, um novo olhar é lançado para a história.

Para Halbwachs (2003), a memória está ligada aos comportamentos, às mentalidades, "evoca o depoimento da testemunha, que só tem sentido em relação a um grupo do qual esta faz parte, porque pressupõe um evento real vivido" (HALBWACHS, 2003, p. 12).

Para Le Goff (1990, p. 423), memória é a

> [...] propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada.

Isto faz com que o estudo da memória perpasse por diversas ciências como: psicologia, biologia, psiquiatria e neurofisiologia. Há também os estudos das mnemotécnicas que, segundo Le Goff, (1996), se preocupa com a noção de aprendizagem, de aquisição da memória.

Há também o estudo do sistema de auto-organização da memória. Para Henri Atlan, (*apud* LE GOFF, 1996, p.424), trata-se da

> Utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informação da nossa memória.

A memória social denominada de memória coletiva, um meio importante de conhecer os problemas do tempo e da história que podem advir das sociedades sem escrita, onde a memória coletiva faz parte da vida cotidiana, acumula elementos na memória, como explica

Le Goff: “o primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escritas é aquela que dá um fundamento, aparentemente histórico, a existência das etnias ou das famílias, os mitos” (LE GOFF, 1996, p. 428). Reafirma esse historiador, que “[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas” (LE GOFF, 1996, P. 475).

A princípio, ainda segundo esse historiador, na sociedade sem escrita, havia os genealogistas que eram os homens-memória, especialistas da memória, que eram os guardiões dos assuntos reais chamados historiadores da corte ou tradicionalistas. Eles eram a memória da sociedade e representavam simultaneamente os depositários da história objetiva e da história ideológica. Todavia, não se tratava de uma memorização mecânica, palavra por palavra, ela só apareceria com o surgimento da escrita. Na sociedade sem escrita da qual se refere Le Goff, prevalecia o conto, por possuir características mais criativas e com maior liberdade de expressão.

Sendo assim, ainda na idade Média, com o aparecimento da escrita, começou a se registar as inscrições das celebrações comemorativas, inscrições antigas nas pedras, é quando “A memória assume então a forma de inscrição e suscitou na época moderna uma ciência auxiliar da história, a epigrafia” (LE GOFF, 1996, p. 431).

Então, a memória, ao ser registada através da escrita, possibilitou o surgimento das primeiras fontes históricas, dos primeiros documentos, com as primeiras tentativas de registros em ossos, pele, carapaças, folhas de palmeiras, pergaminho e papel. A evolução social foi fundamental para o aparecimento da escrita e do documento, assim como outros tipos de fontes como, as imagens, a literatura, a cultura material e os vestígios e registros. Segundo Silva (2006), esses termos são os mais utilizados pelos historiadores que investigam a cultura e o cotidiano. Com a Escola dos Annales, principalmente com a Nova História, há a valorização de uma nova fonte de investigação que é a história oral.

Le Goff (1996, p. 51) vai também afirmar que a “A memoria não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”. Para ele a memória é onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procurando salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Daí a importância em se trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Nesse sentido, tem havido uma valorização da memória como um instrumento de arquivamento da história, onde “a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimentos, das classes

dominantes e dominadas, lutando todos pelo poder ou pela vida" (LE GOFF, 1996, p.475). Completa o autor:

> [...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante nas lutas das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e dos esquecimentos é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silenciados da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1996, p. 26).

A manipulação da memória se dava pela atuação de grupos dominantes, onde os fatos, os acontecimentos, passam a ser interpretados pela visão das ideologias pré-determinadas por eles. Mas, há também, a memória dos grupos silenciados pelos dominantes, onde a memória coletiva e individual pode ser vista para contar o "outro lado da história"; uma valorização da história vista e contada através do próprio olhar do sujeito, tornando-se, assim, necessária à valorização da memória e da história dos sujeitos que foram silenciados pela história, como: escravos, indígenas, mulheres, operários, dentre tantos outros. Daí a importância da valorização da memória individual que envolve as lembranças, a consciência, pois ela resgata, retrata o seu contexto histórico, portanto, o coletivo.

A memória individual para Halbwachs, não está inteiramente isolada e fechada em um contexto histórico, pois as lembranças estão relacionadas a um determinado espaço e tempo de um acontecimento vivido, portanto,

> Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, pensamos no momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com as dos outros. Ela está muito limitada no espaço e no tempo (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Posto dessa forma, a memória individual pode ser relevante para resgatar acontecimentos de um grupo, pois, para Paul Thompson (1992), é importante descobrir e valorizar a memória de um homem, uma vez que a memória de um, pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

Valorizar as lembranças através da memória individual, certamente contribuirá para resgatar detalhes do passado de acontecimentos importantes vivenciados por um determinado grupo. Portanto, a história oral, seja como técnica, seja como método, é uma das formas para

se chegar a e memória individual, por isso ela é valorizada pela concepção da Nova História, que se preocupa em desvendar "novos problemas", "novas abordagens" e novos objetos como defendido por Le Goff, que abre um espaço para a afirmação da história oral e para a afirmação de novos objetos de pesquisa.

Segundo Alberti (2006, p.157), a partir da década de 1960 a história oral ficou conhecida como "a fase da história oral "militante", praticada por pesquisadores que identificavam na nova metodologia uma solução para "dar voz" às minorias e possibilitar a existência de uma história 'vista de baixo'".

A história oral[7] , Segundo Ferreira (1998), se enraizou nos meios acadêmicos e nos movimentos sociais, com o compromisso de dar voz aos excluídos e marginalizados, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, que excluía a história das massas trabalhadoras. Ferreira enfatiza, também, que no Brasil, em decorrência do regime militar instaurado em 1964, o avanço do projeto de história oral de 1975 da Fundação Getúlio Vargas foi 'freado'.

Esse projeto tinha como objetivo ministrar cursos de história oral por especialistas norte-americanos e mexicanos, patrocinados pela fundação Ford, cuja intenção estava em implementar a metodologia da história oral em diversas universidades do país. No entanto, com a opressão do regime militar, que durou até a década de 1980, os pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas passaram a ter certa dificuldade em realizar programas de entrevistas, principalmente se envolvesse o contexto da história da época, pois, o regime militar visava a censurar e a repreender a livre expressão dos que eram contra a opressão vigente. Neste momento, houve maior limite e controle dos segmentos populares e lideranças sociais. Artistas foram perseguidos e exilados, universidades sofreram intervenção, entre outros fatos.

[7]A primeira experiência da história oral como atividade organizada é de 1948, quando o professor Allan Nevis lançou o The Oral History Project da Universidade de Colúmbia (THOMPSON, 1992). Segundo Thompson a história oral se expandiu no final de 1960 nos Estados Unidos, surgindo em 1960 a Associação da História Oral (Oral History Association) – OHA, com publicações anuais de revistas. Outras universidades, centros de pesquisas, meios de comunicação, foram aderindo à história oral que foi se consolidando em outros países como: Itália, Alemanha, Canadá, França e Grã-Bretanha. Nesta última, foi fundada em 1973 a Oral History Society – OHS. No Brasil uma das primeiras experiências com história oral ocorreu em 1971, em São Paulo, no Museu da Imagem e Som (MIS), que tem se dedicado à preservação da memória cultural Brasileira. Em 1972, na Universidade Federal de Londrina, e em 1975, na Universidade Federal de Santa Catarina, também foi implementado um laboratório de história oral. No mesmo ano se estabelece o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), sediado na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, que apresenta um setor de história oral, tendo no seu acervo entrevistas de personagens da história política contemporânea do país.

Após o regime militar, a história oral começou a ser mais utilizada no Brasil. Um número crescente de programas de História oral foi criado em universidades ou em instituições que tinham por objetivo a preservação da memória.

No Brasil, a história oral começou a ser expandir como metodologia de pesquisa na década de 1990, período em que houve maior estabilização política, valorização de pesquisas qualitativas, resgate de experiências individuais e a valorização da história cultural. Afirma Alberti que:

> A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador e fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participam de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projeto de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2006, p. 155).

Meihy (2007, p. 17) define a história oral como sendo "um recuso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos".

Para reforçar os seus argumentos, Meihy, (2007, p. 18-19) apresenta os principais conceitos de história oral:

> Historia oral é uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinadas a: recolher testemunhos, prover análises de processos sociais de presente, e facilitar o reconhecimento do meio imediato.
>
> A formulação de documentos através de registros eletrônicos é um dos objetivos da história oral. Contudo, esses registros podem também ser analisados a fim de favorecer estudos de identidade e memória coletiva.
>
> Historia oral é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de entrevistas gravadas em aparelhos eletrônicos e transformadas em textos escritos.
>
> História oral é um processo sistêmico de uso de entrevistas gravadas, vertidas do oral para o escrito, com o fim de promover o registo e o uso de entrevista.
>
> História oral é um processo de aquisição de entrevistas inscritas no "tempo presente" e deve responder a um sentido de utilidade prática, social, e imediato.

Para esse autor, a história oral não é simplesmente o registro de conversas mediadas através de gravador, mas um conjunto de procedimentos que exige planejamento, envolvendo

projeto que justifique as ações, interesse social, utilização de meio eletrônico, como, o gravador, registros e destinos das entrevistas. A entrevista é a fonte privilegiada da História oral. Ela "é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim" (MEIHY, 2007. p. 14).

Nessa perspectiva, segundo Bogdan (1994, p.134), "a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito", sendo esses dados importantes para a análise dos objetivos do projeto proposto. No caso específico desta dissertação, escolhemos o tipo de entrevista semiestruturada que, segundo Osvaldo (2009, p 211), "se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, que permite ao entrevistador fazer as necessárias adaptações e utilizar-se de um roteiro".

A entrevista semiestruturada nos permite acrescentar novas perguntas e indagações durante o momento da pesquisa, perguntas que possam dar maior esclarecimento de questões que estão sendo investigadas pelo projeto da pesquisa em questão. Como enfatiza Manzini (1991, p. 154):

> [...] a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. O uso gravador é comum a esse tipo de entrevista. É mais adequada quando desejamos que as informações coletadas sejam frutos de associações que o entrevistador faz, emergindo assim de forma mais livre.

Assim como deve haver um cuidado em relação à escolha do tipo de entrevista, de modo que esta atenda os objetivos da pesquisa, Meihy (1994) apela para o cuidado na utilização da história oral, para evitar confusão, pois, existem na História oral, três ramos: a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral. Cada uma deve ser usada a partir de objetivos propostos, sendo que cada uma possui características diferentes.

A história oral de vida se preocupa com o registo de experiência pessoal**.** Segundo Meihy (1994), a história oral de vida obedece à metodologia e a um procedimento conhecido por entrevista livre, com questionários ou perguntas diretamente intuitivas, caracterizadas com gravações longas e devem obedecer à captação do sentido da experiência vivencial de alguém.

A história oral temática investiga um assunto específico, de caráter mais individual, e pode ser um recorte da experiência de vida do sujeito: "A historia oral temática aborda questões externas, objetivas, factuais, temáticas, enfim, contrasta com historia oral de vida que cuida mais livremente de impressões, subjetividades" (MEIHY, 1994, p. 57). Trata-se de

uma vertente de caráter social e sua investigação quase sempre tem por objetivo gerar documentos. Permite, também, no processo de análise das entrevistas, a utilização de documentos que comprovem a originalidade de alguns fatos. A história oral temática se torna a vertente mais técnica, a mais utilizada pelos sujeitos que procuram investigar assuntos específicos, como os utilizados pelos jornalistas.

A terceira variante é a tradição oral. Trata-se de uma investigação mais minuciosa, que exige detalhamento e atenção à investigação de mitos e tradições, pois, segundo Meihy (2007, p.41), "as investigações devem revelar, além das posturas e comportamentos do grupo, a noção de passado e presente daquela cultura". A tradição oral possui caráter mais coletivo, pois, ela se preocupa com o estudo da experiência de um povo, como crenças, festividades, rituais de passagens, doenças, epidemias endêmicas etc.

Mediante essas três técnicas definidas Meihy, como esta nossa pesquisa parte de um projeto acadêmico, de caráter qualitativo, com objetivos definidos, utilizamos a História oral de vida e história oral temática, visando à análise sincrônica de acontecimentos ocorridos no momento vivencial do entrevistado. No entanto, priorizaremos mais o uso da história oral temática, por ela ser mais justificável para um trabalho acadêmico, além de permitir a utilização de outras fontes de pesquisas como memorial, documentação, fotografias, etc.. Trata-se da chamada história oral híbrida, a qual se justifica pela utilização e comparação das falas da entrevista com outras fontes de pesquisa, como os documentos escritos, no sentido de garantir maior veracidade dos acontecimentos narrados.

A história oral, no contexto da Nova História, abre a possibilidade do resgate de novas histórias antes desvalorizadas. Ainda, segundo Alberti (2016, p. 157), com o advento da história oral, houve um maior interesse em relação "as entrevistas de história de vida com membros de grupos sociais que, em geral, não deixavam registros escritos de suas experiências de vida e formas de ver o mundo". Isto porque a história oral se posiciona contra a história positivista do século XIX. Assim, "a história oral tornou-se a contra-história, a história do local e do comunitário em oposição à chamada história da nação" (ALBERTI, 2016, p. 157).

Portanto, a Nova História, valoriza a história dos humildes, dos primitivos, dos "sem história", daí a importância em se trabalhar no interior dessa modalidade, pois, segundo Paul Thompson (1992, p. 44), a história oral é "[...] uma história constituída em torno de pessoas. Ela lança à vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Ela admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo".

Sob essa perspectiva, as testemunhas das classes subalternas também podem ser convocadas a depor, possibilitando a

> [...] uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo (THOMPSON, 1992, p, 26).

Nesta direção, a Nova História, a história vista de baixo e a história oral possibilitam a valorização da história das pessoas que foram omitidas na história serial. Logo, no campo particular desta pesquisa, nos propusemos a analisar a história de Manoel do Carmo, um intelectual orgânico, do qual tomaremos a sua memória individual para representar a memória de muitos que integram o grupo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá. Uma história que transmite a história do povo da Amazônia, do povo Marajoara, do povo gurupaense.

2.4 *LÓCUS* DA PESQUISA: O MUNICÍPIO DE GURUPÁ-PARÁ

A pesquisa foi realizada no município de Gurupá, localizado no arquipélago do Marajó, estado do Pará, na Amazônia. Este município apresenta uma relevante história de lutas e conquistas iniciadas no século XVI. Segundo Torres (2016), a região a que pertence o município de Gurupá foi ocupada no final do século XVI pelos holandeses, que chegaram à região para explorem as drogas do sertão na região e na foz do rio Xingu. No município de Gurupá, esses holandeses construíram o primeiro forte de proteção do território, denominado Mariocay, em homenagem aos indígenas Tupinambá que ali moravam.

Torres (2006) explica que no início de 1600 o território do Baixo Xingu havia sido invadido por holandeses e ingleses, área considerada dos portugueses, de acordo com tratado de Tordesilhas, assinado em 07 de junho de 1494 entre o reino de Portugal e o reino da Espanha, para dividir as terras descobertas na América. Os portugueses, ao saberem da invasão em Gurupá, mandaram uma tropa comandada pelo Capitão Mor Bento Maciel Perante, que expulsou os holandeses em 1623, destruindo assim o forte Mariocay e construindo um novo forte denominado de Santo Antônio de Gurupá, que deu origem ao nome da cidade. Este acontecimento marca a chegada e posse dos portugueses na região e fundação da cidade de Gurupá, há 392 anos, uma das mais antigas do estado do Pará.

Em 1639, o povoado foi elevado à condição de Vila, e em 1885, à condição de cidade pela Lei 1.209 de 11 de novembro de 1885.

No século XXI, o município de Gurupá celebra a preservação de suas áreas, graças a um trabalho árduo dos movimentos sociais. Na condição de unidades de conservação, em 2000, segundo Dias (2006), houve as titulações das primeiras unidades de conservação no município que foram: a titulação do projeto de assentamento agroextrativista do Camutá do Pucuruí, e a titulação das comunidades de Remanescentes de Quilombos de Gurupá. Em 2005, através do Decreto Presidencial de 14 de junho de 2005, numa área de 64.735 hectares, foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá (RDS/Itatupã-Baquiá), que é uma unidade de conservação brasileira de uso sustentável.

Outra unidade criada em 2006 foi a Reserva Extrativista (RESEX) Gurupá-Melgaço, legalizada pelo decreto presidencial de 30 de novembro de 2006, abrangendo os municípios de Gurupá e de Melgaço, numa área de 145.297 hectares. Seu objetivo é proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A mais nova unidade de preservação do município é o Projeto de Assentamento Sustentável, de 29 de dezembro de 2011, criado pela portaria nº 113, denominado Ilha Grande de Gurupá, com área de 304.590,648 hectares, cuja finalidade é atender cerca de 1.292 unidades agrícolas familiares da superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Atualmente, a economia do município é baseada no agro extrativismo, pesca, agricultura de subsistência, serviços públicos e privados, mas a economia já foi marcada pela exploração do látex, da madeira e do palmito. Tais explorações foram determinantes na produção de conflitos sociais no século XIX e XX, que contou com a interferência da igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base, da Teologia da Libertação e posteriormente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

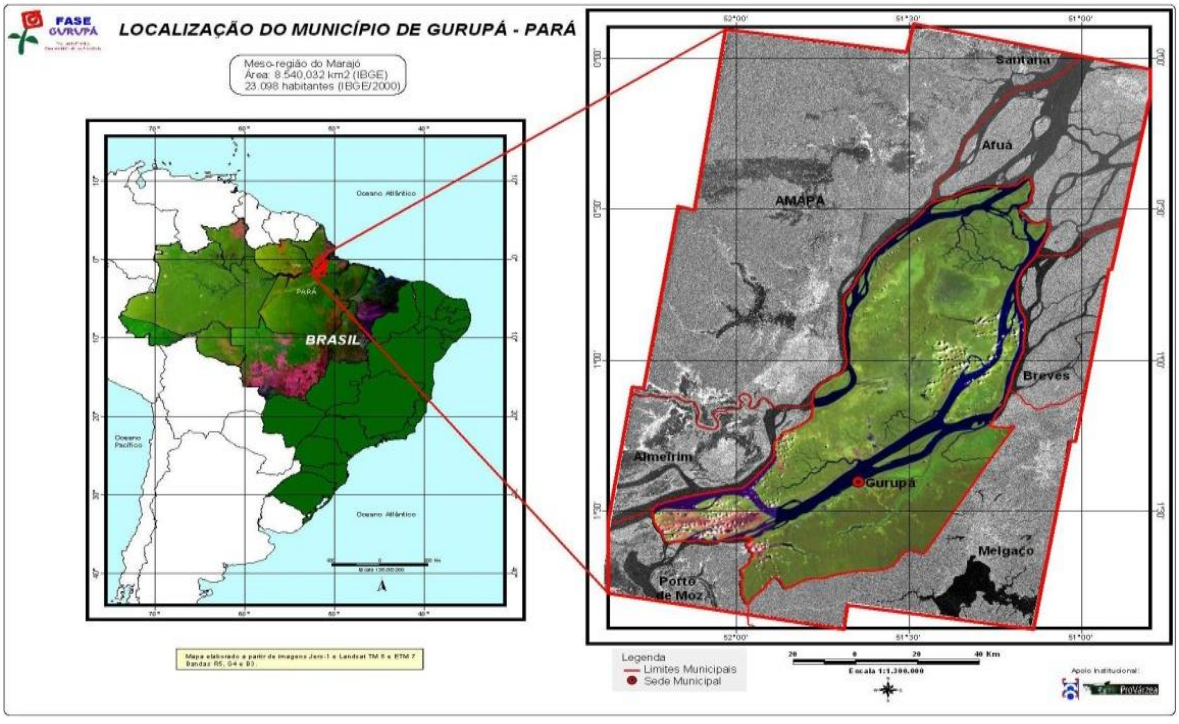
Segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, nesse ano, a população do município de Gurupá registrava 29.062 mil de habitantes, com a estimativa para 2015 de 31.623 mil de habitantes. Sua área é de 8.540,03 km², representando 0,68% do estado do Pará, 0,22% da região Norte e 0,10% de todo o território brasileiro.

A distância da capital do estado do Pará, Belém até o município de Gurupá é de 348,41 Km. A sede do município está localizada acerca de 28 horas de viagem de navio saindo de Belém/PA, e 12 horas saindo de Macapá/AP. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000) é de 62,59%.

O município de Gurupá faz divisa com os municípios de Breves, Afuá, Melgaço, Porto de Moz, Almeirim, e com o estado do Amapá. A área urbana da cidade está localizada à margem esquerda do rio Amazonas, porém, a maioria dos moradores reside na zona rural, pois, dos 29.062 habitantes, 19.482 (67%) residem na zona rural e 9.580 (33%) na área urbana.

No mapa seguinte, podemos visualizar a localização geográfica do município de Gurupá no estado do Pará. Na imagem ampliada é possível ver a localização da sede da cidade, no ponto vermelho. Na frente da cidade, localiza-se o rio Amazonas e a ilha grande de Gurupá, região de várzea é onde se localiza a CFR de Gurupá e a residência de Manoel do Carmo. O município é constituído 70% por ilhas, rios e área de várzea, e 30% de zona urbana. A rede hidrográfica é a principal via de acesso a outras cidades e a regiões ribeirinhas do município.

Mapa 1 – Localização Geográfica da cidade de Gurupá/PA



Fonte: FASE/2007.

SEÇÃO III - MANOEL DO CARMO E A ECONOMIA DA BORRACHA NA AMAZÔNIA

A história de vida de Manoel do Carmo de Jesus Pena é marcada pelo trabalho extrativista e pela militância nos movimentos sociais. Sua luta está fundamentada em princípios sociais, políticos, econômicos e educacionais em prol da melhoria de vida das pessoas que moram na zona rural do município de Gurupá.

Pelas características que marcam o objetivo de vida de Manoel do Carmo, é possível afirmar que sua história retrata a história da Amazônia, do Marajó e principalmente do município de Gurupá que tem uma história marcada pela perda e recuperação da posse da terra pelos trabalhadores rurais. O século XIX demarca, historicamente, o período da perda da posse, resultante do início do ciclo da borracha na região Amazônica e intensificada em Gurupá, quando ‘os patrões’ chegaram para comandar o sistema de aviamento instalado na região.

A recuperação da posse é conquistada pela luta do povo gurupaense, iniciada com o trabalho de conscientização da igreja católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e através da luta sindical dos trabalhadores rurais. No cerne dessas conquistas, Manoel do Carmo, dedicou-se, ao longo de sua vida, em levar informação e formação ao povo camponês gurupaense. Suas ações e reflexões ajudam-nos a compreender que o homem é capaz de agir e transformar uma determinada realidade. Especialmente em se tratando de Manoel do Carmo, estamos diante de um verdadeiro filósofo da realidade camponesa. Como descreve Gramsci,

> Todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea” peculiar a “todo o mundo”, isto é da filosofia que está contida: 1) Na própria linguagem, que é, um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, consequentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifesta naquilo que se reconhece geralmente por “folclore” (GRAMSCI, 1981, p. 11).

De acordo com as ideias de Gramsci, todos os homens são filósofos, pois todos podem agir intelectualmente sobre a prática na sociedade desde que tenham consciência de seu papel na sociedade.

A linha do tempo de Manoel do Carmo é formada por fases importantíssimas, nas quais ele demonstra o seu pensar e agir na sociedade. De origem familiar portuguesa, ele recebeu influência das CEBs. Formou-se em seminários da igreja católica dos municípios de

Altamira e Santarém, no Pará. Desses seminários ele recebeu as orientações que fundamentam sua militância nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e no projeto educacional Casa Familiar Rural de Gurupá.

Imagem 1- Manoel do Carmo: linha do tempo

Fonte: Guimarães, 2016.

No processo histórico de vida desse intelectual, é possível constatar acontecimentos que envolvem perdas e conquistas de direitos e a luta por dignidade. É uma história que se imbrica a acontecimentos do século XIX, um passado marcado pela exploração do látex no cenário amazônico e particularmente no município de Gurupá.

3.1 A CHEGADA DOS PATRÕES EM GURUPÁ

O município de Gurupá, no arquipélago do Marajó, foi influenciado socioeconomicamente pelo ciclo da borracha em ascensão na Amazônia, a partir do século XIX. Segundo Sampaio (2015), em 1848 a borracha ocupava o 4º lugar na lista de produtos exportados do Estado do Pará, os primeiros eram o tabaco, o cacau e o couro. Nessa época, as extrações da borracha se concentravam na região das ilhas, localizadas entre Marajó e a foz do Xingu.

Decorrente desse comércio, muitos migrantes, atraídos pelo *boom* da borracha, passaram a residir na região amazônica. Homens, mulheres e crianças de outras regiões do Brasil e da Europa se deslocaram para a região. Alguns se instalaram nos grandes centros como Belém para realizar atividades comerciais; outros nas ilhas, rios, igarapés. Com isto

iniciaram-se relações econômicas antes não existentes com a instalação das casas comerciais, das casas de aviamentos e a relação entre patrões e fregueses.

Segundo Cancela (2012), grande parte dos imigrantes veio dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, em virtude das grandes secas que ocorreram no Nordeste, a partir de 1877. Sampaio (2015) ressalta que os imigrantes de outros países eram de Portugal, Itália, Espanha, Síria, Líbia e Arábia.

Esse contexto político que faz parte da história de Gurupá é confirmado por Manoel do Carmo (2016b), pois, segundo ele, muitas pessoas chegavam à região, atraídas pelo preço da borracha, enquanto outros chegaram através de contatos pré-estabelecidos com as casas comerciais de Belém do Pará. Essas casas articulavam os destinos dos imigrantes, os quais desembarcavam, primeiramente em Belém e, posteriormente, eram direcionadas a outros municípios, isto é, para as áreas a serem exploradas que, à época, eram denominadas de colocações. Segundo Sampaio (2015) havia agentes que pagava a passagem, hospedagem e alimentação para alguns nordestinos chegarem ao Pará ou Amazonas. A dívida das viagens era transferida, posteriormente, aos proprietários das terras que, por sua vez, cobravam dos trabalhadores.

Segundo Manoel do Carmo (2016b), essas colocações não eram totalmente desabitadas. Em muitas, existiam posseiros.

> Aquelas colocações haviam vestígio de indígenas, algumas famílias, alguns descendentes de cabanos foi o que sobraram por aqui, havia pouca gente, vamos dizer que em 1850 por aí, quase todos os índios já tinham ido para o Xingu; mas havia....sempre tinha nos rios, nos igarapés as pessoas, descendente de maranhenses, de cearenses, de índios, de quilombolas (MANOEL DO CARMO, 2016b, p.10).

Manoel do Carmo relata que, no século XIX, na região do Marajó, ocorreram migrações e imigrações resultantes do movimento da Cabanagem e da seca na região nordeste do Pará. Ele afirma que a revolução da Cabanagem fez com que muitas pessoas passassem a viver na região marajoara para fugirem dos conflitos. Com o fim da revolução, muitas pessoas retornaram para os seus lugares de origem, mas outras não, como os índios, que escaparam dos conflitos fugindo para a região do baixo Xingu.

As pessoas que permaneceram na região passaram a ser denominadas de posseiros de suas terras. Com a ascensão da economia da borracha na Amazônia, novos sujeitos migraram de várias partes do Brasil e do exterior. Tal reocupação, segundo Manoel do Carmo, provocou o histórico de conflito por terras no município de Gurupá, que marca a sua presença.

Conta-nos esse líder, que nesse tempo, migrantes com alto poder aquisitivo, chegavam na região do Marajó com o objetivo de adquirir terras. Assim, tornaram-se patrões na região, o qual "se apossava ou comprava várias colocações, 20, 30 colocações. Como patrão, tinha que ter em torno de 20, 30, 40 colocações que era exatamente para ele ter 20, 30, 40, 50, 100 fregueses" (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 10). Uma colocação correspondia a uma área composta com estradas cuja vegetação era formada de seringueiras.

Para o trabalho de extração do látex, o patrão precisava de pessoas para riscar a seringueira e, consequentemente, viabilizar o sistema de aviamento. O processo se dava por meio da "sedução", de convencimento do patrão para que o seringueiro, o oprimido, não se reconhecesse como explorado. Como esclarece Freire (2005, p. 33) "os opressores, falsamente generosos, têm necessidade para que a sua "generosidade" continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça".

Esse processo fez com que os posseiros acabassem vendendo suas terras para o patrão. Segundo Manoel do Carmo (2016b), os posseiros vendiam ou trocavam suas terras por valores irrisórios. Muitos as trocavam por mercadorias como: cascos, roupas, remédio ou ajuda de custo para reforma de casa etc.. Com a venda de suas terras, os posseiros passaram à condição de fregueses. Com estas práticas dava-se início ao sistema de aviamento, estabelecido pela relação de submissão entre patrões e fregueses.

A princípio, o patrão, visto como uma figura importante e necessária para os posseiros, se instalava na área a ser explorada.za Manoel do Carmo (2016b, p. 11),

> Porque qual era o negócio, o cara lá, o freguês, estava maluco para ter um patrão! –Ele queria ter patrão? – Óbvio! Ele queria ter um patrão; por quê? Porque o patrão tinha mercadoria para ele comprar, se não tiver o patrão ele tinha que fazer o quê? Esperar o regatão que vinha de mês a mês ou então ir em Gurupá remando, para comprar as mercadorias que ele tinha necessidades, e se o patrão se instalasse lá próximo de onde ele já trabalhava, bacana, por quê? O que ele ia comprar lá em Gurupá é o que ele comprava do patrão (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 11).

Assim, as relações que foram se estabelecendo entre patrão e freguês passaria da sedução à opressão. Foi-se criando uma dependência, primeiramente estabelecida pela conquista da posse da terra, posteriormente, pelo uso da mão de obra. Os fregueses passariam a vender e comprar as mercadorias exclusivamente nos barracões comerciais do patrão.

Esclarece Manoel do Carmo que a questão geográfica da região do Marajó favorecia essa dependência, principalmente entre moradores das ilhas e dos rios, uma vez que estes ficaram muito distantes da sede da cidade. No final de 1800 e início de 1900, o acesso era

feito por canoas à vela e/ou a remo e as pessoas passavam horas e dias se deslocando. O sistema de aviamento liberava esses moradores do sacrifício do deslocamento, mas tornava-os reféns e dependentes do patrão.

Na imagem a seguir, é possível visualizar os meios de transporte fluvial do município de Gurupá no período mencionado. A imagem mostra as pessoas praticando atividades comerciais em frente a cidade de Gurupá. A casa, ao fundo, é um trapiche municipal às margens do rio Amazonas. Às margens do rio, podemos visualiza canoas e pequenas embarcações à vela.

Foto 1. Prática de comércio às margens da cidade de Gurupá, século XX.

Fontes: Torres, 2016.

O tempo gasto e o esforço humano gasto com remadas para se chegar até a sede da cidade, não era fácil. Este sacrifício gerou motivo para que os fregueses aceitassem a chegada do patrão nos rios. A princípio, as pessoas não se sentiam exploradas, mas com o passar do tempo foram se dando conta da exploração e o aprisionamento ao sistema de aviamento.

O processo de conscientização acerca da exploração foi possibilitando a libertação dos nativos transformados em seringueiros, que passaram a se assumir na sociedade envolvente como classe e, como esclarece Freire (2016), a ter uma espécie de consciência coletiva no contexto social. Para Freire, a "conscientização é engajamento histórico. Ela é igualmente consciência histórica: por ser inserção crítica na história, ela implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo" (FREIRE, 2016, p. 57).

O sistema de aviamento era a principal ferramenta de submissão aplicada ao freguês pelo patrão, pois, logo que o patrão se instalava em uma colocação realizava um acordo como os fregueses de compra e venda de mercadorias. Nesse acordo, os fregueses eram aviados, recebiam mercadorias, cestas básicas antecipadas com produtos para o consumo e para o trabalho na extração do látex e, em troca, teriam que vender a borracha e outros produtos extraídos da floresta exclusivamente para o patrão, que enviava o produto para casas comerciais de Belém e para casas comerciais de outros países.

Acerca desse fato, Manoel do Carmo (2016b) ressalta que na casa de aviamento tinha produtos básicos necessários para o consumo alimentar da família e para o trabalho com a atividade extrativista, tais como, querosene, fósforo, farinha, açúcar, café, bolacha, roscas de massas, fumo, remédios, terçados, machados, faca para riscar a seringueira, tigela para colher o látex, pólvora, chumbo, panelas e redes. Quando se precisava de outro tipo de produto, como tecidos ou sapatos, os fregueses encomendavam o pedido para o patrão, que mandava buscá-lo em Belém para aviar o freguês.

A partir do primeiro aviamento, o freguês já iniciava o trabalho nas colocações, a riscar a seringueira, a extração do látex e entrega da borracha para vender na casa de aviamento e com esse trabalho, pagar a sua dívida mensal ou quinzenal. Porém, como sempre o freguês era aviado pelo patrão, a dívida nunca era quitava, ou seja, a produção do freguês era sempre inferior à dívida anterior, o que fazia com que o seringueiro assumisse uma relação de dependência, de domínio do patrão sobre o freguês, pois tinha que voltar para pagar a nova dívida criada pelo padrão.

Com a dívida contraída, o freguês não podia sair das colocações, ir embora, pois, geralmente, estava devendo na casa de aviamento. Em outros casos, o freguês fornecia mercadorias além do esperado pelo patrão, tendo direito a saldo, excedente a receber, mas o patrão não o pagava em espécie para obrigar o seringueiro a permanecer nas colocações. As pessoas ficavam aprisionadas às colocações e ao domínio, subserviente à fiscalização dos patrões. Só depois de muito tempo de exploração,

> [...] o freguês ia percebendo que era ruim o patrão, mas no começo, para ele adquirir a terra, a conversa que o patrão fazia, a situação era melhor do que o que ele tinha anteriormente. Depois que ele ia ver as dominações do patrão, as disciplinas que o patrão colocava para ele sobre a questão de caça, de fazer o roçado, de riscar a seringa, ele era fiscalizado no seringal, ele não podia dar não sei quantos riscos na seringa, não podia dar o risco maior na seringa do que devia, todos os patrões fiscalizavam. **Então foi a história lá do meu avô, do meu tio patrão e o meu pai era um deles, era um dos freguês. Esse conhecimento eu tenho, conhecimento mesmo de vida, eu**

> **vivi isso**, eu sempre fazia quinzena com a minha mãe, fazia compra a quinzena. – Vamos no barracão, amanhã? Eu vou no barracão! Aí eu ia fazer a quinzena (MONOEL DO CARMO, 2016b, p.12, grifo nosso).

Essa história da Amazônia, do Marajó, de Gurupá, é uma história de homens, de mulheres e de crianças em situações desumanas, construída na relação opressor/oprimido. A história que Manoel do Carmo traz à tona provoca questionamentos e reflexões sobre esse período da exploração da borracha, uma vez que seu avô e seu tio foram patrões e seus pais fregueses.

Segundo Wagley (1977), depois de 1912, Gurupá, sofreu anos com a crise econômica da borracha na Amazônia. Mas, segundo Manoel do Carmo (2016b), mesmo com a crise da borracha, os patrões continuaram na região por muitas décadas do século XX, realizando sistema de aviamento com outros produtos como a madeira e o palmito, dois produtos cuja exploração provocou problemas ambientais no município. Como enfatiza Dias (2006, p.17): "Nessa fase, estes trabalhadores se viram frente a novas ameaças que circulavam ainda mais as suas lutas: a devastação dos seus meios de vida em função da exploração predatória dos recursos naturais por empresas madeireiras e de beneficiamento do palmito e de açaí".

3.2 A FAMÍLIA

Manoel do Carmo nasceu no município de Gurupá, em 27 de outubro de 1955, no rio Moju, filho casula de Sebastião Rodrigues Pena e Olímpia Farinha de Jesus, já falecidos. Seus pais tiveram 09 filhos: Margarida (que faleceu ao nascer), Neuza, Maria da Conceição, Terezinha, Emília (já falecida), Lurdes (que faleceu aos 04 meses de vida), Nelcindo, Lindalva e Manoel do Carmo.

A família materna era de origem portuguesa, que veio para o Pará a convite das casas comerciais de Belém para trabalhar no ciclo da borracha. Aos 04 anos de idade, Olímpia, mãe de Manoel do Carmo, nascida em 1912, em Belém, ficou órfã e passou a morar com seus tios José Lourenço e Emília, parentes mais próximos e patrões que residiam no rio Moju, ilha Grande de Gurupá. Os demais membros da família moravam em Portugal.

Segundo Manoel do Carmo (2016a), aos 15 anos, Olímpia foi levada para Portugal ao encontro de seus avós, mas não se acostumou no país. Ao retornar a Gurupá, Olímpia foi reconhecida como filha legítima pelo seu tio. Entretanto, descreve Manoel do Carmo, sua mãe recebia tratamento diferenciado na família do tio, pois ela era tratada com desprezo. Manoel do Carmo ressalta que, como filha adotiva, sua mãe era responsável por trabalhos pesados na cozinha e no barracão e nem foi considerada herdeira na herança do tio, que era patrão.

Manoel do Carmo, ao se referir a sua mãe, demonstra muito carinho e admiração por considerá-la uma mulher que "não sabia ler e escrever, mas que era muito educada, muito religiosa, honesta, hospitaleira, guerreira, carinhosa e criativa" (MANOEL DO CARMO, 2016a p. 2).

Segundo esse intelectual orgânico, seu avô, José Lourenço, "foi o maior comerciante, "dono" de terras e patrão do rio Moju" (2016a, p. 2). Os patrões tinham características peculiares, instalavam-se em lugares estratégicos. Na região de Gurupá, eles se instalavam nos principais rios para terem o controle da entrada e saída das embarcações, das pessoas e da produção. José Lourenço, por exemplo, se instalou no rio Moju, um dos maiores e principais rios da cidade de Gurupá, fixando residência e barracão na boca de três rios, no rio Moju, para ter maior controle e domínio (MANOEL DO CARMO 2016B, p. 10).

No século XIX não havia muitas famílias na região de Gurupá. Segundo Wagley (1977), por volta de 1819, na sede da cidade, existiam aproximadamente 86 famílias ou 564 pessoas, formadas etnicamente por índios e mestiços, estes últimos compostos pela integração entre indígenas e portugueses. Em 1850 a população na sede da cidade estava estimada em 715 pessoas. Nas ilhas, a população não era numerosa.

Segundo Manoel do Carmo (2016b), as famílias, nesse período, possuíam propriedades muito extensas, a exemplo do seu avô, José Lourenço, que possuía o controle de uma média de 20 famílias e juntamente com seu filho Manoel Lourenço, tratavam todos os fregueses da mesma forma, independente de graus de parentesco. Todos os moradores da área que o patrão se dizia dono, tinham que se submeter a certas regras dos patrões, principalmente sobre a venda e compra exclusiva no barracão do patrão.

O patrão do Moju tinha uma característica peculiar.

> No Moju, na minha época, vamos dizer que estamos falando de 45, 50 anos atrás, os patrões do Moju não cobravam nada pelo trabalho da terra, não cobravam arrendamento, não cobravam nada. O que é que eles cobravam? A venda exclusiva da produção pra ele, e comprar as mercadorias de necessidade das famílias no barracão, na casa comercial deles, só essa a exigência. Mas pra outros patrões aqui em Gurupá, mesmo nessa época, tinha que pagar arrendamento, não sei quantos quilos de borrachas por ano, não sei quantos quilos de látex por ano, mas no rio Moju não acontecia, vamos dizer que era uns patrões melhores, os do rio Moju (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 4).
>
> .

Além do controle sobre as pessoas pelo sistema de aviamento, os patrões também passavam a ser padrinhos dos filhos dos fregueses, uma forma ideologia de manter o controle das famílias.

A família paterna de Manoel de Carmo, de origem cabocla, era de origem gurupaense. Seu pai se chamava Sebastião, nasceu em 1908, "conhecia todas as atividades extrativistas e agrícolas da época. Fazia de tudo para dar o sustento à família. Era um homem muito trabalhador e honesto em tudo que fazia" (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 1). Falecido aos 86 anos, Sebastião era um dos poucos homens da época que sabia ler e escrever; gostava de ler para a família histórias bíblicas do antigo testamento; gostava de arte, tocava violão e participava de um grupo musical juntamente com seu irmão Júlio Pena: "o melhor e mais procurado conjunto musical da época" (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 1).

Na foto 2, é possível visualizar os pais de Manoel do Carmo, em frente à igreja, no rio Moju: Dona Olímpia (em pé no trapiche) e o pai, Sebastião (sentado na escada), além do avô, José Lourenço (canto direito inferior).

Foto 2 – Imagem dos pais e avô materno de Manoel do Carmo

Fonte: Manoel do Carmo, 2016.

A família de Sebastião e Olímpia era formada por muitas filhas e isto exigiu a intensificação do trabalho dos homens (que era minoria). Segundo Manoel do Carmo (2016b) a ilha Grande de Gurupá, por ser área de várzea, exigia um trabalho pesado, mais voltado para o sexo masculino, como o corte e retirada da madeira em áreas alagadas. Por serem apenas do sexo masculino, 02 filhos (Nelcindo e Manoel do Carmo), estes tiveram que trabalhar muito para ajudar no sustento da família. Diz Manoel do Carmo (2016b, p. 1):

> Eu e Nelcindo éramos os homens da casa. Meu irmão sete anos mais velho que eu. Nelcindo irmão homem....por que eu relato isso? Porque a grande

> tradição da várzea o trabalho é mais masculino. Na terra firme não. Na terra firme as mulheres tem um trabalho bastante presente na economia da família. Na área de várzea não, é o masculino; então em uma família que tem muitas irmãs, aquela família passa por grandes dificuldades, muitas meninas, muitas mulheres.

Contudo, segundo Manoel do Carmo, até os diais atuais, há diferenças entre os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres moradoras da várzea e os desenvolvidos nas décadas de 50 a 60 anos atrás. Nessas épocas, suas irmãs riscavam seringa e colhiam o fruto da ucuúba (que servia na época para a produção de sabão). Elas exerciam atividades econômicas em trabalhos que não exigiam muito esforço físico.

Por ser o filho caçula, e por morar com muitas mulheres, Manoel do Carmo relata que foi criado com extremo cuidado e foi muito mimado por suas irmãs e mãe. Passou toda a infância ajudando suas irmãs e sua mãe nas tarefas de casa e em atividades agrícolas próximas da casa. Ajudava em plantações de melancia, feijão, milho e jerimum. Outro trabalho que Manoel do Carmo exercia com sua mãe, por ser de caráter mais doméstico, era a extração do óleo da Andiroba, que segundo ele, na época da safra, sua mãe extraia entre 60 a 80 litros por ano. Toda a produção agrícola era destinada à subsistência da família e o excedente era vendido no barracão do patrão.

A partir de 12 anos de idade, Manoel do Carmo começou a trabalhar mais com seu pai e seu irmão na mata, na floresta, período, segundo ele, muito importante para sua formação humana, pois seu pai era muito trabalhador, e exigia muito dos filhos. Era uma rotina que diferenciava da de outras famílias que residem na várzea, como podemos constatar em sua fala:

> Uma coisa que é muito característica do camponês e principalmente da várzea, do extrativista, está em colher os produtos da floresta e pronto, né! Aí 10 horas do dia, 11 horas, já chega em casa e pronto. Nós não, eu com o meu irmão, o mínimo que nós trabalhávamos eram 8 horas por dia, nós não brincávamos no trabalho isso para a gente ter na nossa família melhor condição de vida, com todas as dificuldades da época (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 3).

Importa ressaltar que Manoel do Carmo trabalhava 08 horas por dia porque não frequentou a escola quando criança e nem na adolescência. Ele aprendeu a ler e escrever com suas irmãs, que faziam serões de estudos à noite, à luz do lampião, antes de irem dormir.

Manoel do Carmo sempre trabalhou muito na infância e adolescência. O trabalho era intensivo na coleta de produtos da floresta.

> Eu vendia o látex, a borracha, a pele da caça... a pele de animal, o óleo da andiroba, o artesanato que algumas famílias faziam...que mais? É... baunilha que é uma planta vegetal, muito cheirosa e dava dinheiro naquela época, pessoas colhiam a baunilha para vender; cipó, semente, tudo que se tirava na floresta, na terra e na água; tinha que vender para o patrão. E ele em troca desse produto fornecia querosene, farinha, açúcar, café, as mercadorias mínimas que as pessoas precisavam para sobreviver (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 4).

Todos os fregueses do rio Moju, assim como seu pai, Sebastião, deveriam comercializar a produção extraída da floresta para o patrão do rio Moju, José Lourenço, avô de Manoel do Carmo. Não podiam vender na cidade de Gurupá, como ele enfatiza: "– Não podíamos vender fora, pois nós éramos fregueses do patrão e o interessante que o patrão era meu avô" (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 3).

Manoel do Carmo (2016b) relata que seu pai possuía em torno de 30 hectares de terra, o que lhe possibilitava ter maior liberdade para vender em outros locais ou para outras pessoas, mas o tio José Lourenço, achava que a família de Sebastião trabalhava também em parte de suas terras. E, segundo Manoel do Carmo, seu pai, algumas vezes, vendia produtos fora da casa de aviamento, mas quando era descoberto era humilhado na frente de outros fregueses pelo próprio cunhado.

O intenso trabalho que a família realizava era para dar uma vida mais confortável à família e uma melhor moradia. Manoel do Carmo lembra que quando tinha 05 ou 06 anos de idade, a única casa de madeira (com paredes e assoalho de madeira) do vilarejo era de sua família. As outras eram de palhas. Na foto 3, podemos visualizar as características das casas do início do século XX nos rios de Gurupá. Casas pequenas de um único cômodo, cobertura e paredes de palhas, assoalho de ripas da palmeira de paxiúba.

Foto 3- Casa ribeirinha do município de Gurupá, início do século XX.

Fonte: Torres, 2016.

"Então, quem tinha uma casa de parede de madeira, assoalho de madeira, quem tinha panelas, vários tipos de panelas, essa família era bem" (MANOEL DO CARMO, 2016b, p.5). Manoel do Carmo lembra que sua família conseguiu adquirir bens que só existiam na casa do patrão, como fogão a gás e rádio à pilha. Aos 15 anos, ele recorda que a família comprou um barco a motor.

A apropriação dos bens de maior valor como o barco, se deu, segundo Manoel do Carmo, em virtude da exploração de madeira no Marajó, na segunda metade do século XX. Portanto, a borracha, não era o único produto explorado em Gurupá. Com o declínio econômico da borracha, os patrões passaram a exercer o sistema de aviamento com a madeira e posteriormente com o palmito.

Houve um período, na região Amazônia e no Marajó, de exploração da madeira branca, chamada virola, destinada à exportação: "[...] se proliferaram grandes quantidades de serrarias, de empresas madeireiras no município de Breves, no município de Portel e em outros municípios dessa região" (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 12).

A procura das fábricas por madeira era intensa, assim como a extração da madeira na floresta. A virola foi muito explorada por ser madeira leve e por boiar, o que facilitava o seu transporte pelos rios. A exploração dessa espécie tanta que os patrões não davam conta de fiscalizar os fregueses na retirada da madeira, por isso, a madeira que sobrava era vendida a outros compradores.

> Então esse período de 1975, 80 por aí, 73, corria dinheiro nessa região de várzea, aqui em toda essa região, dinheiro como se tivesse no garimpo, e os patrões não deram conta de segurar os fregueses, então os fregueses vendiam a madeira para os compradores de madeira que vinham dessas fábricas e os patrões também compravam a madeira, mais como é uma madeira relativamente fácil de tirar, os fregueses vendiam também para o patrão, mas vendiam também para os compradores de madeira e era muito dinheiro. (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 12).

Muitas famílias aproveitaram esse período de exploração da madeira para melhorarem sua condição de vida. No mesmo ínterim, outro sistema de comercialização, como os regatões, que realizavam comércios, contribuía com a melhoria de vida de fregueses "que vinham de Igarapé Mirim, de Cametá, de Abaeté, aqui no Pará. Eles entravam trazendo mercadorias e comprando produtos" (MANOEL DO CARMO, 2016b. p. 3). Nesse período, José Lourenço já havia falecido e Sebastião passou a comercializar os produtos também com os regatões, à revelia do seu cunhado Manoel Lourenço, agora patrão. Ainda com as mudanças, a subordinação ao patrão permanecia.

A vida de Manoel do Carmo até os 22 anos foi dedicada aos pais e ao trabalho no extrativismo, na extração da madeira e na pequena serraria que a família montou. Juntos, o irmão e Manoel do Carmo, não tinham muitos momentos de lazer, não gostavam de jogar bola e ir a festas. Enquanto outros jovens brincavam e participavam de festas, eles estavam trabalhando. Quando se divertiam, era com os amigos e primos no rio ou jogo de bola na comunidade. As bolas eram de sernambi, feita de látex da borracha ou bolas feitas com vários plásticos ou de pano.

Manoel do Carmo passou duas décadas dedicando seu tempo a ajudar seus pais. Ele só iria formar sua própria família no ano de 1987, aos 31 anos, quando se casa com Maria Luiza de Jesus Pena, de 24 anos, que já tinha 02 filhos, Evandro de Souza Pena de 04 anos e Marly de Sousa Pena com 02 anos, os quais Manoel do Carmo os registrou como filhos legítimos. Em 1989 nascia a primeira filha do casal chamada Marlony de Souza Pena e em 1994 o filho Eduardo de Sousa Pena. Atualmente, Manoel do Carmo possui 06 netos: Marlon, Márlison, Gabriel, Enzo, Pedro Lucas e Victor Luiz.

As questões mencionadas nesta seção apresentaram as bases da formação familiar e experiências da relação de opressor e oprimido das quais a família de Manoel do Carmo participou e que foram fundamentais para suas decisões futuras.

SEÇÃO IV- MANOEL DO CARMO E SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA E POLÍTICA

Nesta seção apresentaremos o início da formação escolar e política de Manoel do Carmo, influenciadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Teologia da Libertação; sua formação nos Seminários de Altamira e Santarém, a formação nos movimentos sociais.

4.1 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBS) E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A partir de 1970, Manoel do Carmo, com 15 anos de idade, testemunhou o início do movimento promovido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), difundidas pelo novo padre Giulio, que chegara a cidade para iniciar uma rotina de encontros e conscientização nas comunidades de Gurupá.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em Gurupá, se instalam em 1972, com a chegada do Padre Giulio. As CEBs foram formadas por esse padre para as celebrações de missas e demais cultos católicos. Essas celebrações abordavam a realidade sociocultural da comunidade, como, o "desemprego, o preço das mercadorias, a falta de organização do povo, etc., porque, a partir daí é que se justifica ter comunidade, pois se a comunidade só se reunir para rezar, ela está desligada do mundo então!" (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 21)

Um dos principais questionamentos promovidos pelas CEBs foi a situação social que as famílias estavam vivenciando em Gurupá, principalmente sobre a relação patrão, freguês e terra. Reflexões sobre quem seriam os donos das terras passaram a pautar as preocupações nas CEBs. A igreja mencionava que "a terra é de Deus, a terra não pode ser de um dono. A terra tem que ser daquele que nela trabalha e precisa para viver. A terra é de quem precisa dela" (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 16). A igreja passou a prega isso, o que era algo muito importante e sagrado para o povo religioso da época.

As pessoas passavam então a se atentar para as palavras do padre Giulio. Com esse trabalho, as pessoas da comunidade foram se conscientizando de sua condição social, da sua condição de fregueses do sistema de aviamento. Para situação como essa, Paulo Freire denomina de engajamento, isto é, "quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmo, superando, assim, sua "convivência" com o regime opressor" (FREIRE, 2005, p. 58).

Nas décadas de 1970 e 1980 a igreja conscientizava as pessoas através dos princípios da Teologia da Libertação, que questionava a subserviência, a obediência e provocava a comunidade a reagir, a ter compromisso social.

A Teologia da Libertação foi se constituindo com os anseios das Comunidades Eclesiais de Base que, segundo Boff (1991, p. 20), “antes que houvesse os teólogos da libertação, havia a comunidade comprometida com a justiça social, o leigo engajado com o processo de conscientização e libertação nas periferias da cidade e no campo”.

Boff também afirma que a Teologia da Libertação emergiu depois das CEBs, “como palavra segunda, qual momento de reflexão, animação, crítica e aprofundamento da prática libertadora” (BOFF, 1991, p. 20). Desse modo, a Igreja se solidarizava com as causas dos pobres e dos oprimidos.

Na década de 1960 os países da América Latina passavam por movimentos de revolução popular e de emancipação, muitos deles inspirados na revolução Cubana de 1959. Afirma Boff (1991, p.3):

> Na segunda metade dos anos 50 surgiram os governos "desenvolvimentistas", como foi no Brasil o governo Kubischeck (1956-1961); depois, nos inícios dos anos 60, vieram os governos populistas (João Goulart, no Brasil); igualmente nos inícios de 60 organizam-se movimentos guerrilheiros (como na Guatemala, em 1961-63; o movimento sandinista na Nicarágua, em 1961; e a unificação do movimento insurrecional na Venezuela em 1962); em seguida, levantam-se, no Peru, a Frente Esquerda Revolucionária e o movimento da Esquerda Revolucionária; na Bolívia, se implanta a guerrilha com Che Guevara.

Os movimentos se confrontavam com os interesses das elites, fato que desencadeou a tomada do poder pelos militares nos países da América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, a exemplo do Brasil, em 1964, da Argentina, em 1966 e da Bolívia em 1971. Os acontecimentos das décadas referidas geravam na população da América Latina o anseio por liberdade e a própria igreja desses países latino-americanos começou a rever o seu papel.

A renovação ideológica da igreja na América Latina teve seu grande marco histórico com o Concílio Vaticano II, que promoveu a II Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968. Nesse momento, a igreja se questionava sobre sua identidade na América Latina e a Teologia da Libertação colocada em pauta na conferência.

Segundo Boff (1991, p. 101), a Teologia da Libertação “pretende ser a teoria adequada às práticas do povo oprimido e crente; ela quer ser o momento de esclarecimento e de animação do caminho da libertação popular, sob as inspirações evangélicas”.

O ponto de partida da Teologia da Libertação para Sung (2013, p. 107) não foi “o enfrentamento com as questões colocadas pela modernidade para as religiões, mas a opção

pelos pobres, pela libertação dos pobres de situações de opressão e injustiça em nome do Deus da vida".

No contexto brasileiro da década de 1960, Paulo Freire (1967) analisava a sociedade como alienante e alienada e constatou que era preciso libertar os homens para que eles se tornassem homens-sujeito e não mais homens-objeto no mundo. Deveriam ser homens que pudessem agir e construir sua história, como afirma: "E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas" (FREIRE, 1967, p. 43).

Manoel do Carmo relata que nessa época eram muitas as reflexões inspiradas nas sagradas escrituras, nas das experiências do povo hebreu, do povo de Israel, de Abraão e de seus filhos. Esses povos eram tratados nas suas experiências de luta, que fugiram das perseguições do faraó no Egito, atravessaram o mar vermelho, passaram 40 anos no deserto. Exemplo de um povo que lutou frente às dificuldades.

Para Betto (1985), a vida de Jesus era o exemplo a ser seguido nas CEBs, ele explica que Jesus afirmou sua posição de homem no mundo, realizava críticas às ideologias dominantes em sua época, condenando tudo o que oprimia as pessoas. Ele ressalta que Jesus pregava à libertação, logo, a vida de Jesus também se tornava tema de reflexão, uma vez que ele era contra o sistema político de sua época, e sua posição não foi omissa e passiva; ele não cruzou os braços e sim lutou.

A teologia fazia essa análise a partir da história do povo Hebreu e da vida de Jesus. Era feita uma reflexão sobre a postura do cristão frente aos problemas sociais, políticos e econômicos da época. Desse modo, acabava por defender a necessidade de se conscientizar para se libertar, como analisa Manoel do Carmo.

> E o que a teologia da libertação diz? Sim, é exatamente isso, mas, o cristão não pode cruzar os braços, o cristão tem que lutar para se libertar, ele tem que participar da vida política do seu país, ele tem que participar da vida social e da vida política, ele não pode ser humilde diante da situação e cruzar os braços, interpretar ao pé da letra... se alguém der um tapa e tu mostra o outro lado para ele bater; não, tu tem que lutar para se libertar porque a vontade de Deus é que tu viva uma vida digna, tu não pode viver escravizado, não é a vontade de Deus que um irmão viva a custa do outro, então tu tem que lutar por uma sociedade justa, lutar por uma realidade onde a igualdade de oportunidades que seja de todos. Então essa é a teologia da libertação (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 19).

As CEBs, através da Teologia da Libertação, reforçavam essas questões de não cruzar os braços frente aos problemas sociais. Defendiam que era preciso lutar pela libertação; que

um irmão não poderia viver a custa do outro; que Deus não almeja ver seus filhos escravizados e que é possível viver de forma digna, onde todos tenham o mesmo direito.

Essas questões foram se fortalecendo e criando a consciência crítica do povo gurupaense. Dava-se início à organização dos camponeses, organização social que iria se fortalecer na década 1980, quando a igreja passa a realizar encontros de lavradores e produzir cartilhas para estudos sobre os direitos de posse da terra.

O período também era de regime militar. As pessoas lutavam por sua libertação ideológica, e para Betto (1985, p. 14) "esta libertação tem necessariamente um alcance político dentro de um contexto econômico e social".

As CEBs se preocupavam com as questões sociais, refletiam sobre problemáticas a partir de interpretações bíblicas como a de Êxodo 3,7 que diz: "Eu vi a miséria do meu povo por causa de seus opressores; estou dedicado a libertá-lo" (BOFF, 1991, p. 77).

Com o método da igreja de ver – jugar – agir, problemas começaram a ser discutidos nas comunidades, como afirma Betto: "[...] uma filha doente, um vizinho desalojado de seu terreno, mutirão para erguer o barracão destruído pela chuva, a organização de um sindicato" (BETTO, 1985, p. 29).

Particularmente em Gurupá, mais precisamente na década de 1980, a igreja começou a realizar reflexões com os camponeses o direito usucapião, tratado na Lei 6.969 de 10 de dezembro de 1981 e a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 que trata do direito a terra. De acordo com esta Lei, se uma pessoa morasse em uma terra por um período de 05 anos ininterrupto e se não possuísse outra propriedade, ela passaria a ter o domínio da terra. Foram também pauta de estudo da CEBs o estatuto da terra.

> A lei de usucapião de 1980, estatuto da terra de 64 essa lei, ano do golpe militar que foi feito com outros interesses, mas ficou para o pequeno né, então ele passa de um mero cliente de quem tinha a posse da terra, para agora, vamos dizer, um ator do processo que é o posseiro, o patrão não tem mais, não manda mais, alguns patrões que ficaram não tem força mais. Agora eu vendo para quem eu quiser, eu compro de quem eu quero, e isso custou cadeia, custou, custou muita briga, e assim, então eles vai virando posseiro automaticamente, as pessoas viram posseiro (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 16).

A dinâmica de estudos das referidas leis possibilitou que as pessoas adquirissem capital político e educacional para enfrentarem os patrões, desobedecendo-os. A ideia defendida era de que muitos fregueses começassem a pensar e a agir da mesma forma e, com esse enfrentamento consubstanciado pelos estudos e reflexões nos termos das leis, os patrões

perderiam o domínio que tinham sobre eles desde o período da exploração da madeira e se intensificou, posteriormente, no período da extração do palmito.

Não há como negar que a igreja, as CEBs e a Teologia da Libertação tiveram um papel fundamental para o processo de conscientização do povo gurupaense. O povo começou a fazer análises de sua própria condição enquanto sujeito social e se afirmar enquanto indivíduos capazes de transformar a sociedade.

Nesse processo de mudanças na vida dos trabalhadores rurais, todos analisavam os problemas juntos, julgavam a melhor forma de resolvê-los e criavam estratégias de ação. Outra preocupação se dava em torno da real conscientização dos membros das CEBs, uma vez que era preciso que as práticas sociais e políticas correspondessem às mesmas ideias. Havia a necessidade da real vivência da práxis que para Freire (2005, p. 42) seria a "reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo".

No cerne das conquistas, a apropriação da realidade era importante para que o homem se sentisse sujeito do próprio mundo, pois à medida que o ele "vai dominando a realidade, vai humanizando-a, vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura" (FREIRE, 1967, p. 43).

Com as reflexões provocadas pela igreja católica, mudanças começam a aflorar em Gurupá. A própria autoidentificação dos trabalhadores como fregueses em relação a terra, começa a mudar, a ser revista. Resgata-se a história, pois, antes dos patrões se instalarem na região de Gurupá, o povo se autoidentificava como posseiro. Após as reflexões e debates, os trabalhadores voltam a se reconhecerem como posseiros.

As CEBs e a Teologia da Libertação, na perspectiva de Manoel do Carmo, fizeram com que as pessoas se sentissem confiantes. As reuniões passaram a ser um motivo de encontro das pessoas, pois, antes, elas não tinham o hábito de se reunir, somente nas festas profanas e religiosas. Mas, a partir da chegada da igreja católica, deu-se início a um processo de debate e conscientização das comunidades nos moldes dos círculos de cultura de Freire. Nos círculos de cultura de Freire, a pessoa "re - vive a vida em profundidade crítica. A consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano" (FREIRE, 2005, p. 17).

As CEBs proporcionam ainda, até os dias atuais, uma experiência de organização de grupo, de autonomia para rezar e discutir os problemas das suas comunidades. As CEBs do Marajó, que discutem os problemas do desmatamento, impactos ambientais e exploração sexual de meninas balseiras, é um bom exemplo dessa experiência.

No município de Gurupá as CEBs estão presentes até hoje. A paróquia de Santo Antônio de Gurupá, segundo Souza (2016), é formada por 11 setores que reúnem 84 CEBs que atendem toda a comunidade católica de Gurupá.

4.2 FORMAÇÃO NOS SEMINÁRIOS

O padre Giulio não apenas difundiu as CEBs e a Teologia da Libertação no município de Gurupá, como também passou a ser um homem respeitado e admirado pelo povo. na década de 1970, Manoel do Carmo, assim como outros jovens, viam no padre um grande exemplo de homem, de líder da comunidade.

> Então quando começou as comunidades, muitos jovens e eu, entre eles, achávamos que participar da vida das comunidades, ler na comunidade! Para mim era uma coisa extraordinária! Era a forma da gente se apresentar para os outros. **Eu estava saindo da fase de adolescente, né, pra jovem, isso me motivou muito a ser alguém como uma pessoa que orientava os outros, eu não queria ficar, vamos dizer, só como participante da comunidade**. Eu queria mais, eu achava bonito, explicar para os outros as coisa. Então quando o padre explicava na homília, no culto, na comunidade, tratava das questões da saúde, de direito, porque o padre Giulio iniciou as comunidades aqui, ele estava muito ligado a teologia da libertação que estava iniciando naquele momento aqui, então a própria homília do padre estava muito ligada a vida real das pessoas, e eu achava isso muito bonito (MANOEL DO CARMO, 2016b p. 22, grifo nosso).

O desejo de contribuir com a comunidade, ensinar, esclarecer e debater, crescia em Manoel do Carmo. Seu projeto era ser um padre. Como ele mesmo enfatiza, "[...] na minha cabeça só funcionava para eu ser uma pessoa assim se eu fosse padre, vamos dizer que ser professor, ser uma liderança social, ser do movimento social, não havia ainda" (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 22).

Essas experiências nas CEBs levou Manoel do Carmo a pensar sobre sua própria vida, controlar seu destino. Ele acreditava que só poderia ser útil para a comunidade, que só teria a possibilidade de conscientizar seus pais e outras pessoas que não tinham condições de estudar, se ele fosse padre. O padre, naquele momento, se tornou o único exemplo de liderança para Manoel do Carmo, uma vez que não existia a figura de um professor, já que ele nunca tinha estudado numa escola e nem existia liderança de movimentos sociais em Gurupá.

Nesse contexto, Manoel do Carmo se vê como um questionador contumaz, que queria ter a oportunidade de explicar as coisas simples para as pessoas. Ele diz que todo o conhecimento que obteve na igreja foi sempre muito importante, pois não conhecia outro conhecimento, como o escolar, por exemplo, dos movimentos sociais ou de outro lugar.

No entendimento de Manoel do Carmo, a igreja passou a ser o lugar para o desenvolvimento das capacidades humanas e uma delas era o de servir à comunidade. Assim, aos 21 anos completados em 1977, ele manifestou a vontade de ser padre e procurou o Padre Giulio para perguntar se isto era possível. O padre afirmou que sim. Na ocasião, Manoel do Carmo ainda questionou se a idade não seria um empecilho, mas padre Giulio o tranquilizou lhe respondeu que a idade nãoera problema, mas ele precisaria estudar.

Motivado com a resposta do padre, Manoel do Carmo se colocava diante do desafio de contar com a permissão de seus pais e de seus parentes para a decisão que ele havia tomado. Como não era habitual para o povo gurupaense que jovens sem internassem em seminários para se tornarem padres, a família de Manoel do Carmo não aceitara a sua decisão. Seu pai chegou a falar que preferia ver seu filho morto em cima de uma mesa, mas não queria que ele fosse embora para um seminário. Sua mãe e irmãs ficaram também desapontadas com a sua intenção. Por ser muito jovem, os pais de Manoel do Carmo esperavam que ele se casasse, constituísse família, porém, ele estava convencido de sua escolha e se afastou da família para entrar no seminário.

Decidido a ser padre, Manoel do Carmo não foi sozinho para o seminário. Com ele foram mais 06 jovens de Gurupá: Álvaro, Jurandir Alho, Sabar, Ademerval, Antônio e José Nogueira. Então, em 1978, Manoel do Carmo e mais esses 06 jovens foram para o Seminário João Maria Vianney, em Altamira no Pará e só retornavam para a cidade de Gurupá a cada seis meses, nas férias.

O retorno de Manoel do Carmo a Gurupá, nas férias, passou a ser um momento de muita alegria e orgulho para a família. Ele relata que o comportamento da família mudou depois que ele foi para o seminário. O pai, que quando saía com o conjunto musical e consumia bebida alcoólica, passou a ser mais atencioso e dialogar mais com os filhos e consumir menos bebidas. Manoel do Carmo (2016b) conta que uma das vezes que retornou do Seminário, ele trouxe uma garrafa de pinga para desafiar o vício do pai, pois sabia da condição de alcoólatra do pai. Conta Manoel do Carmo que 02 ou 03 vezes por semana, no horário do banho, ele e o pai tomavam um pouco da pinga, conversavam bastante, cortavam o cabelo um do outro. O seminarista lembra que seu pai antes não era de conversar com os filhos e isso foi mudando com a sua ida para o seminário. Nessa rotina de ida e vinda, seu pai criou o hábito de esperar as férias de Manoel do Carmo para beber novamente a pinga que teria sobrado e conversar com o filho.

Manoel do Carmo fala de quando ele chegava a casa, nas férias de dezembro e a garrafa estava do mesmo jeito que ele tinha deixado no final de julho. Para ele, isso era

motivo de muita alegria por constatar que seu pai não bebia mais como antes. Embora de férias, Manoel do Carmo ajudava a família na colheita do látex.

4.2.1 SEMINÁRIO DE ALTAMIRA E O INÍCIO DOS ESTUDOS

Em 1978, aos 22 anos, Manoel do Carmo viaja para município de Altamira/PA para ingressar no Seminário São João Maria Vianney. Permaneceu nesse município por 04 anos. Morava em sistema de internato, porém, teria que estudar, pois era uma das condições para ser padre. Matriculou-se no Serviço Social da Indústria (SESI), na Escola de 1ª grau Mirtes de Oliveira Santos, onde cursou o 1º grau e o primeiro ano do 2º grau.

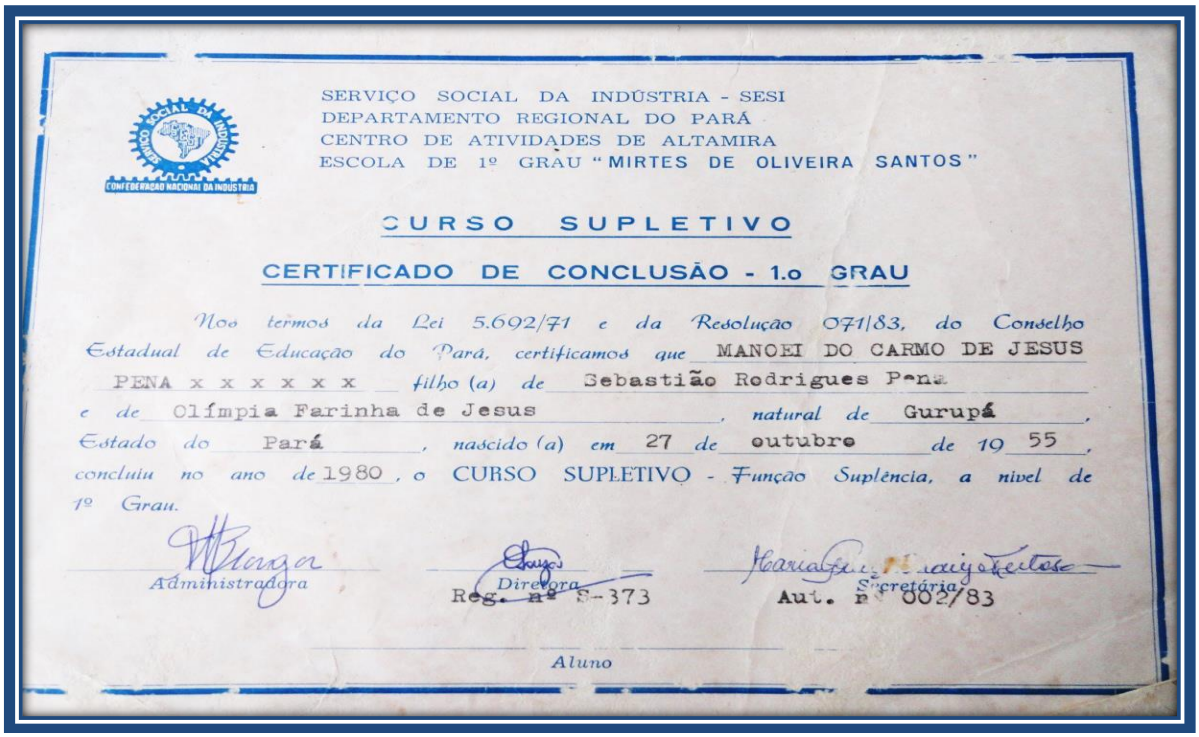
Manoel do Carmo inicia o Ensino Fundamental, matriculando-se na 3ª etapa do ensino supletivo. Sua primeira carteira de estudante se encontra danificada pelo tempo, mas é possível visualizar e comprovar seus dados, na imagem 2.

Imagem 2: Carteira escolar de 1º Grau. 3ª Etapa do supletivo. SESI de Altamira

Fonte: Manoel do Carmo, 2016.

Ao concluir a 3ª etapa com êxito, Manoel do Carmo realiza um teste classificatório, sendo aprovado e não precisando cursar a 4ª etapa. Em 1979, matriculou-se na 5ª e 6ª séries do ensino fundamental. No ano posterior cursou a 7ª e 8ª séries, concluindo o 1ª grau em 03 anos. Em 1980 recebe seu primeiro certificado escolar (Imagem 3).

Imagem 3: Certificado de Conclusão do 1º Grau, Altamira, 1980



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARÁ
CENTRO DE ATIVIDADES DE ALTAMIRA
ESCOLA DE 1º GRAU "MIRTES DE OLIVEIRA SANTOS"

CURSO SUPLETIVO

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO - 1.o GRAU

Nos termos da Lei 5.692/71 e da Resolução 071/83, do Conselho Estadual de Educação do Pará, certificamos que MANOEL DO CARMO DE JESUS PENA x x x x x x filho (a) de Sebastião Rodrigues Pena e de Olímpia Farinha de Jesus, natural de Gurupá, Estado do Pará, nascido (a) em 27 de outubro de 19 55, concluiu no ano de 1980, o CURSO SUPLETIVO - Função Suplência, a nivel de 1º Grau.

Administradora — Diretora — Secretária

Reg. nº S-373 — Aut. nº 002/83

Aluno

Fonte: Manoel do Carmo, 2016.

Em 1981, como podemos visualizar na imagem 4, Manoel do Carmo inicia seu estudo no 2º grau (1ª ano do Básico) na mesma escola. Seria seu último ano residindo e estudando em Altamira.

Imagem. 4: Caderneta escolar. Curso Básico, 1ª série, Altamira, 1981

INSTITUTO MARIA DE MATTIAS
25 ANOS
A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO
ALTAMIRA — PARÁ
CADERNETA ESCOLAR

Manoel do Carmo de Jesus Pena			
Curso	Série	Turma	Nº
Básico	1ª	04	30

IDENTIDADE

ANO LETIVO DE 1981

Aluno: Manoel do Carmo de J. Pena
Filiação: Sebastião Rodrigues Pena / Olímpia Farinha de Jesus
Natural de: Gurupá - Pará
Nascimento: 27 de Outubro de 1955
Resid: Trav. Comandante Castilho
Nº 175 Fone:

Diretor

Fonte: Manoel do Carmo, 2016.

Em Altamira, além de estudar, acompanhava o padre Giulio e o reitor do Seminário nas visitas às paróquias. Sua rotina era basicamente às vivências no Seminário, orações, participação nas celebrações das missas e momentos de estudo em casa e na escola.

Manoel do Carmo (2016b) destaca que teve a oportunidade de conhecer a Irmã Serafina, que tinha um projeto social muito importante em Altamira. Essa irmã tinha fundado uma casa de apoio que ajudava as pessoas carentes. A casa se chamava "Divina Providência" e tinha duas frentes de ação. Como precisava de pessoas para ajudar no projeto, ela o convidou para fazer acompanhamento às pessoas necessitadas. Manoel do Carmo lembra com muita emoção desse período. A irmã Serafina é falecida e sua canonização está em tramitação.

Uma das ações que ela desempenhava era o amparo às mulheres gestantes que vinham do Nordeste e de outras regiões do Brasil. Eram mulheres que chegavam à região para trabalhar e morar nos projetos de colonização da transamazônica, implementados na década de 1970. No período, a situação era precária para muitas famílias. Havia muita pobreza porque não se tinha assistência do governo. As grávidas permaneciam na casa de apoio nas semanas que antecediam o parto e também posteriormente. Em média, as mulheres parturientes passavam 15 dias na casa, recebendo cuidados necessários, pré-natal e alimentação.

Manoel do Carmo ajudava as mulheres ministrando aulas motivacionais e de higiene pessoal, de cuidados com a casa e com as crianças, além de aulas de língua Portuguesa. Ele dialogava com os esposos dessas mulheres que vinham visitá-las na casa de apoio. Manoel do Carmo dialogava também com as crianças e se preocupava com a forma em que elas viviam. Segundo ele, essas atitudes faziam com que as pessoas se sentissem valorizadas, se sentissem bem. Outra ação ocorria em outro local, com pessoas doentes. Manoel do Carmo ajudava a cuidar de pessoas em extrema pobreza e muito doentes, em estágio terminal. Eram doentes com câncer, tuberculose e malária, muito comum na época. Ele cuidava dos senhores, dando-lhes banho e alimentação. Durante quase 02 anos, Manoel do Carmo trabalhou nessas ações com a Irmã Serafina.

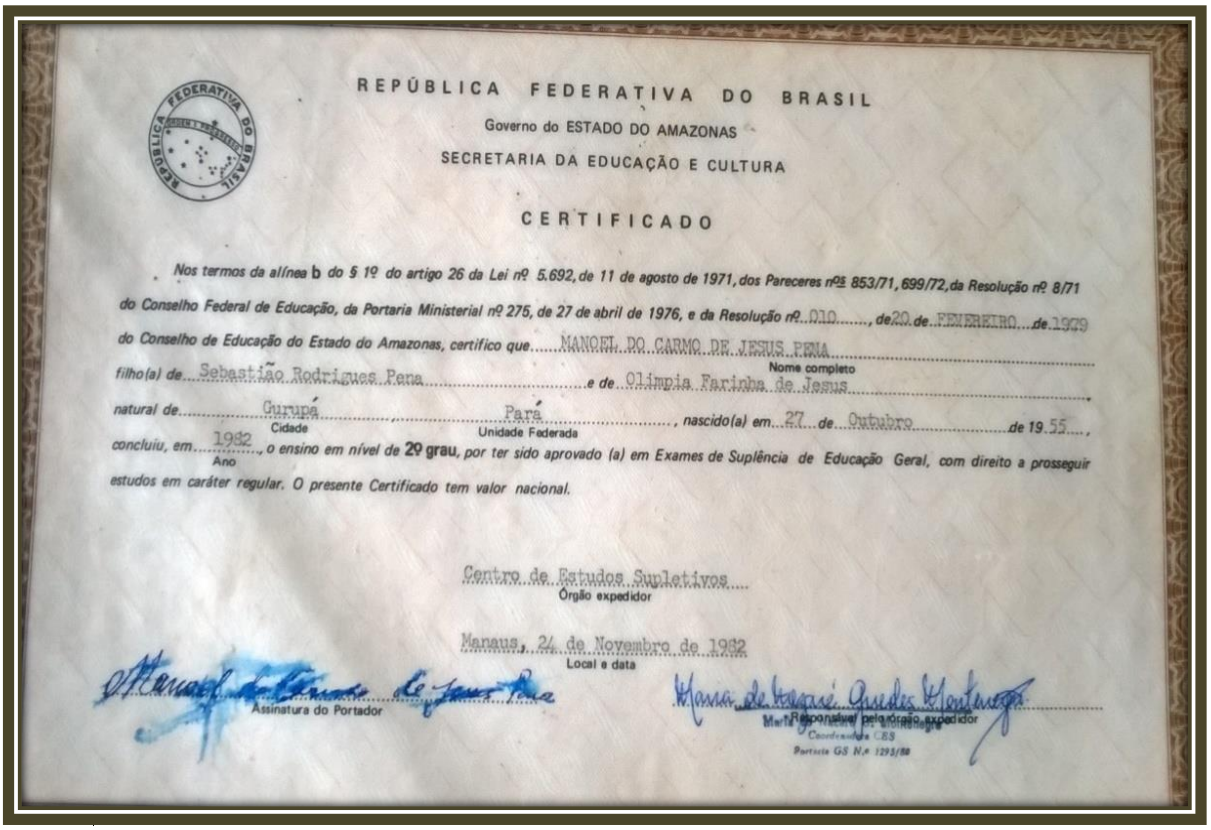
Manoel do Carmo, ao concluir o 1º ano do 2º grau mudou-se para o Estado do Amazonas, com o objetivo de estudar o 2º e 3º anos do 2º grau em apenas um ano. O estudo era através do telecurso, mas com aulas presenciais. A igreja pagava professores para ministrarem as aulas do telecurso para os seminaristas.

Nas horas vagas Manoel do Carmo gostava de realizar trabalhos voluntários junto a crianças e adolescentes, para os quais ministrava aulas de catecismo nos prédios do porto de

Manaus. O seminário era praticamente voltado ao internato e estudo acadêmico e da formação religiosa. Não havia uma dinâmica ativa nas comunidades, nas paróquias.

Seu maior objetivo no ano de 1982 era concluir o 2ª grau. Feito que conseguiu com êxito, como podemos visualizar na imagem 5, que mostra o seu segundo certificado escolar.

Imagem 5: Certificado de Conclusão do 2º Grau, Supletivo, Amazonas, 1982



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Governo do ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CERTIFICADO

Nos termos da alínea b do § 1º do artigo 26 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, dos Pareceres nºs 853/71, 699/72, da Resolução nº 8/71 do Conselho Federal de Educação, da Portaria Ministerial nº 275, de 27 de abril de 1976, e da Resolução nº 010, de 20 de FEVEREIRO de 1979 do Conselho de Educação do Estado do Amazonas, certifico que MANOEL DO CARMO DE JESUS PENA (Nome completo) filho(a) de Sebastião Rodrigues Pena e de Olimpia Farinha de Jesus, natural de Gurupá (Cidade), Pará (Unidade Federada), nascido(a) em 27 de Outubro de 19 55, concluiu, em 1982 (Ano), o ensino em nível de 2º grau, por ter sido aprovado (a) em Exames de Suplência de Educação Geral, com direito a prosseguir estudos em caráter regular. O presente Certificado tem valor nacional.

Centro de Estudos Supletivos
Órgão expedidor

Manaus, 24 de Novembro de 1982
Local e data

Assinatura do Portador

Responsável pelo órgão expedidor

Fonte: Manoel do Carmo, 2016.

Ao concluir o 2ª grau, Manoel do Carmo ingressa no Seminário São Pio X, em Santarém/PA e no ano 1984 ele inicia o Curso Superior de Filosofia e Teologia.

4.2.2 O SEMINÁRIO SÃO PIO X DE SANTARÉM: UMA ESCOLA PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Seminário de Santarém tinha metodologia própria de ensino. Eram contratados professores que vinham de universidades de outras regiões do país para ministrarem o curso de Filosofia e Teologia aos seminaristas. As disciplinas eram por módulos que duravam 15 dias. Quando terminava uma disciplina, os seminaristas teriam que passar uma semana vivenciando na prática a teoria estudada. Eles assavam uma semana nas comunidades vivendo com as famílias, conhecendo os movimentos sociais, associações e sindicatos.

> Durante essa semana nas comunidades observávamos a realidade religiosa, cultural, política e econômica das famílias e suas organizações sociais que visassem mudanças dessa realidade, assim como as metodologias utilizadas nos trabalhos comunitários e sindicais. Essa forma pedagógica do nosso curso de Teologia e Filosofia, nos colocou nos "braços", posso, assim dizer, das lideranças comunitárias e sindicais e do modo de organizar e lutar dos camponeses de Santarém, daquela época. (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 5).

Nos seminários afirmava-se a Teologia da Libertação e as CEBs, incorporadas principalmente na dinâmica do Seminário de Santarém. O curso de filosofia contextualizava a realidade social da época. Segundo Manoel do Carmo, o momento era de abertura política do regime militar. O Brasil passava por momentos de reorganização social.

> O movimento operário e camponês e os partidos de esquerda já existiam, mas ainda na clandestinidade, se fortaleciam com apoio de organização de defesa dos direitos humanos e principalmente do setor da igreja. **A decisão das conferencias episcopais dos grupos da América Latina, setores da igreja católica do Brasil sobre a "opção preferencial aos pobres", trouxe para dentro das escolas de formação de padres o debate sobre as questões sociais, políticas e econômicas da sociedade da época**. Teorias de análise social e econômica, assim como de processo de transformação social em que o povo foi protagonista, fizeram parte de minha formação, principalmente no curso de filosofia (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 3, grifo nosso).

Além da formação para padre, os seminários possibilitaram novas reflexões e aprendizagens, principalmente por oportunizarem aos seminaristas estarem juntos às pessoas, a conviverem nas comunidades. Na semana que os seminaristas passavam com as famílias eles se tornavam um membro daquela família porque vivenciavam a mesma rotina e ajudavam nas tarefas do cotidiano familiar.

Nessa condição, os seminaristas vivenciavam uma relação que Thompson (1978) defende como o diálogo entre o ser social e a consciência social. Para este autor as experiências vividas dão cor à cultura, aos valores e ao pensamento, pois,

> [...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito dó pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa), pode ser descrita como consciência afetiva e moral.) (THOMPSON, 1978, p. 189).

Essa relação, entre teoria e prática possibilitava aos seminaristas novas maneiras de pensar, como defendida por Gramsci (1982), em que pensar criticamente a sociedade é estar a favor de uma nova concepção de mundo, onde qualquer homem pode exercer a função de intelectual e seguir conscientemente seu papel na sociedade.

Assim era a dinâmica e o propósito do Seminário Pio X de Santarém, ou seja, fazer com que os seminaristas vivenciassem novas experiências, novas culturas e novas rotinas. Se ficassem em uma casa na cidade, eles ajudavam nas tarefas da casa, nos trabalhos domésticos; se a família tinha estabelecimento comercial teriam que ajudar. Quando a família morava na área rural, colaborava-se com a rotina da roça. Enfim, todos os seminaristas participavam da rotina social das famílias, das celebrações religiosas das comunidades, das reuniões das comunidades, nos momentos de oração, nos momentos de organização nas reuniões dos sindicatos.

Acerca dessas experiências Freire (2005, p. 118) reflete quando diz que "[...] quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, tanto mais continuamos investigando". A experiência servia para confrontar a vida social e política das famílias com as teorias estudadas nas semanas anteriores.

No seminário em questão, os alunos tinham uma semana para sistematizar em forma de relatório analítico a teoria estudada e sua relação com a experiência vivida nas comunidades. Era exigido que eles escrevessem entre 20 a 30 laudas sobre a relação teoria-prática e aplicassem adequadamente as regras gramaticais. O relatório era entregue e logo em seguida se iniciava outro módulo de 15 dias. Posteriormente, retornava-se à comunidade. Essa era a dinâmica do curso.

Como o Seminário Pio X de Santarém estava formando futuros padres para trabalhar na Amazônia, para desenvolverem a prática do curso, os seminaristas também eram destinados para comunidades de municípios característicos da Amazônia, como: Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Juruti. As experiências proporcionavam aos seminaristas conhecer realidades diferentes, pessoas diferentes, anseios e desejos do povo amazônico de outros municípios e não somente de Santarém.

A dinâmica metodológica do seminário, os princípios da Teologia da Libertação e principalmente as vivências nas diferentes comunidades, fizeram com que novas reflexões despertassem em Manoel do Carmo, devido a sua participação como seminaristas em diferentes situações sociais, políticas e econômicas da Amazônia. Era um tempo em que as questões políticas do cenário nacional do Brasil estavam em pauta, como podemos constatar em sua fala:

> E bem aí era que estava no momento das lutas no Brasil inteiro por democracia. O último presidente da república era o João Batista Figueiredo, estava iniciando a abertura e aí o movimento social, camponês e operário pegando fogo no Brasil todo. Luiz Inácio Lula da Silva sendo preso nesse momento, e nós aqui na Amazônia preocupados! Então a nossa formação estava muito ligada no que estava acontecendo nacionalmente (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 26).

Com base em Gramsci (1981, p. 70) podemos afirmar que o curso do Seminário Pio X de Santarém, aplicava a filosofia da práxis**.** Na filosofia da práxis as ações não podem estar separadas do pensar "o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto".

No caso do intelectual orgânico, sua ação articula essas duas dimensões: teoria e prática contra o sistema ideológico opressor. Oliveira (2011) analisa essa questão a partir do pensamento de Gramsci, e diz que "a luta política se caracteriza, também, por uma luta ideológica, constituindo a persuasão ideológica uma estratégia de ação política. Daí a importância do intelectual no processo de conscientização política das classes populares" (OLIVEIRA, 2011, p. 132).

A práxis vivenciada, assim como as questões sociais experimentadas no Brasil, fez com que os seminaristas se envolvessem ainda mais com as questões em pauta; se envolviam, sobretudo, com os movimentos sociais. Manoel do Carmo (2016b) expõe que nesse período, existia em Santarém movimentos sociais expressivos, principalmente os movimentos potencializados pelo sindicato dos trabalhadores rurais. Participar desse sindicato foi muito importante para o Manoel do Carmo.

> Foi uma escola para nós muito forte, principalmente para mim, que me dediquei muito, foi uma escola muita grande participar do movimento sindical, porque tinha um sindicato que chamava a atenção do Brasil inteiro que era a corrente sindical lavradores unidos, **tinham uma metodologia de organização de base** do movimento sindical rural que acontecia em Santarém, onde vinham para Santarém pessoas de diversos lugares, lideranças de diversos lugares do campo brasileiro. Vinham lideranças sindicais do Nordeste, do Sul, do Centro-oeste, vinham aprender com Santarém, ver o que Santarém estava fazendo, porque o movimento sindical era muito forte em Santarém (MANOEL DO CARMO, 2016b, p 26, grifo nosso).

A metodologia de organização de base vivenciada no sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém, iria se tornar a grande estratégia metodológica de Manoel do Carmo, que em anos posteriores ele iria aplicá-la na luta sindical de Gurupá, anos posteriores.

Segundo Manoel do Carmo (2016a) a igreja trabalhava com temas ligados aos movimentos sociais. As CEBs realizavam os cultos religiosos junto como o povo e as místicas

das celebrações eram na perspectiva da libertação, da organização social e isso ocasionou a sua aproximação ao movimento sindical de Santarém, o qual ele considerava como uma verdadeira escola.

Manoel do Carmo teve contato com experiências que foram muito importantes a sua formação, como, as organizações de produção, as cantinas comunitárias, os revendões, as formas alternativas de organização da produção, a resistência pela posse da terra. Na década de 1980, Santarém, para Manoel do Carmo, era um exemplo para o Brasil de organização social do campo num momento muito particular em que a América Latina estava vivenciando as ditaduras militares.

Durante a ditadura, Manoel do Carmo recorda do bispo de El Salvador, Dom Romero, que foi assassinado por causa das lutas a favor do povo. Sua morte motivou as resistências contra a ditadura militar nos países da América Latina. Segundo Manoel do Carmo (2016b) o bispo Dom Romero virou um mártir da igreja, assim como muitos outros que foram assassinados como lideranças sindicais e lideranças religiosas. A defesa se deu na luta pela posse da terra, luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, da liberdade de falar, de se expressar, de se organizar.

4.3 ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL, CRIAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS E FECHAMENTO DO SEMINÁRIO

No início da década de 1980, período em que Manoel do Carmo permaneceu nos seminários de Altamira e Santarém, a ditadura militar estava em fase de enfraquecimento. Iniciavam-se importantes questionamentos internos nos movimentos sociais de Santarém, que, inspirados nos partidos clandestinos e partidos revolucionários, não sabiam que caminho tomar com a abertura política.

Manoel do Carmo (2016b) relata as principais questões que se levantava com a abertura democrática: a) se os militantes dos movimentos sociais iriam participar da luta institucional; b) se os movimentos sociais iriam fundar um partido político para realizar as transformações que desejavam; c) se iam permanecer na clandestinidade.

Discutia-se sobre movimentos dos qual Manoel do Carmo participava. Indagava-se se com a abertura política, as lideranças dos movimentos sociais não iriam migrar para os partidos políticos, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), que estava saindo da clandestinidade. Os movimentos sociais do campo analisavam a seguinte questão: que se eles participassem de partidos

políticos poderiam indicar suas lideranças para serem vereadores, prefeitos, governadores e até presidente. Sobre essa questão, Gramsci (1982) tem a contribuir, quando afirma:

> O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que representa na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo –o grupo dominante – e os intelectuais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente em dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como econômico, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 1982, p.14).

O envolvimento ou não de lideranças dos movimentos sociais na política partidária se espalha pelo Brasil. Os movimentos sociais analisavam sobre o que fazer com a abertura política. No caso de Santarém, as lideranças estavam em sintonia com as outras lideranças sindicais do Brasil. Manoel do Carmo lembra que eles tiveram dois encontros com o então Presidente do Brasil, em Santarém, discutindo as questões sindicais.

O movimento sindical foi se consolidando em todo o país e, segundo Manoel do Carmo (2016b), no estado de São Paulo, havia uma corrente de pensamento dos movimentos sociais, que se fortaleceu porque propunha a criação de um partido político, pois se recusavam a integrar-se a partidos que estavam saindo da clandestinidade.

Nesse momento, Luiz Inácio Lula da Silva, fundador o Partido dos Trabalhadores (PT), era a maior liderança sindical do país. Assim como ele, existiam outras lideranças no PT como: José Dirceu, Plínio de Arruda Sampaio, Hélio Bicudo, José Genuíno e Luiza Erundina. Esta última tornou-se à primeira prefeita do PT na cidade de São Paulo.

Em Santarém, a corrente sindical “Lavradores Unidos”, coordenada pelo sindicato dos trabalhadores rurais, era, segundo Manoel do Carmo (2016a), um dos movimentos sindicais mais fortes do Brasil, pois coordenava um trabalho de organização de luta dos camponeses, tendo como lideranças: Geraldo Pastana, Avelino Ganzer, Valdir Ganzer, Romulo Peloso, além de assessores da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional de Santarém (FASE). Setores progressistas da igreja católica conseguiam se articular com lideranças de todo o país.

A luta dos movimentos sindicais do estado do Pará, em articulação nacional, possibilitou que muitas lideranças de Santarém tivessem expressão estadual e nacional como foi o caso de Waldir Ganzer, Avelino Ganzer e Geraldo Pastana.

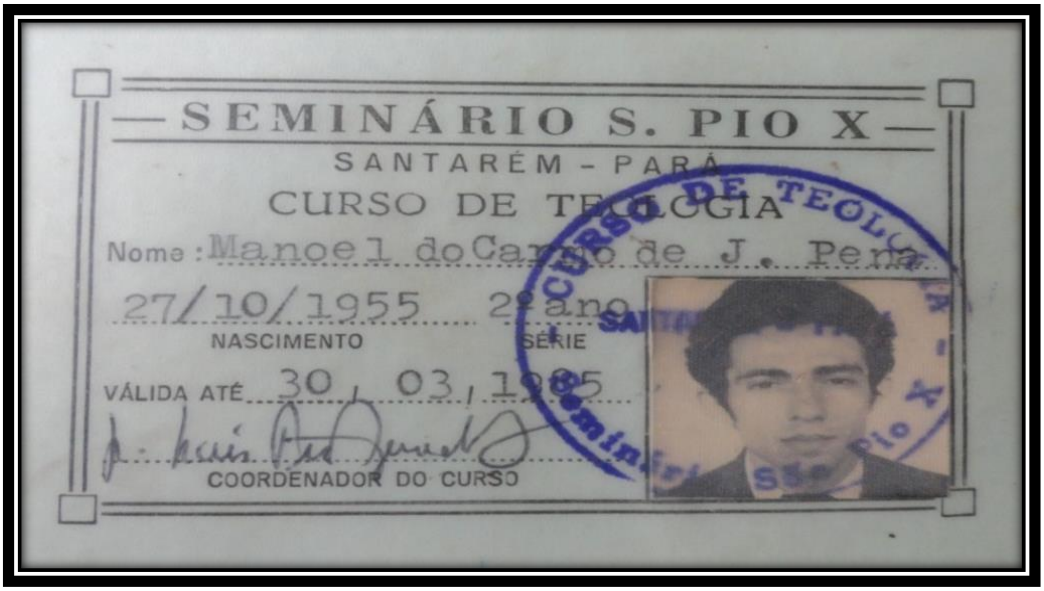
Essa história marcou a vida de Manoel do Carmo, e também, foi muito importante para a sua formação política, como afirma:

> Então essa história foi muito forte, esse período que eu fiquei no seminário, que fiquei em 84 e 85, foi um momento muito forte, o PT já estava criado, então se fortaleceu o movimento social e isso fez que eu aprendesse bastante coisas com os companheiros, tanto de Santarém com de outras regiões do Brasil, porque em Santarém vinham muitas pessoas (MANOEL DO CARMO, 2016b, p.28).

Essas foram algumas das experiências que Manoel do Carmo vivenciou durante a sua permanência no Seminário Pio X de Santarém, e que ele próprio as considera positivas. Todavia, vale ressaltar que a dinâmica metodológica desse seminário não agradava alguns bispos da Amazônia, posto que, embora houvesse um acordo para se formar padres para atuar na Amazônia, essa formação estava sendo muito crítica, pois preparava rebeldes que poderiam vir a questionar a forma milenar de agir da igreja.

Posto isto, no início de 1985, quando Manoel do Carmo estava no segundo ano de curso, como podemos constar em sua carteira do curso de Teologia (Imagem 6), os seminaristas foram comunicados de que o seminário seria fechado e todos os 60 seminaristas seriam transferidos para o seminário São Gaspar, em Belém. Esta informação gerou motivo de protesto por parte dos seminaristas, pela forma autoritária do fechamento. Diante da situação, os seminaristas não finalizam o curso.

Imagem 6: Carteira do curso de Teologia, Seminário São Pio X em Santarém, 1985



Fonte: Manoel do Carmo, 2016.

Além do problema do fechamento do Seminário Pio X de Santarém, os seminaristas tiveram que lidar com a falta de conexão entre a equipe do seminário e o pároco de Gurupá.

Durante as férias, os seminaristas de Gurupá perceberam que não tinham o apoio do pároco do município e que não havia uma dinâmica por parte da paróquia de Gurupá que envolvesse os seminaristas; do mesmo modo não existia uma ação definida no processo de formação dos seminaristas da prelazia do Xingu. Assim, por não haver ações definidas, os seminaristas não eram convidados a participar das atividades da paróquia, e por obediência, eles também não tomavam a iniciativa de tentar a aproximação.

Manoel do Carmo (2016a, p. 4) fala que "eles acabavam se considerando pessoas estranhas em seu lugar de origem". Diante da situação, Manoel do Carmo, em particular, se sentia desmotivado com o fechamento do seminário e com a falta de atividade em sua paróquia, por isso, toma a decisão de não continuar no seminário voltando definitivamente para Gurupá para se unir aos movimentos sociais.

Ao retorna para Gurupá com objetivo de fortalecer o sindicato dos trabalhadores rurais e colocar em prática os ensinamentos que ele tinha vivenciado no sindicato de Santarém. Nesse momento, Manoel do Carmo já demonstrava sua convicção ideológica. Suas experiências faziam-no acreditar em mudanças e na transformação dos camponeses gurupaenses.

Acerca dessa convicção, enfatiza Gramsci (1981):

> A concepção de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva do senso de distinção, de separação, de independência apenas instintiva, e progride até à possessão real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – além do progresso político – prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou–se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, 1981, p. 2100).

Convicto em poder unir teoria e ensinamentos vivenciados no seminário e nos movimentos sociais de Santarém, Manoel do Carmo inicia um trabalho político profundo em Gurupá, no qual a conquista pela direção do Sindicato dos Trabalhos Rurais estava no horizonte. Dias (2006), ao se reportar ao grupo envolvido com os problemas dos oprimidos em Gurupá nos anos de 1985, esclarece que seus membros,

> [...] traçaram uma estratégia de conquista, influenciada pela chegada do ex-seminarista Manoel do Carmo ao município e, também, pelo relato de experiência desenvolvida pelo movimento sindical de Santarém/ PA. Com base nesta experiência, foi formado uma coordenação de oposição sindical e mobilizando grande números de trabalhadores rurais para obter, na sede do sindicato, o máximo de informação sobre a legislação sindical e os trâmites para uma nova eleição (DIAS, 2006, p. 21).

Desse modo, Manoel do Carmo se tornava uma liderança estratégica e necessária para os movimentos sociais de Gurupá.

SEÇÃO V - MANOEL DO CARMO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM GURUPÁ

Esta seção destaca as principais ações realizadas por Manoel do Carmo como membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; sua participação no empate; às características e funções do STR na década de 1970; a luta dos trabalhadores rurais na década de 1980; sua participação na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no Partido dos Trabalhadores (PT).

Ainda, o texto faz menção às ações do STR, como o projeto Bem Te Vi, a conquista de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o programa Luta pela Vida e as unidades de conservações: Reservas Extrativista (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), assentamentos agroextrativista e os títulos aos quilombolas.

No decorrer da escrita da seção, constataremos que os programas e projetos mencionados foram fundamentais para pensar e implementar a Casa Familiar Rural de Gurupá.

5.1 O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GURUPÁ

O passado é constituído de acontecimentos que nos ajudam a entender o presente. Mas que passado tem sido contado? Nesta dissertação, contamos o passado e o presente de um município da Amazônia chamado Gurupá, com narração de um homem comum, envolvido com os problemas desse lugar, forjado nos movimentos sociais, atento para o sentido que a educação tem nessa história. Trata-se de uma história "de baixo". E, como diz Sharpe:

> Aqueles que escrevem a história vista de baixo não apenas proporcionam um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado: também tornaram claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertas por evidencia inexplorada (SHARPE, 2011, p.82).

Na década de 1970, conforme anteriormente descrito neste texto, iniciaram-se no município de Gurupá, as primeiras organizações sociais incentivadas pela igreja católica, através dos encontros nas CEBs e da Teologia da Libertação. Nesse período, os patrões dominavam as propriedades rurais e os fregueses eram humilhados pelo sistema de aviamento. Nesse sentido, a igreja desenvolvia um trabalho de conscientização para que o povo lutasse pelo direito à posse da terra. Logo, foi "**n**este contexto de luta pela afirmação de direitos fundiários e pela manutenção dos meios de vida que ocorreu o fortalecimento da organização comunitária e sindical de Gurupá" (DIAS, 2006, p. 17).

Esse trabalho da igreja desenvolvido por meio das CEBs foi significante e os efeitos foram progressivos. Reconhecer-se oprimido pelo sistema de aviamento imposto pelos patrões fez com que os fregueses percebessem a necessidade da organização coletiva para o enfrentamento necessário àquela situação de exploração. Paulo Freire compara esse enfrentamento, essa luta pela libertação, a um parto, e diz que é um parto doloroso, mas acrescenta, que "o homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos" (FREIRE, 2005, p. 38).

Neste sentido, o trabalho da igreja pautado na ideia libertadora e n a defesa de que se a terra era de Deus, quem nela trabalhasse deveria ficar sob a sua guarda, ela forja, no seio da classe trabalhadora camponesa de Gurupá, a conscientização do direito à propriedade. Assim, os fregueses vão tomando coragem para enfrentar seus patrões e a voltar a se (re) conhecerem como posseiros.

Na época da exploração da virola (espécie de madeira), os fregueses começaram a desobedecer aos patrões e comercializá-la com outros compradores. Juntamente a isto, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)[8] inicia a fiscalização da compra, venda e exportação dos produtos florestais e madeireiros. Estas duas ações, segundo Manoel do Carmo, provoca certa diminuição da exploração.

> Descapitalizados, os patrões passaram a vender os açaizais para indústria de palmitos em conserva. A extração começou a ser feita por peões das fábricas, a mando dos patrões. Tal prática despertou a revolta dos trabalhadores rurais, que viram sua segurança alimentar ameaçada, já que o açaí é o produto básico de sua dieta (DIAS, p, 21, 2006).

Com a intensificação da fiscalização pelo IBDF, houve diminuição da comercialização da produção da madeira, sendo esta substituída por outro produto, o palmito. Nesse momento o movimento social camponês já estava organizado e consciente das questões ambientais, gerando assim o "empate"[9], uma das primeiras ações coletivas de articulação política dos camponeses.

[8] Órgão de fiscalização e controle ambiental que passou a controlar a exploração dos recursos naturais no município.
[9] Termo criado e usado pela população que tem o sentido de impedimento.

5.2 O EMPATE

O movimento organizado pelo coletivo dos fregueses estava consciente das questões ambientais que a exploração do palmito traria para o município de Gurupá, conforme confirmado por Manoel do Carmo.

> Já havia uma certa consciência do direito de posse, que nós não podíamos entregar a terra para o patrão desse jeito, o palmito, e a ideia que se tirasse muito o palmito, a caça ia diminuir, vai diminuir os peixes, vai diminuir os pássaros e isso vai ser ruim para a floresta, já tinha uma consciência ecológica, mas principalmente por causa de um produto importante, o açaí, vai tirar a copa do açaí para vender...e o açaí? Vai acabar! (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 14).

Nesse tenso cenário, os patrões, percebendo a resistência dos fregueses, contratam pessoas de outros municípios para a realização da extração do palmito, como os trabalhadores dos municípios de São Sebastião da Boa Vistam e de Curralinho, que tinham experiência na retirada do palmito, uma vez que as fábricas de palmitos se espalhavam por toda a região do Marajó.

Esses trabalhadores contratados, a mando dos patrões, invadiam as terras dos fregueses para a extração do palmito. Com a invasão das terras, os fregueses, organizados, iam até a posse e 'empatavam'[10] o trabalho dos cortadores de açaizais e os expulsavam da propriedade.

Manoel do Carmo recorda que numa das suas férias do seminário, havia participado do empate. Ele relata um caso específico que aconteceu no rio Moju.

> Nós planejamos uma ação drástica lá no Moju. Porque tinha um patrão de fora, pois esses caras de fora não vinham só e geralmente traziam um cara que vinha lá de São Sebastião da Boa Vista; o capataz, que era o cara que coordenava os outros. Então tinha um cara, eu me lembro até o nome dele, o nome dele era ..., ele tinha um barco grande. E esse daí, não quis nos obedecer, nós fomos 2 vezes fazer o empate, eu participei de uma, o outro eu estava indo para o seminário e não participei; e ele não aceitou, continuou a cortar palmito, aí nós planejamos uma ação, só que com a graça de Deus, antes de realizarmos a ação ele foi embora, no dia que nós íamos realizar a ação ele foi embora (MANOEL DO CARMO, 2016b, p.15).

O empate era uma tentativa de embargar a exploração do palmito naquele município. Esse impedimento aconteceu em muitos rios de Gurupá e sua dinâmica, segundo Manoel do Carmo (2016b) se dava da seguinte forma: 15 a 20 pessoas (fregueses) da comunidade que estavam com suas terras sendo invadidas se reuniam e juntas, munidas de terçados, machados,

[10] O termo empatar utilizado significava embaraçar, interromper, sustar.

espingardas, farinha e lanternas iam até os homens que estavam cortando os palmitos e os impediam de dar continuidade ao trabalho, comunicando-lhes que as terras tinham donos, no caso, eles mesmos. Em caso de resistência por parte dos cortadores de palmito, os fregueses avisavam que iriam cortar e queimar suas embarcações e deixá-los isolados na mata.

Os cortadores de palmito, frente à pressão dos fregueses, iam embora da terra na qual estavam trabalhando. Assim, os patrões foram se enfraquecendo economicamente, pois os contratados foram se escasseando com os enfrentamentos na mata e os ciclos de produção estagnando. Além disso, os filhos dos patrões, que se deslocavam para Belém para estudar e se formavam médicos, engenheiros, não retornavam mais para junto dos pais para ajudar nas atividades da família e dar continuidade à economia extrativista familiar.

Com a organização do povo de Gurupá, os patrões foram perdendo sua autonomia e os movimentos sociais se fortaleceram, principalmente com a ajuda da paróquia de Santo Antônio de Gurupá.

Dias (2006, p.20), enfatiza:

> A partir de 1974, a paróquia investiu na realização das semanas catequética e dos tríduos, atividades voltadas para a formação integral de lideranças comunitária. Por meio desses processos formativos e da participação em outros eventos semelhantes, as lideranças locais eram convidadas a analisar a conjuntura social e política do município, do Estado, do Brasil e até mesmo do cenário internacional.

A partir desse período, a paróquia de Gurupá passa a realizar os encontros com os camponeses, esclarecendo-lhes sobre seus direitos, sobre a importância da organização e de terem essa organização institucionalizada enquanto classe, para representá-los. Uma instituição deles e liderados por eles foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Desse modo, em 1975, criou-se o STR de Gurupá, mas sua fundação ocorreu com o apoio do regime militar, pois foi instituído por lideranças simpatizantes do dito regime, como os patrões e os prefeitos. O sindicato era reconhecido como parceiro, como colaborador do estado, mas para os sindicalistas críticos, formados pela Teologia da Libertação, era reconhecido como um sindicato de pelegos.[11]

5.3 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS NA DÉCADA DE 1970

[11] Termo utilizado para designar sindicalistas que atuam em conformidade com interesses de patrões, governantes etc. Pessoa servil, dominada por outra.

Manoel do Carmo (2016b) afirma que sob a inspiração de Getúlio Vargas disseminou-se que todos os municípios deveriam ter sindicatos de categorias da classe trabalhadora e com os trabalhadores do campo de Gurupá não deveria ser diferente. Este haveria de ter um sindicato, de preferência articulado ao poder instituído do estado, como os prefeitos e as assembleias legislativas. Foi sob essa inspiração que o STR de Gurupá se instalou e funcionou de 1970 a 1980. Portanto, durante esse período patrões e prefeitos comandaram o sindicato.

Os sindicatos eram criados por intermédio do Ministério do Trabalho, através das Delegacias Regionais que entravam em contato com as prefeituras e com as lideranças municipais. Então, foram os prefeitos que fizeram a divulgação e deram os esclarecimentos à população da importância da criação de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município. O prefeito era José Vicente de Paula Barreto Melo, que entrou em contato com pessoas de sua confiança, obedientes a ele, pessoas humildes, camponeses, trabalhadores rurais, influentes nas comunidades que se expressavam bem, que sabiam ler e escrever para comandar o STR.

No ano de 1975 foi realizada uma assembleia para discutir a fundação de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá. A reunião foi realizada em 26 de janeiro de 1975, às 9 horas, em um imóvel localizado à Rua Bento Maciel Perante, com pauta única: a Fundação do STR. A ata desta reunião não menciona quantas pessoas estavam presente, só destaca que as pessoas estavam ali de livre vontade (ATA DE FUNDAÇÃO DO STR, 1975). Na ocasião, foi escolhido para dirigir a reunião o senhor José Maia Viana Farias. Os senhores José Vicente e Benedito Farias secretariaram a reunião e elaboraram sua ata. Composta a mesa, deu-se início à leitura do edital de convocação pelo presidente e em seguida a discussão do ponto de pauta: a "Fundação do Sindicato dos Trabalhadores de Gurupá". Na ata consta que todos os presentes inscritos para falar, defendiam a fundação do sindicato com base na necessidade de um órgão capaz de "defender os interesses da categoria, usufruindo dos direitos, assim como submetendo-se aos deveres constados na legislação sindical" (ATA DE FUNDAÇÃO DO STR, 1975, p. 3). Após discussão, foi iniciada a votação e a fundação do STR de Gurupá foi aprovada por todos.

Com a aprovação da fundação do STR, a plenária passou a discutir o estatuto do sindicato e, posteriormente, realizar eleição para diretoria. Assim, elegeu-se a primeira diretoria do STR de Gurupá.

A ata de fundação torna-se um documento importante e histórico, pois comprova a criação do STR, mas, segundo Manoel do Carmo, isso não é suficiente para garantir a

necessária assistência ao homem do campo porque nasce como um instrumento ideológico do estado.

Com o sindicato criado, o Ministério do Trabalho libera a portaria de reconhecimento do sindicato de Gurupá. Assim, inicia-se o processo de filiação dos trabalhadores do campo de Gurupá.

Segundo Manoel do Carmo de 1970 a 1980, o STR de Gurupá funcionou com base nos interesses do governo. O trabalho que o STR realizava era de acordo com as necessidades do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). O STR trabalhava em parceria com o FUNRURAL, que tinha um escritório em Gurupá.

Manoel do Carmo (2016b) relata que o processo de aposentadoria dos idosos passava primeiramente pelo STR, que fazia o encaminhamento para FUNRURAL. Outra atividade que o STR realizava era encaminhar trabalhadores para o hospital. Assim, os trabalhadores do campo eram estimulados a se associarem ao sindicato para terem o direito à carteira do sindicato e do FUNRURAL e, dessa forma, ter direito a tratamento de saúde, realizar consultas médicas.

Na estimativa de Manoel do Carmo foram 10 anos de funcionamento de um sindicato pelego, colaborador do estado, que funcionava por ordem do prefeito. Ele destaca que os próprios funcionários do sindicato eram pagos pela prefeitura.

Ressalta Manoel do Carmo que o sindicato não foi criado para esclarecer os camponeses sobre produção, direito a terra, enfim, voltado para os interesses dos trabalhadores, mas, simplesmente, para o estado ter poder e controle sobre os trabalhadores. Por este motivo, a igreja reforça a formação de lideranças do campo, discutindo, principalmente, a questão da posse da terra, a organização do povo e a necessidade de uma entidade que verdadeiramente representasse os interesses dos trabalhadores; que lutasse por eles, isto é, um STR coordenado por trabalhadores rurais independentes, desvinculados do estado.

A década de 1975 a1985 de funcionamento do Sindicado, denominada por Manoel do Carmo de pelego, contou com forte resistência da Teologia da Libertação, que promoveu a conscientização dos mais oprimidos na região. Com lideranças formadas pela igreja, criou-se uma chapa de oposição sindical para concorre à presidência do STR. Tal chapa concorreu a três eleições, sem sucesso.

Na década de 1980, Manoel do Carmo, com o fechamento do Seminário, retorna definitivamente para Gurupá no segundo semestre de 1985 e traz consigo experiências de vida

que seriam importantíssimas para fortalecer o Sindicato de Gurupá, pois, segundo Thompson (1978, p.16),

> [...] a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social.

A consciência social de Manoel do Carmo fez com que ele voltasse a Gurupá com o objetivo de ajudar a criar uma coordenação, com planejamento estratégico, para conquistar o STR nas eleições de 1986. Como ele mesmo enfatiza,

> [...] a minha primeira missão em Gurupá, com a minha saída do seminário em 1985, era, construir uma nova metodologia de trabalho, de certa forma, independente da igreja. Mas, com apoio dela, para conquistar a direção do STR. Entendia que o quê os companheiros da paróquia faziam era o quê era possível. E já era muito em comparação a posição da igreja conservadora antes da década de 1980 (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 8).

Manoel do Carmo permaneceu no rio Moju por 06 meses, ajudando a família e participando dos eventos promovidos pela igreja relacionados à luta pela posse e aos empates. Nesse período ele começou a planejar como ira proceder, pois tinha vivenciado experiências importantes no STR de Santarém e pretendia colocá-las em prática em Gurupá.

A experiência vivenciada por Manoel do Carmo, em Santarém, despertou-lhe ainda mais a vontade de participar de grupos de ideologias contra-hegemônicas. Ao ler o mundo criticamente, nasce dentro dele a vontade de transformá-lo, mas não somente si, mas para os outros e com a parceria dos outros.

> A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de hegemonias política, atingindo finalmente**,** uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (GRAMSCI, 1981 p. 21).

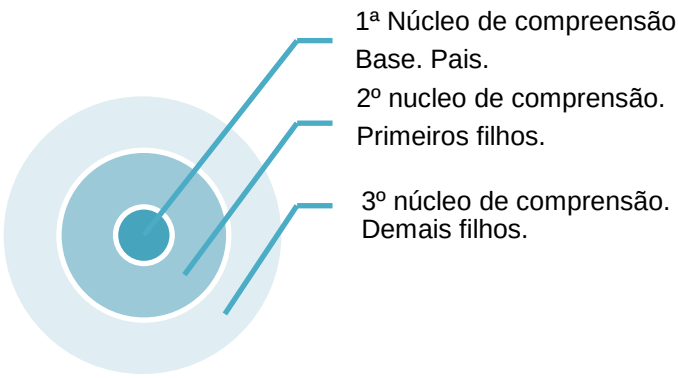
Manoel do Carmo se dedicou a conscientizar as pessoas, sua categoria. Se o consideramos um intelectual é porque ele, no processo de sua experiência, conseguiu exercer sua autoconsciência crítica, histórica e política (GRAMSCI, 1981). Isto faz dele um intelectual orgânico, um indivíduo que pensa na transformação a partir de sua fração de classe, que se coloca como liderança de classe.

5.4 LUTA SINDICAL NA DÉCADA DE 1980

Manoel do Carmo tornou-se um líder na década de 1980, e uma de suas primeiras ações foi pensar em estratégias para a nova eleição do sindicato. No seu ponto de vista, era preciso mobilizar os trabalhadores, organizá-los em torno das eleições do STR para ganhar o seu comando. Com a ajuda da igreja, ele reunia a comunidade no barracão paroquial. Todos podiam participar e conhecer as normas eleitorais, inclusive as estratégias dos chamados pelegos, ligados ao sindicato em vigência. Os dirigentes do sindicado, ao tomarem conhecimento dessas reuniões, começaram a articular estratégias de campanha para permanecerem no comando do sindicato.

Assim, Manoel do Carmo passa a colocar em prática as vivências e ensinamentos sociológicos que tinha aprendido em Santarém. A partir dos conhecimentos adquiridos, ele pensa a comunidade em 03 núcleos, tomando por analogia a formação da família: pais, primeiros filhos e últimos filhos, conforme apresentada na Imagem 7.

Imagem 7- Esquema feito por Manoel do Carmo durante entrevista (2016).



Fonte: Guimarães, 2016.

Com essa lógica e com as experiências adquiridas, Manoel do Carmo acreditava que para vencer as eleições de 1986, teria que trabalhar com essa concepção. Então, com base em seu objetivo maior, que era a conquista do STR, ele estrutura um grupo pequeno de pessoas que pensasse coerente a ele. Esse grupo de pessoas faria parte do 1º núcleo de compreensão. De fato, Manoel do Carmo operacionaliza o que Gramsci (1981) chama de elite de intelectuais de seu próprio meio. Mas, para isto, como orienta o próprio Gramsci, é necessário:

> Trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surge diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para torna-se os seus sustentáculos (GRAMSCI, 1981, p.27).

Manoel do Carmo sabia que existiam outras pessoas com o mesmo nível de compreensão (nível 1) em outras comunidades de Gurupá, mas, como estava no Moju, precisava encontrar ali pessoas mais próximas a ele; pessoas que tivessem, como ele, a vontade de conquistar o STR e coloca-lo (como ele acreditava) nas mãos dos próprios trabalhadores rurais.

No rio Moju foi formada a coordenação de oposição sindical com o 1º núcleo de compreensão, liderada por Manoel do Carmo, que iniciou um trabalho de estudo e planejamento, com o objetivo de coordenar uma ação de base, mais participativa, mais técnica. A ideia era esclarecer um núcleo maior para que os trabalhadores tivessem mais sucesso na luta pela terra, nos empates, na organização produtiva e na organização dos associados do STR. Mas o objetivo principal era ganhar as eleições de 1986.

Iniciou-se então um trabalho de base. Primeiramente, com uma equipe pequena, composta de coordenadores. Depois, partiu-se para a sensibilização de lideranças de outros rios e associados do sindicato (2º núcleo de compreensão). Em seguida, a intenção era sensibilizar toda a comunidade rural de Gurupá que ainda não estava filiada ao sindicato (3º núcleo de compreensão).

Em três meses de trabalho e sensibilização, o 1º núcleo composto de 05 lideranças foi ampliado para 15 membros, sendo a maioria de liderança comunitária. Esse grupo passou a ter como meta se aproximar de associados e associar novos membros. Era preciso filiar mais 150 trabalhadores rurais para ganhar as próximas eleições. O planejamento de base foi reelaborado e outras estratégias traçadas: 1) sessões de estudos; 2) reuniões e visitas nas comunidades; 3) realização de atividades para a aquisição de recursos financeiros com vistas ao financiamento de viagens e alimentação de lideranças e associados. Segundo Manoel do Carmo (2016b) todas as metas foram alcançadas até o início de 1986.

O cartaz foi um dos recursos utilizados no processo de esclarecimento da comunidade. Como não era possível levar nas viagens de formação equipamentos e material impresso, os cartazes se tornaram um recurso muito eficaz porque podiam ser usados em várias linguagens, como o desenho de imagens ligadas ao objetivo do cartaz.

Considerando que muitos trabalhadores não sabiam ler e escrever, os desenhos nos cartazes não só ilustravam as ideias como atingiam com facilidade a consciência da comunidade que não sabia ler as palavras.

Trabalhava-se, portanto, na perspectiva freireana de conscientização.

> A conscientização é um teste da realidade. Quanto mais nos conscientizamos, mais "desvelamos" a realidade, e mais aprofundamos a essência fenomênica do objeto diante do qual nos encontramos, com o intuito de analisa-lo. Por essa razão, a conscientização não consiste "num estar diante da realidade" assumindo uma posição falsamente intelectual. Ela não pode existir fora da práxis, ou seja, fora do ato "ação-reflexão". Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser, ou de transformar o mundo, e que é próprio dos homens (FREIRE, 2016, p. 56).

A intenção das visitas às comunidades era para refletir sobre a realidade de Gurupá. No entanto, o trabalho de coordenação e divulgação exigia muito a presença dos membros na cidade, por isso, no final do ano de 1985, Manoel do Carmo decide morara na sede de Gurupá.

Em Gurupá, Manoel do Carmo aparelhou-se num local para a realização dos trabalhos e das reuniões. Para este local o grupo deu o nome de quartel geral (QG), da chapa que ia se candidatar à direção do STR. A chapa 2 foi inscrita, composta por 15 delegados sindicais, membros da cidade e do interior, como podemos visualizar no panfleto da época (Imagem 8).

Imagem 8: Material de propaganda da Chapa 2, concorrente à direção do STR de Gurupá, em 1986.

Fonte: STTR de Gurupá, 2016.

Com a chapa 2 formada, Manoel do Carmo lembra que para dar continuidade ao trabalho do QG, ele precisaria de três ferramentas: uma máquina de datilografia, um mimeógrafo e um laboratório de fotografia para que fosse possível fazer as carteiras dos associados. A princípio utilizaram o mimeógrafo da paróquia, depois conseguiram a doação dos equipamentos por uma entidade religiosa. Aprenderam a manipular o mimeógrafo artesanal, chamado de reco-reco. Com o mimeógrafo, era possível com um estêncil[12] reproduzir de 50 a 100 cópias de material em folha de papel A4.

O laboratório de fotografia foi estruturado e foram produzidas fotos 3x4, em preto e branco, para as carteirinhas dos novos sócios. Em 1985, já existiam as delegacias sindicais, onde os delegados realizavam o cadastramento dos associados que posteriormente eram

[12] Folha de metal, papel, tecido fibroso ou outro material, gravada ou perfurada de modo que, aplicada sobre uma superfície lisa e tendo recebido uma camada de tinta, reproduz o texto ou desenho nela traçado.

levados ao presidente do STR. A partir dos objetivos traçados, a meta de conseguir novos associados fora alcançada, favorecendo o processo de votação na nova eleição STR.

As dificuldades eram grandes, relata Manoel do Carmo. Os outros membros que trabalhavam no QG viviam de doações e apoio dos que acreditavam na luta e na plataforma da chapa 2.

A principal função de Manoel do Carmo no QG era redigir os ofícios, as notas de divulgação e orientar as lideranças na condução do movimento. Assim, na eleição de 07 de abril de 1986, a chapa 2 foi inscrita, tendo como presidente Mané Chico. O *slong* da chapara era "Unidos venceremos".

Imagem 9: Bandeira do Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Gurupá

Fonte: STR de Gurupá, 2016.

Na elaboração da bandeira de luta do Sindicato, optou-se por imagens de instrumentos que simbolizassem as ferramentas principais dos trabalhadores rurais da época:

> Uma faca de seringa para riscar seringa; terçado para limpar a floresta, para fazer os roçados, para caçar; o machado pra cortar a madeira, para tirar lenha; são os três instrumentos de trabalho mais típicos do camponês do Marajó, da várzea; aí os *slogan*, unidos venceremos, porque só tem uma forma da gente vencer os problemas da vida, estando unidos (MANOEL DO CARMO, 2016b p. 44).

Slogan e bandeira definidos, agora era preciso se unir para evitar fraudes nas eleições. Nessa direção, propuseram ao presidente do sindicato a criação de uma comissão de fiscais, com 02 membros de cada chapa. No entanto, circulava entre os eleitores que o dito presidente

estava associando pessoas sem a devida permissão e consentimento para votar no dia da eleição. O risco, segundo Manoel do Carmo (2016b), era de que a eleição fosse novamente fraudada.

Com essa informação, a coordenação do QG se reuniu e planejou uma ação. No dia em que iriam propor a comissão de fiscais ao presidente do STR, a coordenação da chapa 2 convocaria uma reunião no centro catequético, o que ocorreu. Compareceram à reunião 150 trabalhadores rurais. A estratégia era compor uma comissão que iria até o STR levar a proposta da comissão de fiscais ao presidente. A comissão entraria na sede e os demais ficariam acampados em frente do STR, dando apoio. Caso o presidente não aceitasse a proposta da fiscalização, eles iriam acampar em frente da sede do sindicato.

Manoel do Carmo acompanhou a comissão até o STR. Ele afirma que ao entrar na sede teve a confirmação da suspeita de fraude. Na mesa do presidente havia muitas fichas de associados fantasmas, de pessoas que não tinham manifestado interesse em ser sócias. Nesse momento, o delegado sindical de Moju, analisando as primeiras fichas, reconheceu nomes de associados pertencentes ao Moju e perguntou ao presidente quem teria associado aquelas pessoas, pois pela regra, ele, como delegado sindical, era quem deveria associar os sócios do rio Moju. O presidente, atônito, recolheu as fichas da mão do delegado de Moju e saiu pelos fundos da sede, indo direto para a delegacia de polícia registrar ocorrência de invasão no sindicato.

Com a saída do presidente, os associados ocuparam a sede do sindicato. O delegado de polícia chegou e comunicou a todos que deveriam desocupar o espaço. A comissão esclareceu ao delegado o motivo da ocupação. Sentindo-se em desvantagem, segundo Manoel do Carmo, o delegado preferiu se retirar. No dia seguinte, a mando da prefeita e do delegado de política, foi reforçado o policiamento no local. Líderes do movimento explicaram ao delegado que o ato era pacífico e ordeiro, mas que só obedeceriam à desocupação após a fiscalização das eleições pelo Ministério do Trabalho e apuração das irregularidades no sindicato.

Os associados, unidos, permaneceram acampados na sede por 54 dias. Este ato é considerado, até então, o principal feito na história do sindicato e na história do próprio Manoel do Carmo. Nas fotos (4 e 5), a seguir, as pessoas aparecem em frente da sede do sindicato, com caixa de som e mesas. Muitas delas, homens, mulheres e crianças se envolveram no ato. Nos dias de ocupação foram realizadas sessões de estudo e reflexões sobre a realidade e problemas dos camponeses.

Foto 4: Ocupação do sindicato pelos trabalhadores rurais.

Fonte: Arquivo do STTR.

Fotos 5: Ocupação do sindicato pelos trabalhadores rurais

Fonte: Arquivo do STTR.

Nesse momento a bandeira de luta da oposição sindical foi redefinida de "Unidos venceremos" para "Terra, Saúde e Produção", três grandes reivindicações do povo camponês. As palavras foram escritas em faixas e dependuradas na sede do sindicato junto a bandeira da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que estava apoiando a ocupação. O movimento recebeu também o apoio do STR de Santarém, da FASE e da prelazia do Xingu.

Manoel do Carmo (2016a) conta que muitos boatos correram pela cidade. Falava-se que o movimento iria saquear o comércio; que havia armas escondidas na casa paroquial; que as lideranças foram ameaçadas de morte. Os jornais paraenses vinculavam notícias

distorcidas, inverídicas do movimento, chamando seus membros de comunistas, agitadores da ordem e subversivos.

Na noite de 28 de março de 1986 um ato criminoso foi praticado. Afundou-se o barco "Livramento" da paróquia de Gurupá, que estava ancorado há décadas em frente à casa paroquial, às margens do rio Amazonas. Após 02 anos no fundo do rio, o Livramento foi resgatado e reformado, permanecendo até os dias atuais a serviço da paróquia. O livramento representa um símbolo da luta e conquista dos trabalhadores rurais daquela região.

Foto 6. Barco paroquial "Livramento", símbolo da luta sindical do campo em Gurupá.

Fonte: arquivo da pesquisadora, 2016.

A notícia do naufrágio se espalhou pelo interior de Gurupá. Indignados com o acontecimento, pessoas se deslocaram para a sede da cidade para fortalecer o movimento. Segundo Manoel do Carmo (2016b) nos dias normais participavam cerca de 150 a 200 pessoas das assembleias, mas com a notícia do naufrágio do barco, que logo se espalhou pela região, a comunidade, comovida com o ato criminoso, engrossou a mobilização ampliando o número de pessoas nas assembleias, com registro de 1500 a 2000 pessoas.

Durante o período de 54 dias de ocupação, Manoel do Carmo (2016a, p. 13) afirma que: – "meu papel continuou sendo ajudar a coordenar, dando direção ao que queríamos e animando os companheiros nas diversas comissões de trabalho".

> Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o ponto central. Neste sentido, o verdadeiro filósofo é – e não pode

> deixar de ser – nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que o indivíduo faz parte. Se a própria individualidade é o conjunto destas relações, conquistar uma personalidade significa adquirir consciência destas relações, modificar o conjunto destas relações (GRAMSCI, 1981, p.40).

Manoel do Carmo é um intelectual orgânico, é um filósofo do social, pensa e age na sociedade em que atua. Sua experiência de vida influencia novas vidas, ou seja, corresponde a reflexões feitas por Thompson, quando este afirma:

> [...] a experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso cientifico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências (THOMPSON, 1978, p. 16).

Transformar as relações sociais era o grande objetivo de Manoel do Carmo, mas para isso, a luta no STR deveria se fortalecer para garantir o seu principal objetivo de que o sindicato fosse dirigido pelos associados legítimos e de forma legal.

Com a ocupação, Manoel do Carmo esclarece que toda a documentação do STR foi recolhida e levada para a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) em Belém, para a apuração das irregularidades. Após um longo período e com a fiscalização da DRT, foi nomeada uma junta para coordenar o STR por seis meses e posteriormente realizar as eleições. O DRT indicou um nome para assumir o STR, mas a pessoa não aceitou, sendo o próximo nome indicado o de Nelcindo, irmão de Manoel do Carmo e pertencente à coordenação do 1ª núcleo de compreensão, organizado no início da organização de base pelo próprio Manoel do Carmo.

Nelcindo foi nomeado presidente do STR de Gurupá por seis meses. Sua nomeação significava uma grande vitória dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez tinha a sua entidade de classe liderada por um representante legítimo dos associados. Com a nomeação do novo presidente o acampamento foi desfeito.

Manoel do Carmo tem plena consciência do seu papel na conquista do STR.

> A metodologia que a oposição sindical utilizou aqui, para a conquista do sindicato veio de Santarém, a organização, o trabalho de base. A conquista do sindicato se deu, naquele ano, naquele momento, por causa da experiência que eu trouxe de lá e nós imprimimos aqui, senão, não ganhávamos. Talvez uns 3 anos depois (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 33).

A metodologia de base estava dando resultados positivos. O STR estava sendo comandado pelos trabalhadores rurais, porém a presidência de Nelcindo era provisória, cujo mandato iria até as eleições. Então, era preciso pensar nas eleições. Sendo assim, uma única chapa foi inscrita, a liderada pela resistência.

As eleições ocorreram no dia 06 de dezembro de 1986, num sábado, e a apuração dos votos no dia 07 de dezembro 1986, na sede do STR. O senhor Manoel Gonçalves Alho foi designado pela procuradoria regional do trabalho para presidir a mesa apuradora das eleições e Manoel do Carmo designado a mesário da apuração dos votos.

Foram realizadas as eleições em 14 postos de votação, cada local tinha um presidente e dois mesários, que conduziram a votação. Havia 987 associados aptos a votar. Compareceram 813. Na tabela 8, podemos visualizar os locais de votação, a quantidade de votos válidos, votos branco e votos nulos.

Tabela 8 - Demonstrativo de votação na eleição do STR, ano 1986.

URNAS	LOCAL DE VOTAÇÃO	Votos válidos	Votos em branco	Votos Nulos
1ª	Sede da cidade de Gurupá	57	1	0
2ª	Comunidade quilombola Maria Ribeira	28	0	0
3ª	Comunidade quilombola Xiteua de Ipixuna	65	0	0
4ª	Rio Moju	114	1	0
5ª	Rio Mariony	25	1	0
6ª	Rio Mararu	146	2	0
7ª	Localidade Baquiá Branco	19	0	0
8ª	Localidade Piracuy/ Gurupá	26	0	0
9ª	Rio Jaburu	44	0	0
10ª	Rio veados	98	0	0
11ª	Rio Marajoí	36	0	0
12ª	Localidade Camutá do pucuruí	35	0	1
13ª	Localidade São Raimundo / Gurupá	54	0	0
14ª	Rio Bacá	60	0	0
Total		807	5	1

Fonte: Livro de ATA do Congresso do STTR de Gurupá, 1987.

A quantidade de votos válidos comparados ao número de associados foi considerada expressiva. O número de votos brancos (05) e nulos (01) também foi inferior ao que se esperava. Diante desses dados, apurou-se que havia interesse dos associados com a situação da política sindical.

Após a apuração dos votos, os eleitos para a diretoria foram: Manoel Francisco Evangelista de Matos, Bestilla dos Santos Almeida e Nelcindo Rodrigues de Jesus e mais 03 suplentes. Outros 03 nomes para o conselho fiscal e 03 suplentes também foram eleitos, além de 02 nomes para a delegação da federação. Para o departamento de aposentadoria e pensionista foram eleitos com 02 suplentes. No total, foram eleitos 16 representantes. Encerrou-se a apuração dos trabalhos às 17horas. A ata da apuração foi lavrada e assinada pelo presidente da mesa, senhor Manoel Gonçalves Alho e pelo mesário, Manoel do Carmo.

Manoel do Carmo relata que as eleições anteriores eram diretas, mas as urnas se limitavam a 3 ou 4, localizadas na sede da cidade. Os associados do interior tinham que se deslocar até a cidade para votar. As urnas em diferentes localidades garantiu uma participação mais efetiva de todos na eleição.

Segundo Manoel do Carmo (2016a), com a eleição ‘legal e justa’ da conquista do STR pelos trabalhadores rurais, os patrões se deram por vencidos e abandonaram as terras. Os fregueses passaram a ser novamente posseiros.

O desafio posterior era colocar em prática as propostas da chapa vencedora “Terra, Saúde e Produção”. Era necessário amenizar conflitos de terra, uma vez que com a saída dos patrões, muitos conflitos entre posseiros passaram a ocorrer. Isto fez com que a legalização das terras se tornasse uma meta a ser alcançada.

Outro desafio era a produção. Era necessário produzir novos produtos, organizar a venda, aumentar a produção, pois agora não tinha mais a figura do patrão que impedia a produção dos posseiros. A partir de então, todos teriam plena liberdade para produzir e vender.

Em relação à saúde, organizou-se uma comissão que, através de abaixo- assinado foi reivindicar junto ao prefeito e ao Governo do Estado, médico para a cidade de Gurupá e equipamentos para a melhoria do hospital da cidade, assim como um posto de saúde para as comunidades. Segundo Manoel do Carmo a reivindicação foi logo atendida, principalmente em relação ao médico e a equipamentos para o hospital.

As ações continuaram e novos questionamentos iam surgindo com o passar dos anos. Dentre as ações relacionadas, uma delas, Alternativas de Produção, foi debatida num seminário temático denominado “Trabalhadores Rurais em Busca de Alternativa”, organizado

pelo STR, em parceria com a Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) e do Movimento Leigo para América Latina (MILAL), uma entidade internacional.

Nas fotos 7 e 8, pode-se visualizar este acontecimento, ocorrido de 20 a 23 de setembro de 1989. Manoel do Carmo aparece na foto 7. Ele é o terceiro sentado à mesa, da esquerda para direita. Na foto 8, ele está,falando ao microfone.

Fotos 7 : Seminário do "Trabalhadores rurais em busca de alternativa", 1989

Fonte: Arquivo do STTR de Gurupá, 2016.

Fotos 8: Seminário do "Trabalhadores rurais em busca de alternativa", 1989

Fonte: Arquivo do STTR de Gurupá, 2016.

Segundo Manoel do Carmo, o seminário foi de suma importância para se pensar nas conquistas do movimento social gurupaense, as quais eram: a nova direção do sindicato, a saída dos patrões das terras e a conquista das posses pelos antigos fregueses. Mas, para isso, era preciso planejar e discutir o novo cenário social, o que foi possível através do seminário onde o povo camponês teve acesso às devidas informações sobre a nova proposta.

Durante o seminário ocorreram estudos sobre a história dos produtos da floresta, das águas e dos produtos agropecuários. Manoel do Carmo (2016a) afirma que houve uma discussão especificamente sobre as atividades econômicas da mandioca, da história do pescado e da história do palmito. Ocorreram estudos r discussões sobre as alternativas socioeconômicas possíveis de serem implementadas no campo. E qual alternativa foi concretizada durante o seminário? A elaboração de um projeto de intervenção produtiva com o projeto "Bem Te Vi", cujo nome foi inspirado na Amazônia e nas cores do Brasil, apesar de ser um projeto com financiamento europeu.

> A ideia era um pássaro da Amazônia, nós queríamos dar o nome de um pássaro da Amazônia, porque era um projeto financiado pela comunidade econômica europeia. Tinha recursos de fundos europeus. Então com essa história de preservação do meio ambiente, era muito importante dar um nome de um pássaro típico daqui e do Marajó, aquele passarinho, Bem te vi, também por causa disso, né, bem ver! Ver uma coisa bonita, ver uma coisa boa, ver uma coisa de bem, Bem te vi, das cores do Brasil (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 44).

O projeto foi iniciado em 1992, com financiamento de três áreas de trabalhos produtivos: pesca, palmito e mandioca. Para cada subprojeto foi formado por uma equipe e comprado os materiais. No subprojeto da pesca foram compradas 07 geleiras e 07 redes de pesca. Criou-se um grupo de pescadores para colocar o projeto em prática, cujas atividades era pescar e comercializar. O projeto da mandioca visava à instalação de casa de farinha, com fornos funcionando nas comunidades quilombolas de Maria Ribeira, Camutá do Ipixuna, Carrazedo e na comunidade do Bacá.

Para o projeto "Caminhar com êxito" foram realizadas turmas de formação e assistência técnica sobre o conhecimento do cultivo de diferentes espécies de mandioca: limpeza da área do cultivo da mandioca, espaçamento de plantação, plantio, manutenção da roça. Também foram socializadas técnicas de produzir e processar a farinha e conhecimentos de gestão do empreendimento.

O outro subprojeto foi o do palmito (extração sustentável através de manejos florestais). Para a efetivação deste subprojeto, criou-se uma fábrica de palmito no rio Marajoí, um dos maiores rios de Gurupá.

Por fim, os projetos foram colocados em prática, mas, outro desafio despontava, pois, quem gerenciaria essas atividades? Com o tempo foi se descobrindo que havia duas grandes necessidades:

> [...] uma mais interna: necessidades de compreensão política e técnica dos trabalhadores em gerenciar projetos; outra externa que diz respeito às necessidades de políticas públicas de crédito oficial e reconhecimento por parte do governo das posses dos posseiros (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 15).

E os desafios, segundo Manoel do Carmo, não foram só em Gurupá, pois com o fim do regime militar, os sindicatos pelegos se enfraqueceram e os trabalhadores rurais em todo o Brasil lutavam por conquistas econômicas e melhoria de vida.

Segundo Manoel do Carmo, a avaliação que foi feita do projeto Bem te vi, após três anos de funcionamento, por parte do STR, era de que havia problemas na gestão de cada subprojeto. Constatou-se que o povo camponês não estava preparado para empreendimentos coletivos de caráter econômico, apesar de terem participado da formação, eles não conseguiam organizar a contabilidade, os gastos, as despesas,os lucros e nem fazer registros da quantidade de mercadoria produzida e vendida. Essa falta de formação fez com que os projetos não tivessem o sucesso esperado, apesar de algumas pessoas terem melhorado a maneira de produzir, a exemplo do subprojeto da mandioca, no qual as pessoas passaram a produzir mais e produtos de melhor qualidade.

5.5 NOVOS DESAFIOS: A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) E O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

No período em que as lutas se intensificaram, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da prelazia do Xingu, realizava assessoria às lideranças sociais em defesa da posse da terra na cidade de Gurupá. O coordenador da CPT visitava mensalmente a cidade para prestar assessoria, pois os conflitos estavam cada vez mais tensionados, ocorrendo os empates contra a exploração do palmito, luta contra os patrões e luta pela posse da terra.

O representante da CPT, em Gurupá, era o padre Giulio, que, com o fortalecimento do movimento e aumento dos conflitos, ele destaca uma pessoa mais disponível para coordenar a CPT de Gurupá. O coordenador da CPT havia indicado Manoel do Carmo para ser esse representante, pois ele vinha participando de várias reuniões e encaminhamentos da CPT,

porém, o padre Giulio não aceitou a indicação porque por ter sido feita na sua ausência, ocasião em ele se encontrava de férias na Itália. Como legítimo representante da Igreja, o padre considera que o assunto só poderia ter sido deliberado em sua presença. A partir desse desentendimento, Manoel do Carmo ficou assessorando somente o STR.

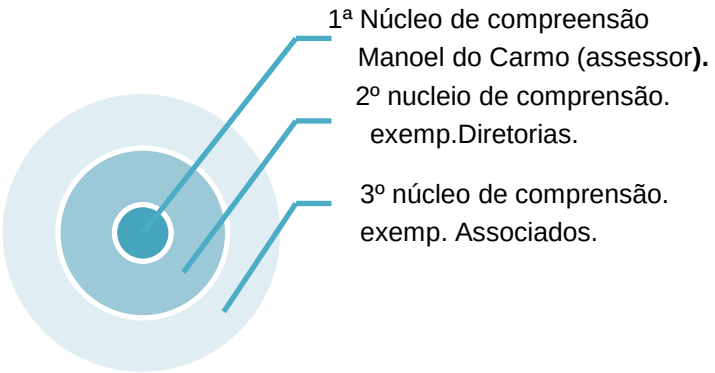
Além do assessoramento no STR, Manoel do Carmo continuou seu trabalho de assessoria em outras frentes como no Partido dos Trabalhadores (PT). Neste trabalho, mais uma vez Manoel do Carmo fez uso da metodologia estratégica de base trazida de Santarém, que respeitava os níveis de compreensão.

Segundo Manoel do Carmo (2016b), o Partido dos Trabalhadores nunca havia ganhado as eleições. Em sua opinião, para que ele tivesse mais autonomia, era preciso reorganizar o partido na região tirando-o da secretaria da Igreja. Assim, Manoel do Carmo aluga uma casa para o funcionamento do partido e inicia o trabalho de conscientização, respeitando os níveis de compreensão das pessoas.

De certa forma a metodologia implementada por Manoel do Carmo fazia com que o papel da igreja não fosse tão necessário para o comando das ações. Porém, ele não estava contra a igreja, mas considerava que os movimentos sociais e sindicais, em aliança com o partido, deveriam estar afastados da Igreja para terem mais autonomia.

Após essa decisão, Manoel do Carmo passou a ter um importante papel na comunidade por assessorar pessoas e criar estratégias para que os objetivos fossem alcançados. Enquanto partícipe do 1º núcleo de compreensão, onde as estratégias eram socializadas e estudadas com a equipe de diretores, dos STR, do PT, na CPT, e posteriormente da CFR, ele assumia a liderança da organização dos trabalhadores e da comunidade como um todo.

Imagem 10: Lugar de Manoel do Carmo no movimento social



Fonte: Guimarães, 2016.

Essa metodologia de conscientização possibilitou com que pessoas do 3º núcleo pudessem contribuir posteriormente no 2ª núcleo e assim sucessivamente.

No mesmo ano do seminário temático "Trabalhadores Rurais em Busca de Alternativa", em 1989, Manoel do Carmo já estava exercendo o mandato de Vereador. Foi eleito em 15 de novembro de 1988, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como podemos visualizar no seu diploma de vereador (Imagem 11).

Imagem 11: Diploma de vereador

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
54ª JUNTA ELEITORAL

DIPLOMA DE VEREADOR

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 15 de Novembro de 1.988

A 54ª Junta Eleitoral sediada na 26ª Zona declara eleito VEREADOR, para o mandato que começará em 1º de JANEIRO DE 1.989 o cidadão MANOEL DO CARMO DE JESUS PENA, candidato registrado pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), de acôrdo com o constante da ata geral da apuração, cujo extrato vai abaixo transcrito e é do teor seguinte:

"Aos 16 (dezesseis) dias do mês de nevembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito (1.988), nesta cidade de Gurupá, Estado de Pará, na sala das sessões da 54ª Junta Eleitoral, às 9:00 (neve) horas, presentes os Senhores Dra. MARIA DO CARMO SARMENTO DE ARAÚJO, DANIEL TEIXEIRA MARTINS e JOÃO MORAES SANTIAGO respectivamente, Presidente e Membros, foi aberta a presente sessão pública para apuração final das eleições municipais realizadas no dia 15 de Nevembro de 1.988. Depois de apurados os votos válidos do Município de Gurupá, Estado de Pará, foi proclamado eleito para Vereador o cidadão MANOEL DO CARMO DE JESUS PENA, que obteve 153 (cento e cincenta e tres) votos. E como nada mais houve a tratar, foi pelo Presidente encerrada a sessão e lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Eu, (a) Maria Benedita Gonçalves dos Santos, secretário, a escrevi (aa) [signature]

João Moraes Santiago, [illegible]

GURUPÁ / PÁ 23 de DEZEMBRO de 19 88

[illegible]
PRESIDENTE DA JUNTA ELEITORAL

Fonte: Manoel do Carmo, 2016.

Manoel do Carmo foi diplomado pela 54ª junta eleitoral e 26ª zona eleitoral, para o mandato que iniciaria em 1º de janeiro de 1989. Ele foi eleito com 153 votos para o pleito de 1989 a 1992. Ele relata que no exercício do seu mandato, esteve a serviço do povo e na luta em defesa das conquistas da terra, principalmente porque tinha sido o povo do campo e as lideranças sindicais que o elegeram. Contudo, ele continuou o serviço de assessor no STR.

Esse período foi de maior afirmação pela posse da terra no interior, mas havia uma questão a ser resolvida na cidade que seria a quantidade de terra na cidade doada pela prefeitura para a empresa madeireira Xingu /SA, que havia se comprometido a trabalhar com atividade de serraria, porém, esta empresa nem sequer chegou a funcionar.

Mediante este caso, Manoel do Carmo resolveu agir em direção a essa questão.

> Aí, como vereador o que foi que nós fizemos, a nossa bancada, nós fomos fazer um estudo da legislação que doou essa terra para essa empresa e fomos descobrir na lei, que se a empresa não funcionasse as terras voltavam, automaticamente, para o patrimônio do município; então nós tínhamos que cancelar a lei; então nós fizemos um projeto de lei, anulando a lei que doou, que foi aprovada pela câmara e sancionada pelo prefeito, e as terras voltaram e com muita briga, e as terras voltaram para o patrimônio público do município (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 47).

Assim, o projeto de lei de autoria de Manoel do Carmo, conseguiu com que o município de Gurupá tivesse suas terras de volta, fato considerado uma grande vitória para o partido dos Trabalhadores (PT).

Nas eleições de 1992, o PT elegeu o prefeito Moacir Alho, primeiro prefeito do PT em Gurupá. Nas eleições de 1995, Manoel do Carmo se lança candidato a prefeito, mas perde as eleições por uma diferença de 200 votos.

Para Manoel do Carmo, estar na política partidária, no poder constituído, era uma forma de ele a vir a ser representante do povo.

5.6 OS CONGRESSOS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE GURUPÁ

No 1º congresso do STR, realizado em 16 de janeiro de 1990, foi eleita a nova diretoria do STR. A direção anterior propôs a mudança do estatuto e das eleições, com base nos modelos da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nessa trajetória de luta do STR, muitas ocorreram muitas mudanças, entre elas, as eleições que passaram a ser realizadas a partir dos congressos organizados pelo próprio STR.

Durante o 1º Congresso para eleger a nova diretoria, Manoel do Carmo foi escolhido para presidir a reunião, fazendo a mediação da eleição onde cada delegado sindical era quem apresentava os nomes escolhidos nas reuniões das delegacias sindicais. Depois dessas escolhas, aconteciam as discussões e as defesas contra e a favor dos nomes propostos. Posteriormente, a votação é iniciada por aclamação, em que cada nome dos candidatos é votado com o levantamento do crachá. A nova eleita para presidir o STR foi Bestilla dos Santos Almeida e Manoel do Carmo foi eleito para o cargo de secretário de organização e formação.

Manoel do Carmo (2016b) relata que ele se arrepende em ter colaborado com a mudança do estatuto. Para ele, as eleições diretas dão mais legitimidade e compromisso ao voto do associado, e também, que é importante o próprio associado escolher seu presidente.

No 2º Congresso, realizado nos dia 30 de maio de 1993, no centro catequético São Benedito, participaram 103 delegados sindicais. Manoel do Carmo foi novamente escolhido para presidir a reunião, seguindo os mesmos rituais da eleição de 1990. Para presidente foi eleito Pedro Alves Vieira e Manoel do Carmo foi também eleito como suplente do cargo de delegado representante da junta da Federação e departamento de aposentado e pensionista.

No 3º Congresso do STR, realizado no dia 9 de dezembro de 1996, a mediação foi feita por uma comissão e 02 chapas oncorreram. Uma com o *slogan* "Valorização da agricultura familiar", presidida por Manoel do Carmo, com todos os candidatos aos cargos indicados: vice-presidente, secretário de administração e finanças, secretário de políticas agrícolas, agrária e meio ambiente, secretário de assuntos sociais, conselho fiscal e seus respectivos suplentes. A outra chapa inscrita estava com seus cargos incompletos. Constavam os nomes de Manoel Francisco Evangelista de Matos para presidente e o de Manoel do Carmo para o cargo de secretário de administração e finanças. No congresso, havia 108 delegados associados, mas só 102 estavam presentes. A Chapa "Valorização da agricultura familiar" presidida por Manoel do Carmo foi eleita com a maioria dos votos (66), a segunda tivera 35 votos e 01 abstenção foi registrada.

Eleito presidente do STR, Manoel do Carmo para a gestão de 1996 a 1998, conforme constava na sua carteira da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá (Imagem 12). Nesse cargo, Manoel do Carmo "compromete-se com a grande luta e desafios das atividades do sindicato por melhoria de condição de vida e em defesa dos direitos dos associados". (LIVRO DE ATA DO CONGRESSO DO STTR DE GURUPÁ, 1987, p. 12).

Imagem 12: Carteira da presidência do Sindicato dos Trabalhares Rurais de Gurupá.

Fonte: Arquivo pessoal de Manoel do Carmo, 2016.

Nesse período, Os congressos, além de eleger diretorias e aprovar estatutos e regimentos, passaram também a ser momentos de reflexão da atuação do STR frente ao cenário local e nacional. Como enfatiza o art. 10 do Estatuto dos trabalhadores rurais de Gurupá (1995, p.5): "O congresso da categoria será realizado a cada 03 anos em caráter ordinário, para: a) analisar a situação real da categoria; b) analisar as condições de funcionamento e desenvolvimento da sociedade brasileira".

No mandato de Manoel do Carmo, ele diz ter lutado pela a afirmação dos direitos dos trabalhadores do campo, pois tinha como referência o que estava escrito no Art. 2º - As prerrogativas do sindicato, do Estatuto do STR:

> Desenvolver uma política sindical de conscientização, formação e organização da categoria representada que possibilite sua interferência nas políticas públicas em vista de assegurar o cumprimento dos direitos constitucionais assegurados e lutar por novos direitos em vista de satisfazer em conquistas progressivas às necessidades materiais espirituais básicas de seus associados e do conjunto das classes trabalhadoras (ESTATUTO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GURUPÁ, 1995, p. 1).

No mandato do prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, Manoel do Carmo constatou que muitas famílias camponesas passaram a morar na cidade, fazendo uma ocupação desordenada na mesma área de terra que ele, quando vereador, havia recuperado para o patrimônio do município. Atualmente, esse espaço ocupado, é denominado de bairro Xingu.

Portanto, fazia-se necessário a realização de novas ações. Desse modo, iniciou-se um programa de atividades de sensibilização e esclarecimentos para os trabalhadores rurais. O programa recebeu o nome de "Luta pela Vida", o qual funcionou sem apoio financeiro. O trabalho atendia 20 famílias de cada comunidade e tinha como objetivo atender às delegacias sindicais. No decorrer das atividades do programa, foram utilizados vários instrumentos de sensibilização, como cartazes e desenhos que instigavam os debates e questionavam a vida camponesa. Eis alguns questionamentos:

> Para nós que vivemos no campo, o que é melhor?
> 1) Comprar tudo que consumimos (arroz, feijão, carne, ovo, frutas, verduras, etc.) com o dinheiro da madeira, do palmito e da aposentadoria dos idosos, ou produzirmos em nossas terras esses produtos com mais garantia de qualidade?
> 2) Sair de nossa terra e ir morar na cidade sem saber o que fazer ou ficar em nossas terras, onde sabemos trabalhar, produzir e viver com qualidade de vida? (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 16).
> A gente ir morar para a cidade, para levar os nossos filhos para estudar, porque aqui não tem escola, agente somos obrigados a ir para a cidade, educar nossos filho lá, aí depois a gente voltar para cá, ou a gente permanece

> aqui e lutar para ter escola aqui, e que os nossos filhos estudem o que nós precisamos aprender (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 42).

Nos encontros debatiam-se esses questionamentos e se discutia os benefícios da vida no campo. A intenção de levantar o debate tinha como objetivo ouvir os camponeses para pensar e realizar estratégias. Esses movimentos de mobilização foram realizados por um período de 02 anos.

Os questionamentos, de certo modo, era uma oportunidade que aos camponeses tinham de ler o mundo ao seu redor, ou seja, "a leitura do mundo" que Paulo Freire defende em sua teoria, pois, com os questionamentos, as pessoas refletiam sobre sua realidade e os mediadores precisavam estar atentos a eles, pois, como ensina Freire (1996, p. 81), "como educador preciso ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem eu trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte".

"Ler o mundo" possibilita a reflexão sobre ele e realização de mudanças. A história do próprio STR demonstra as mudanças significativas vivenciadas pelo povo gurupaense. Dentre as conquistas do STR, destaca-se o crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que atendeu 170 famílias, com investimento para a produção do açaí, da banana, do feijão, do gado e do café.

Em 1997 o STR também iniciava os encontros, em parceria com a FASE, cujo objetivo era fazer um diagnóstico para definir e direcionar as lutas pela regularização fundiária no município de Gurupá. Era uma luta que anos mais tarde daria origem às unidades de conservações, à Reserva Extrativista (RESEX), à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Baquiar e Itatupã, a assentamentos agroextrativistas, além de títulos aos quilombolas.

A primeira conquista foi a RESEX Gurupá/Melgaço. A RESEX corresponde a 60% da área em Gurupá e 40% no município de Melgaço. A área escolhida fica em um dos maiores rio de Gurupá, que é o rio Marajoí. Trata-se de uma área que vivenciou uma das primeiras experiências de manejo do açaizal nativo.

Segundo Manoel do Carmo (2016b) em outros municípios do Marajó, como São Sebastião da Boa Vista e Curralinho, já se fazia o manejo de palmito de forma empírica, mas depois, as pessoas perceberam que se limpassem a área e se cortassem só as árvores mais altas dos açaizais para a retirada do palmito, as outras árvores produziriam em tamanho mais baixo, mais rápido e com cachos mais graúdos.

Portanto, essa experiência realizada em Gurupá, no rio Marajoí, as famílias se organizavam para colocar em prática o que aprenderam. Organizavam-se em média 05 famílias para limpar as áreas do açaizal. Segundo Manoel do Carmo, teve grupo que chegou a limpar mais de 100 hectares e após três anos de trabalho, as pessoas perceberam que o resultado era positivo, pois a produção de açaí aumentara.

Percebeu-se, portanto, que a atividade era realmente positiva e sustentável, pois era possível extrair o palmito de forma racional, sem prejudicar a produção de açaí. Essa experiência foi que fez com que o STR, juntamente com a FASE, escolhesse o rio Marajoí para implementar a primeira RESEX do município.

Anos depois, segundo Manoel do Carmo (2016a), outras conquistas foram chegando ao município, tais como: a titulação legal da área dos quilombos, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã, o assentamento agroextrativista do Camutá do Pucuruí, o assentamento agroextrativista da ilha de São Salvador e o assentamento agroextrativista Ilha Grande de Gurupá.

Com essas ações de legalização das terras, de criação de RESEX e RDS e de criação de assentamentos agroextrativistas, as pessoas deixavam de ser posseiras das terras e passavam a ser concessionárias do governo Federal. Até então, elas possuem a concessão do governo para morar na área e conservá-la por um período de 50 anos, uma vez que as áreas de ilha legalmente pertencem à união.

Tais conquistas mudaram a relação da população camponesa com a terra, que historicamente vem se modificando. Antes, no decorrer do ciclo da borracha, os camponeses passaram de posseiro para freguês, ocasião em perderam as terras para os patrões. No entanto, com a saída dos patrões das terras, a população campesina retornou à condição de posseiro. Então, com as unidades de conservação, os mais oprimidos da terra passaram à condição de concessionários das terras.

Novas conquistas, novos desafios e novas preocupações vão alterando a relação do povo de Gurupá com a terra. Explica Manoel do Carmo:

> Quando ele era posseiro, ele considerava dele, eu tenho a posse, eu tenho o domínio dessa terra; agora eu soube, eu assinei que essa terra é do governo federal e eu sou só permissionário para trabalhar, eu tenho permissão para morar aqui e trabalhar. Então como fica a cabeça desse posseiro. Ele aceitou fazer isso porque o sindicato, a sociedade [...] porque todo mundo falou que ele teria o reconhecimento do governo federal, que ele existe como trabalhador rural, como posseiro, como extrativista, passa a ser reconhecido com endereço, passa ter um documento reconhecido que ele não tinha antes como posseiro, então isso era uma coisa bacana. Qual era a outra coisa

> bacana que era dita para ele? É que ele ia receber os benefícios do programa da reforma agrária (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 17-18).

Um dos problemas que Manoel do Carmo põe em pauta com essa questão é a situação das famílias das unidades de conservação porque elas passam a ter direito a crédito do governo federal para investimentos em pequenas atividades de subsistência e atividades de agricultura familiar de forma sustentável.

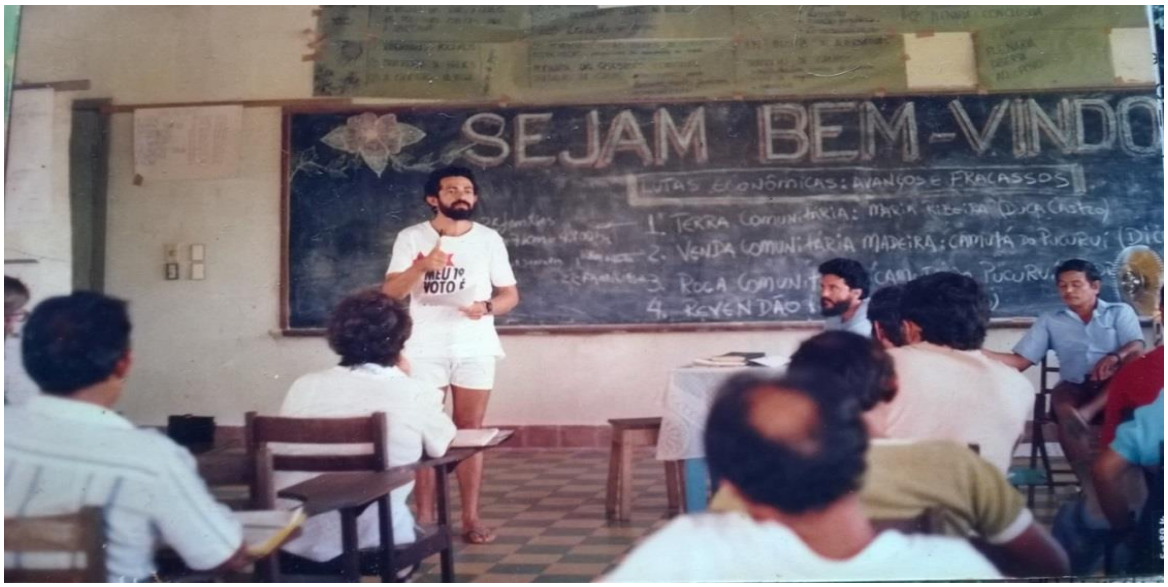
Com as unidades de conservação implementadas, a assistência técnica se tornou necessária e gerou um grande problema em Gurupá porque as famílias interessadas em novos recursos para investimentos nas suas propriedades não conseguem o financiamento, pois um dos critérios de avaliação dos bancos é a garantia de assistência técnica pelo INCRA, órgão que não tem representatividade no município.

Desse modo, um dos grandes desafios estava posto: lutar por crédito e conscientizar as pessoas sobre a importância em morarem em unidades de conservação e de preservação, pois, segundo Manoel do Carmo (2016b), as pessoas podem ficar desmotivadas pela espera de um recurso financeiro do governo federal, ou por falta de assistência técnica e financiamento dos bancos, o que pode colocar em risco as unidade de conservação, permitindo que madeireiras adentrem as terras para explorá-las. Portanto, conscientizar e buscar soluções são os grandes desafios que o STR vem enfrentando.

Manoel do Carmo explica-nos que as ações que o STR realiza sempre passam por avaliações. Mesmo com avanços pautados, o STR continua o trabalho de conscientização da vida do campo como garantia da dignidade do homem que nele habita.

Na foto 9, podemos constatar os exemplos desse trabalho de luta nos escritos de um quadro negro em uma das reuniões presididas por Manoel do Carmo, onde se lê: a) terra comunitária, b) venda comunitária de madeira, c) roça comunitária, d) revendão.

Foto 9: Manoel do Carmo em reuniões do STR



Fonte: arquivo do STR, 2016.

Os projetos são sempre colocados em práticas e avaliados. Manoel do Carmo (2016b) relata que todo o trabalho que iniciou com a igreja e o projeto "Luta pela Vida" apresentaram bons resultados, mas não o suficiente que não precisasse de novas ações. Nessa luta, Manoel do Carmo questiona:

> Qual era o meu principal desafio? Era manter o rumo! O rumo da luta sindical, a luta pelos direitos, a luta para organização de base dos associados, não perder [...] para os associados permanecer no campo, gerando condições de vida lá onde ele tá.
> Então que diálogo a diretoria do sindicato tem que ter? Que ação a diretoria do sindicato deveria ter para o associado permanecer com autoestima no campo? Que ação?
> A luta pela terra?... Sim! Mas, não basta.
> A luta por melhoria de preço da produção? Sim, mas não basta! É muito importante, mas não basta!
> A luta pelo crédito? Muito importante, mas não basta!
> A luta pelos direitos previdenciários? Aposentadoria, salário maternidade, etc., do segurado especial? Sim, muito importante, mas não basta! (MANOEL DO CARMO, 2016b p. 41).

O projeto "Luta Pela Vida" se torna importante nessa reflexão, pois a partir dele, seria criada uma das maiores ações do STR que seria um projeto educacional. O "Luta pela Vida" despertou a reflexão sobre a educação do campo, pois apesar de se ter conscientizado e estimulado as famílias a plantar, aumentar a produção de legumes, começar a criar aves e suínos, tinha outra questão que as famílias relatavam. Elas não queriam ter que ir morar para a cidade por causa da educação dos filhos. No interior só existia até a 4ª série do ensino

fundamental e em turmas multisseriadas e isso era colocado como um problema pelas famílias.

O período de encontros nas comunidades foi intenso, e após o término dos encontros do projeto “Luta pela Vida”, foi realizada uma plenária de avaliação para definir qual ação deveria ser elaborada.

Em depoimento, Manoel do Carmo (2016b) explica que o STR sabia que deveria definir uma ação, mas não sabia qual. Poderia ser a instalação de uma cooperativa ou uma pequena indústria. Muitos questionamentos provocaram a síntese de que havia a necessidade de se aprender sobre técnicas produtivas. O que as famílias queriam, era produzir mais para comercializar e viver melhor.

Os projetos anteriores, como o “Bem te vi” e o FNO, tinham indicado a falta de conhecimento técnico e de gestão das famílias. Na verdade, o projeto “Luta pela Vida” só fez aflorar essa questão em torno da aprendizagem, do conhecimento que poderia se dar através de um projeto educacional.

Destas questões surgem as primeiras informações sobre a experiência educativa Casa Familiar Rural. Manoel do Carmo fala de Benildes, uma pedagoga de Altamira, que morava em Gurupá, a qual possuía experiência como educadora no município de Medicilândia na Transamazônica, na 1ª Casa Familiar Rural do Estado do Pará, fundada em 1995. Então,

> Os desafios estavam colocados: o que fazer para a permanência dos jovens e suas famílias no campo, para melhorar sua qualidade de vida, garantir e ampliar as conquistas já alcançadas nos anos anteriores?
> Foi nesse congresso que foi aprovado a ideia de um projeto de educação, que proporcionasse aos jovens a permanecer no campo ao contrário do sistema tradicional que incentivava a vida urbana. (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 20).

Sendo assim, a ideia da Casa Familiar Rural em Gurupá foi colocada em pauta como a principal dedicação de Manoel do Carmo.

Em 2016 a conquista do STR pelos trabalhadores rurais completava 30 anos e a comemoração se ocorreu no IX Congresso do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agroextrativista de Gurupá (STTR), realizado na Barraca paroquial de São Benedito, nos dias 01 e 02 de dezembro de 2016. Esse congresso teve como um dos objetivos resgatar a memória dos 30 anos de luta e conquista do STTR. Avaliaram-se as bandeiras de luta com *slogan* “Terra, saúde e produção”; discutiu-se e novas propostas de luta foram aprovadas; elegeu-se a nova diretoria.

Dentre as propostas discutidas nos grupos de trabalhos, a educação assume destaque como pauta relevante.

No referido congresso, discute-se também o fortalecimento das Políticas de Formação Sindical com a reativação do Sindicato Itinerante. Colocou-se também na ordem do dia, a luta pela educação básica completa e a formação dos filhos dos camponeses contextualizada na realidade do campo. Além disso, foi enfatizada a luta por cursos técnicos profissionalizantes voltados para a realidade produtiva da região.

Na foto 10, podemos constatar a participação e mediação de Manoel do Carmo durante o congresso. Seu papel foi mais uma vez provocar reflexão nos associados presentes.

Foto 10: Manoel do Carmo palestrando no IX congresso de STTR em comemoração aos 30 anos de luta sindical.

Fonte: Guimarães, 2016.

Apesar do tempo, Manoel do Carmo, aos 61 anos de idade, permanece fiel à sua convicção que é a luta por vida digna no campo.

Na próxima seção, apresentaremos a relação de Manoel do Carmo com a Casa Familiar Rural de Gurupá, a qual ele considera a grande conquista do Sindicato.

6. SEÇÃO VI- MANOEL DO CARMO E A CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ

A Casa Familiar Rural de Gurupá foi criada no mandato de Manoel do Carmo, quando presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, entre 1996-1998.

O projeto educacional foi pensado após várias avaliações feitas de projetos anteriores, como o "Bem Te Vi", o FNO e o "Luta pela Vida", dos quais geraram interesses nos trabalhadores rurais em aprender técnicas de produção, técnicas de gestão e receber uma educação mais técnica, especialmente os mais jovens, para não precisarem ter que se deslocar do interior para a cidade. Por conta da falta de uma escola no campo, muitas famílias abandonam as suas terras para acompanhar os filhos nos estudos em cidades longe do campo.

No período de avaliações e discussões dos projetos e que desencadearia o projeto educacional, conforme já apresentada na seção anterior, a professora Benildes Gringes tinha sido secretária de educação do município e realizava atividades no STR. Ela tinha conhecimento de uma experiência de educação aplicada no município de Medicilândia, na Transamazônica. Tratava-se da Casa Familiar Rural (CFR), que trabalhava com a Pedagogia da Alternância. Essa experiência foi apresentada à direção do STR. Na ocasião, a professora explicou o objetivo e as finalidades do projeto que era, segundo relatado por Manoel do Carmo (2016a, p. 21 "formar jovens, filhos de agricultores e que ao mesmo tempo que estudavam as disciplinas do ensino fundamental, estudavam as técnicas de produção, assim, como sua realidade sócio econômica e as atitudes e práticas de cidadania".

> Essa era a maior ação que a diretoria eleita deveria realizar para contrapor os desafios do êxodo rural e a ideia urbana dos trabalhadores rurais ao consumo de alimentos, bens e serviços e o próprio desconhecimento ou indiferença sobre a profissão de trabalhadores rurais, quanto aos seus direitos e suas atividades produtivas. (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 20).

A CFR é considerada por Manoel do Carmo a maior conquista da luta do movimento sindical por ter conseguido formar jovens de todas as localidades do município de Gurupá.

6.1 A CASA FAMILIAR DE RURAL DE GURUPÁ E A EDUCAÇÃO DE JOVENS

Animados com a experiência descrita, foi apresentada aos filiados do STR e à FASE (que estava ajudando nos processos de regularização fundiária no município) a necessidade de angariar recursos financeiros para implementação da experiência educacional em Gurupá. Os

recursos financeiros vieram de projetos de cooperação com entidades estrangeiras, como entidades holandesa e italiana.

Sob a coordenação de João Batista Pires dos Santos (sócio do STR), uma comissão foi organizada com objetivo de procurar levantar mais informações sobre a referida experiência. Na ocasião foram realizadas visitas à CFR de Medicilândia com a finalidade para maior entendimento do seu funcionamento e de como aplicá-lo em Gurupá.

Conforme mencionado, os primeiros recursos foram garantidos pelas entidades estrangeiras, mas era necessário decidir a localidade a ser construída a CFR de Gurupá, assim como a criação da associação para gerenciar todas as atividades da CFR.

Era o último ano do mandato de Manoel do Carmo como presidente do STR, e a direção do Sindicato convocou uma assembleia geral no rio Moju, no dia 02 de agosto de 1998. A reunião foi no barracão comunitário Santa Luzia, às 10 horas, com pauta única: a Associação Municipal da Casa Familiar Rural do rio Uruaí, denominação que iria ser mudada no ano seguinte para Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá (ACFAG).

Na referida assembleia geral se fizeram presentes: o coordenador nacional dos seringueiros, o representante paroquial, o representante da câmara municipal de Gurupá, o coordenador da comissão pró-associação, o coordenador do projeto Gurupá local, o coordenador do movimento de mulheres, representantes do coletivo das associações de pequenos produtores e Manoel do Carmo, Presidente do STR, além de representantes de várias comunidades do Rio Moju, do rio Mararu, do rio Uruaí de Gurupá-miri, de Maria Ribeira e Flexinha. No momento da composição da mesa dos convidados, os membros agradeceram e manifestaram apoio ao projeto. Falaram que a iniciativa era favorável ao futuro dos povos da floresta.

Aloísio Salazar, representante do conselho paroquial, se manifestou dizendo que “há anos a igreja vem orientando que a educação é a saída para a ignorância em que o povo vive, portanto o conselho paroquial está apoiando a iniciativa” (LIVRO DE ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, 1998, p. 1).

O vereador Nivaldo Nascimento se manifestou dizendo que estava claro o objetivo da iniciativa, que seria a profissionalização dos jovens trabalhadores rurais, o que traria uma nova visão de desenvolvimento para os jovens do campo.

Após as falas dos convidados, Manoel do Carmo foi convidado a coordenar a reunião que tinham os seguintes pontos de pauta:

> 1) Esclarecimento sobre a proposta de Casa Familiar Rural; 2) Discussão e aprovação do Estatuto da Associação; 3) Eleição e posse do Conselho de Administração e Conselho Fiscal; 4) Encaminhamentos práticos sobre a construção das instalações da Casa Familiar Rural (LIVRO DE ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, 1998, p. 1).

O esclarecimento sobre a CFR foi mediado por Benilde Grings e João Batista P. dos Santos, que explicaram na assembleia o seguinte:

> Casa Familiar Rural é uma Associação educativa que trabalha pela formação profissional dos jovens trabalhadores rurais e que é uma organização que existe no mundo todo, no Brasil e na região norte, esclarecendo quem estuda, quais os objetivos, como funciona, quem dirigem, quem toma as decisões da Casa Familiar Rural (LIVRO DE ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, 1998, p. 6).

Nesse momento foi socializada a visita realizada por João Batista à CFR de Medicilândia, os contatos realizados às entidades não governamentais em busca de financiamentos e o recebimento da doação em dinheiro. Esclarecidos esses pontos, Manoel do Carmo propôs o início da votação pela criação da CFR. Por unanimidade, a Casa Familiar Rural foi fundada.

Em prosseguimento aos trabalhos, foi discutido e aprovado o estatuto da associação e a indicação e votação dos nomes para compor a diretoria. O mandato seria de 03 anos, com início a 02 de agosto de 1998 e término a 02 de agosto de 2001. Manoel do Carmo foi a pessoa que obteve mais votos, no entanto, ele preferiu assumir a vice-presidência da CFR, pois sua intenção não era ser presidente e sim mediador, assessor dos dirigentes.

No último ponto de pauta os associados concordaram em contribuir com R$30,00 (trinta reais) em dinheiro ou gênero alimentício, ou mesmo com o trabalho nos mutirões para construção e instalações da CFR.

Ainda, na mesma ocasião, foi agendada uma reunião para o dia 16 de agosto de 1998, com o objetivo de eleger a diretoria executiva. O conselho administrativo deveria ser formado de 15 a 18 membros eleitos em assembleia para posterior escolha do presidente e do vice-presidente, do secretário, do vice-secretário e do tesoureiro e seu vice. Os demais membros ficariam na função de conselheiros.

O Conselho Administrativo é formado por representante dos associados da ACFAG, com pleno poder nas decisões administrativas, financeiras, educacionais e políticas, além do poder de contratar e demitir funcionários. O conselho precisaria se reunir, em média, quatro vezes por ano, ou por convocação do presidente. Uma vez por ano a assembleia geral se

reuniria para avaliar os relatórios do Conselho Administrativo e votar os projetos, nomear os novos membros do conselho, aprovar a implantação de novas turmas, aprovar as contas e alterar o estatuto se necessário.

O Conselho Administrativo inicia suas atividades no mês de agosto, pois no dia 17 desse mesmo mês havia sido marcada uma reunião com jovens para explicar-lhes o projeto CFR, assim como ocorreria o primeiro mutirão para a limpeza da área onde seria construída a CFR.

Todos os passos dados pela ACFAG teria que envolver as famílias para que elas se sentissem comprometidas com o projeto. Os associados construíram as primeiras instalações da CFR através dos mutirões. Nas fotos 11 e 12, podemos visualizar a participação de associados, pais de alunos e os próprios alunos realizando a limpeza da área onde seria construída a CFR.

Foto 11 : Mutirões para a construção das instalações da CFR

. Fonte: Arquivo da CFR, 2016.

Foto 12: Mutirões para a construção das instalações da CFR

Fonte: Arquivo da CFR, 2016

No ano de 1999 continuou-se com as atividades de mutirões para a limpeza e construção das instalações, dos alojamentos dos alunos, cozinha, refeitório, sala de aula. Mas para as aulas se iniciarem foi necessária a realização da pesquisa participativa, que se caracteriza por uma reunião em cada comunidade para conhecer a realidade dos alunos, explicar o projeto e realizar uma pré-seleção dos alunos interessados em estudar na CFR, pois, como explica Freire (1983, p. 60) é "a partir deste conhecimento que se poderá organizar o conteúdo programático da educação que encerrará um conjunto de temas sobre os quais educador e educando, como sujeitos cognoscentes, exercerão a cognoscibilidade".

Neste sentido, para que a aulas pudessem ser iniciadas no ano letivo de 2000, a pesquisa ocorreu de outubro de 1999 e se estendeu até início de dezembro.

A participação das famílias foi algo fundamental no projeto, uma vez que a ACFAG possui caráter familiar, apartidário e sem fins lucrativos, além de que,

> [...] tem por princípios básicos a organização das famílias para representar os seus membros na defesa da qualidade de vida no campo, da preservação do meio ambiente, bem como na disseminação e promoção do agro extrativismo ecológico (ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, 2003, p. 1).

A ACFAG é a responsável por cuidar da gestão da CFR, assessorar nos aspectos moral, ético, legal e financeiro da CFR, assim como incentivar a prática da agricultura

familiar. Seus membros assumem seus direitos e responsabilidades “no que diz respeito à educação, formação profissional geral, moral e social dos jovens que frequentam a CFR bem como a educação religiosa e espiritual de acordo com as opções de cada família” (ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, 2003, p. 1).

Para Manoel do Carmo a experiência da Casa Familiar Rural se tornou a maior conquista de seu mandato como presidente do STR. Ele reflete:

> Por que a maior conquista? Porque durante o período de existência da Casa Familiar Rural, 16 anos, conseguimos plantar uma “semente”, uma nova ideia de vida no campo, claro que não foi um projeto de grande alcance, se pensarmos a extensão territorial do campo de Gurupá e sua população. Mas atingimos os 4 cantos do município com a participação indiretamente de mais de 500 famílias. Os alunos que passaram pela casa atingiram suas famílias e estas atingiram outras famílias. (MANOEL DO CARMO, 2016a p. 21 e 22).

A partir da fundação referida Associação, Manoel do Carmo se dedicaria à direção e assessoria do projeto CFR.

6.2 O FUNCIONAMENTO DA CFR E O ATENDIMENTO ESCOLAR

A Casa Familiar Rural de Gurupá foi inaugurada no dia 20 de março de 2000. Na foto 13, à esquerda, podemos visualizar a primeira estrutura construída da CFR e Manoel do Carmo aparece na ponte, com um chapéu branco. Na foto 14, à direita, uma imagem mais atual da Casa Familiar Rural.

Foto 13: Instalação da antiga CFR.

.
Fonte: arquivo da CFR de Gurupá

Foto14: Instalação da atual CFR

Fonte: arquivo da CFR de Gurupá

A CFR inicia as atividades com a implantação de duas turmas, ambas atendendo alunos do Ensino Fundamental.

A CFR objetiva trabalhar a formação humana de forma integral, assim como, a formação escolar básica e a formação técnica, de acordo com a realidade dos Jovens e de sua comunidade. Trata-se de uma educação escolar para a transformação social, que, segundo Oliveira (2011, 135), "a educação, nesta perspectiva dialética, está relacionada ao processo de reprodução-transformação social, adquirindo uma dimensão política, na qual a ideologia faz parte".

Então, nesta perspectiva, a proposta educativa da CFR se pauta em princípios muito próximos dos da escola unitária defendida por Gramsci.

> A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de te-los levado a um certo grau de maturudade e capacidade, à criação intelectul e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (GRAMSCI, 1982, p.121).

> De fato, a escola unitária deveria ser organizada como colégio, com vida coletiva diurna e noturna, liberta das atuais formas de disciplina hipócrita e mecânica, e o estudo deveria ser feito coletivamente, com a assistência dos professores e dos melhores alunos, mesmo nas horas de aplicação chamada individual, etc. (Idem, p.123).

A CFR é criada com o propósito de levar os jovens a refletirem sobre a realidade social que os cerca. Nesse sentido, a Casa Familiar Rural seria um instrumento educacional e político do STR, e a educação trabalhada nela deveria atender aos projetos do STR e dos associados da ACFAG. Cada turma e cada aluno tem a responsabilidade, o compromisso de se comprometer com a CFR. O jovem da comunidade, aluno da CFR, são os sujeitos principais de todo o processo de formação.

A proposta metodológica da CFR é a Pedagogia da Alternância, que se pauta em dois tempos de estudo: o tempo escola e o tempo comunidade. No tempo escola o jovem estuda uma semana na CFR em regime de internato e no tempo comunidade ele passa duas semanas em sua propriedade, onde ele leva os planos de estudo para serem pesquisados para a próxima semana de alternância. A Pedagogia da Alternância, além de viabilizar os dois tempos de estudo, preza, principalmente, pela formação humana, ética e política dos jovens.

Para Pereira (2005, p 57), a Pedagogia da Alternância,

> [...] consiste na formação da pessoa utilizando espaços e tempos diferentes divididos entre o meio sócio-profissional (Família, comunidade e trabalho) e meio escolares em internato (com monitores e outros colaboradores) Guiado por uma proposta que visa à formação integral do educando e o desenvolvimento do meio em que está inserido.

Nos dias atuais, a Pedagogia da Alternância se apresenta como uma alternativa para se trabalhar com a educação no e do campo uma experiência educativa que tem na sua proposta original fins e meios voltados para a afirmação da identidade dos educandos, com uma metodologia que se propõe a atender a realidade dos sujeitos que habitam no meio rural, respeitando sua identidade, buscando promover uma formação integral no processo de ensino-aprendizagem profissional. Destarte, é uma proposta que possibilita ao jovem viver um processo de formação sem precisar deixar a sua propriedade, sem deixar de trabalhar na agricultura familiar.

Para a CFR funcionar na lógica da Pedagogia da Alternância, ela precisa implementar uma série de ferramentas metodológica, como pesquisa participativa, plano de formação, plano de estudo, colocação em comum, fichas pedagógicas, caderno de alternância, caderno da realidade, unidades de estudo e produção, visitas de estudos, visitas às propriedade por parte dos monitores, avaliações, auto avaliação a cada semana de alternância, elaboração do projeto profissional de vida. Muitos desses pontos são mediados pelo tema gerador da semana de Alternância.

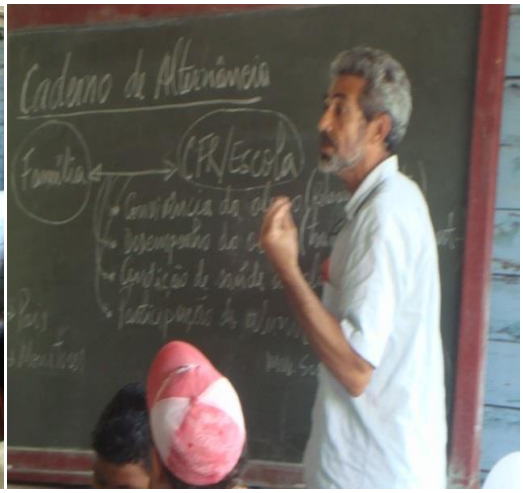
A pesquisa participativa é o primeiro passo para se iniciar uma nova turma na CFR. É nesse momento que membros do conselho administrativo, juntamente com a equipe pedagógica, agendam visitas nas comunidades para apresentarem o projeto CFR. É feito um levantamento da realidade social e econômica da comunidade, para que se possam estruturar os temas geradores que irão ser aprovados em assembleias da ACFAG pelas famílias. Com esclarece Freire (1983, p. 62),

> O “tratamento” da temática pesquisada considera a “redução” e a “codificação” dos temas – que devem construir o programa – como uma estrutura. Isto é, como um sistema de relação em que um tema conduz necessariamente a outros, todos vinculados em unidades e subunidades programáticas.

Manoel do Carmo é sempre presente nas atividades. Ele contribui com as pesquisas participativas e é responsável pela animação, motivação dos futuros jovens a ingressos na CFR. Na foto 15 e 16, ele aparece como mediador da pesquisa participante na comunidade do Marioní, ano 2010.

Fotos 15 (à esquerda) e 16 (à diretita): Manoel do Carmo na reunião participativa na comunidade do Marioní, 2010

Fonte: Guimarães, 2016.



Fonte: Guimarães, 2016.

As fotos mostram Manoel do Carmo apresentando o projeto CFR à comunidade e, em interação, escutando as reflexões e proposições dos pais e alunos. Nesse ano de 2010 foram feitas várias visitas participativas, como a realizada na 9ª turma do Ensino Médio.

Todo o curso deveria ser desenvolvido por meio de temas geradores que são pesquisados e escolhidos de acordo com a realidade das famílias. Segundo Freire (2016, p. 65),

> Pesquisar o tema gerador é pesquisar o pensamento do homem sobre a realidade e sua ação sobre essa realidade que está em sua práxis. Quando mais os homens se posicionam com atitude ativa na exploração de suas temáticas, mais profunda se torna sua consciência crítica da realidade e, ao enunciar essas temáticas, mais se apoderam dessas realidades.

A pesquisa dos temas geradores serve exatamente para a sistematização da realidade dos jovens, a exemplo de temas como: o lugar onde moro, manejo de açaizal, piscicultura, sistema florestal, criação de animais, olericultura, apicultura, associativismo e cooperativismo, dentre outros. Nas fotos 17, 18,19,20, é possível ver os alunos em atividades práticas de apicultura, filetagem de pescado, manejo de açaizal, agroindústria de palmito.

Fotos 17 (à esquerda) e **18**(à direita): alunos da CFR de Gurupá em atividades práticas.

Fonte: Arquivo da CFR, 2016.

Fonte: Arquivo da CFR, 2016.

Fotos 19 (à esquerda) e **20** (à direita): alunos da CFR de Gurupá em atividades práticas

Fonte: Arquivo da CFR, 2016.

Fonte: Arquivo da CFR, 2016.

Todos os temas geradores devem ser organizados em eixos norteadores que fazem parte do plano de formação da CFR, e que são trabalhados a cada semana de alternância. Cada tema gerador é iniciado através do plano de estudo (PE), momento em que os alunos são estimulados a pesquisar, a realizarem um plano de investigação a ser levado a sua comunidade.

Por duas semanas, os alunos realizam pesquisa e fazem anotações. Essas anotações e observações são debatidas na semana de estudo na CFR. Na semana de alternância na CFR a pesquisa é socializada na dinâmica denominada de colocação em comum. Todos os alunos socializam seu PE, suas pesquisas empíricas, as quais são confrontadas com o conteúdo científico no decorrer da semana.

A investigação da temática (tema gerador em estudo e o PE) envolve, conforme orienta Freire (2005, p. 117), "a investigação do próprio pensar do povo. Pensar que não se dá fora dos homens, nem num homem só, nem no vazio, mas nos homens e entre os homens, e sempre referido à realidade".

A equipe de monitores responsáveis pela semana de alternância fica com a responsabilidade de elaborar a ficha pedagógica a ser trabalhada na semana de alternância, um trabalho que envolve pesquisa de forma interdisciplinar, o conteúdo curricular exigido pela LDB 9394/96 e os conteúdos técnicos necessários para o desenvolvimento econômico e humano do município.

Nesse processo, o aluno tem a incumbência de registrar suas atividades relevantes no caderno da realidade, uma espécie de diário. Conforme fora mencionado, há também o caderno de alternância, utilizado pelo monitor da semana de alternância, e o do aluno, que é um instrumento de comunicação do tempo escola e do tempo comunidade.

A CFR tem o compromisso de acompanhar a formação do jovem na CFR e também na propriedade do aluno; realizar periodicamente atividades nas unidades de estudos e produção, que fica na área da CFR; realiza também com a turma, visitas de estudos e visitas individuais na propriedade dos alunos.

As avaliações são periódicas e formativas, e a cada semana de alternância a turma realiza autoavaliação, que envolve o tema estudado, a convivência, os pontos positivos e negativos da semana de alternância.

No último ano do curso o aluno elabora o seu Projeto Profissional de Vida (PPV), que tem como objetivo fazer com que o jovem elabore um projeto viável para ser implementado em sua propriedade, e de acordo com a sua realidade. De acordo com o objetivo do curso, espera-se que eles consigam articular e aplicar os conhecimentos científicos, técnicos, de gestão e empreendimento em sua propriedade.

No Ensino Médio, os primeiros trabalhos do PPV foram iniciados em 2010, onde 122 jovens apresentaram seus PPVs para a comunidade, membros do STTR e EMATER. Manoel do Carmo esteve presente nesta cerimônia, como avaliador dos trabalhos e como animador da assembleia realizada no auditório da CFR (Foto21).

Foto 21: Manoel do Carmo palestrando e avaliando a apresentação dos PPVs dos alunos da 5ª turma do Ensino Médio, ano de 2010.

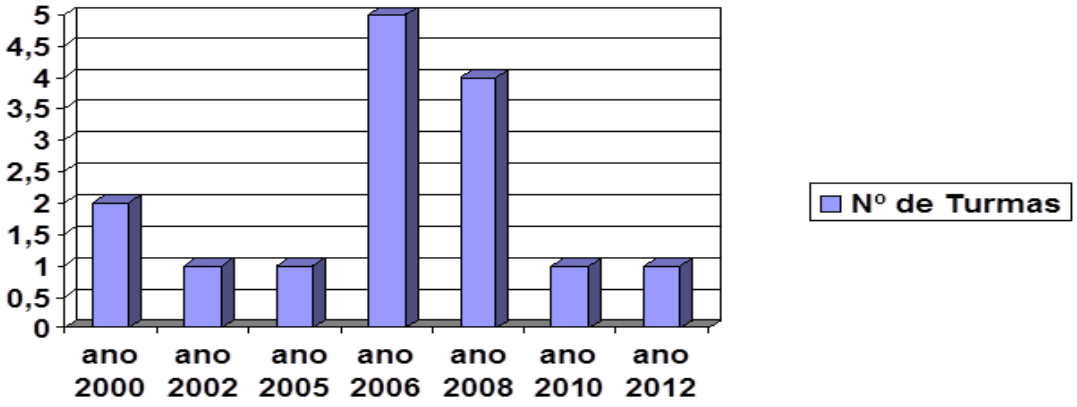
Fonte: Guimarães, 2016

As fases e instrumentos descritos fazem parte da Pedagogia da Alternância e da CFR, e se tornam grandes desafios para o Conselho Administrativo que deve contratar a equipe pedagógica que entenda e consiga trabalhar com todos os instrumentos propostos.

Manoel do Carmo foi fundamental para a implementação e formação dos instrumentos de formação para os jovens e equipe pedagógica, pois durante 16 anos, ele fez questão de estar a frente das propostas pedagógicas e políticas da CFR. A entidade formou 15 turmas, 05 turmas do ensino Fundamental e 10 turmas do Ensino Médio Integrado de Técnico em Agroecologia.

No gráfico 1 está demonstrada a quantidade de turmas criadas por ano, na CFR.

GRÁFICO 1: TURMAS CRIADAS, POR ANO, NA CFR DE GURUPÁ.



Fonte: Guimarães, 2016.

Nos três primeiros anos, a CFR inicia as atividades com o Ensino Fundamental e nos anos seguintes, a partir das avaliações das famílias e das necessidades de atendimento aos jovens, se expande para o Ensino Médio.

Na tabela 9, podemos constatar o número de alunos matriculados e concluintes no Ensino Fundamental, por turma e ano de ingresso. As duas primeiras turmas, de 2000, iniciaram com a inauguração da CFR de Gurupá.

Tabela 9- Alunos matriculados e concluintes, por turma e ano. (Ensino Fundamental)

Ensino Fundamental	Ano de ingresso das turmas	Nº alunos matriculados	Nº de alunos concluintes
1ª Turma	2000	30	24
2ª Turma	2000	31	26
3ª Turma	2002	31	27
4ª Turma	2005	28	19
5ª Turma	2008	31	21
Total		151	117

Fonte: Guimarães, 2016.

A maioria dos alunos que fez o Ensino Fundamental na CFR retornou para a realização do Ensino Médio. As famílias vêm demostrando satisfação com o modelo de ensino da CFR, especialmente porque é voltado para as necessidades das famílias e da economia das famílias e da região.

Na 2ª assembleia geral da ACFAG, em 2000, Manoel do Carmo foi eleito Presidente da ACFAG. O próprio Manoel do Carmo (LIVRO DE ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, 1998) manifesta a sua satisfação com este trabalho, pois entende que a CFR apresenta uma mudança gratificante na vida das famílias, dos jovens alunos e que está contribuindo com as comunidades.

Nos dois primeiros anos de avaliação, os responsáveis pela CFR, como Manoel do Carmo, destacam que ela está promovendo uma formação diferenciada aos jovens. No ano de 2005, os conselheiros iniciaram a discussão sobre a possibilidade da implantação do Ensino Médio profissionalizante na CFR, promovendo o debate sobre a legalidade do ensino ofertado pela CFR perante o Conselho Estadual de Educação (CEE), centrado na formação de Técnico em Agroecologia.

A escolha da formação técnica em agroecologia foi feita com base na assertiva de que "a agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária" (ALTIERI, 2012, p 15). Como Gurupá tem como atividade econômica o

extrativismo, a agricultura familiar e a pesca tornava-se necessária uma formação que fortalecesse (e ao mesmo tempo trouxesse) inovação para esses sistemas produtivos, visando sua sustentabilidade e a melhoria de vida das famílias do campo. Assim, a agroecologia se colocou como a base para a formação técnica, pois:

> Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada a noção de soberania alimentar (ALTIERI, 2012, p.15).

A partir da formação técnica em agroecologia, os estudantes passaram a desenvolver suas atividades produtivas de forma sustentável, sempre considerando múltiplos aspectos como sociais, econômicos, culturais, ambientais e de gênero. Isso provocou no município o início de um novo ciclo produtivo em que o respeito e a integração com a natureza guiam as práticas produtivas. Vale ressaltar a importância que a educação tem para a transformação da realidade das comunidades, pois ela é estratégica para se chegar ao desenvolvimento sustentável.

> A educação para o desenvolvimento leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural, a equidade de gênero, racial, étnica e intergeracional. Realizar uma educação com o desenvolvimento sustentável é considerar que o local e o território podem ser reinventados por meio das suas potencialidades (GOVERNO FEDERAL, 2005, p.23)

Com a formação técnica da CFR, os estudantes passaram a desenvolver em suas propriedades várias atividades, muitas delas já realizadas pela família, porém, agora, utilizando práticas agroecológicas, o que aumentou a qualidade autossustentável do município. Práticas inovadoras também foram instaladas como: manejo de açaizais nativos; sistemas agroflorestais; produção de feijão, mandioca e milho; criação de bubalinos, aves, peixes e suínos; apicultura; além de pequenas agroindústrias familiares.

Toda a economia gerada por essas atividades trouxe para os agricultores, pescadores e extrativistas do município, uma possibilidade digna de permanecer no campo. O êxodo rural foi diminuído drasticamente e os recursos naturais passaram a ser geridos de forma sustentável pelas famílias e comunidades. Também, alguns técnicos formados pela CFR passaram a prestar assistência técnica em Gurupá e outros municípios da região, aumentando ainda mais os efeitos positivos da formação técnica ofertada pela CFR.

Na tabela 10 constam as 05 turmas do Ensino Médio que ingressaram no ano de 2006, 2008, 2010 e 2012, o número de alunos matriculados e concluintes.

Tabela 10 – Alunos matriculados e concluintes, por turma e ano (Ensino Médio).

ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM AGROECOLOGIA	ANO DE INGRESSO DAS TURMAS	Nº ALUNOS MATRICULADOS	Nº DE CONCLUINTES
1ª Turma	2006	26	22
2ª Turma	2006	25	20
3ª Turma	2006	34	20
4ª Turma	2006	45	33
5ª Turma	2006	38	27
6ª Turma	2008	39	21
7ª Turma	2008	36	32
8ª Turma	2008	31	16
9º Turma	2010	26	13
10ª Turma	2012	22	15
Total		322	219

Fonte: Guimarães, 2016.

Nas assembleias da ACFAG as avaliações feitas do curso, em geral, são positivas. As famílias, segundo Manoel do Carmo, admitem mudanças nos jovens e na economia familiar.

Os integrantes da CFR também avaliam que os objetivos estão sendo alcançados e que os jovens alunos apresentam visão mais crítica; que as famílias se fortaleceram economicamente; que houve um aumento da autoestima positiva de homens e mulheres.

Decerto, os jovens formados na CFR se tornaram mais conscientes do seu papel no campo e na sociedade.

A CFR de Gurupá tornou-se uma referência por ter conseguido alcançar os objetivos listados:

1. Fixação do jovem no campo;
2. Famílias com maior produção de renda sem devastar;
3. Formar lideranças com capacidade técnica e de expressão;
4. Desenvolver uma nova atividade econômica, criação de peixe em cativeiro;
5. Descoberta do potencial econômico, transparente e ecologicamente sustentável;
6. Descoberta de gestão e de empreendimento familiar;
7. Maior ousadia no trabalho no campo;
8. Novo jeito de pensar e agir;
9. Educação contextualizada para o desenvolvimento sustentável,
10. Mudança de mentalidade;
11. Uma nova educação adequada à realidade de Gurupá;
12. Jovens coordenadores de projetos familiares;
13. Maior conscientização das famílias nas comunidades;
14. Jovens mais responsáveis (LIVRO DE ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, 1998, p. 13).

Os objetivos técnicos, produtivos e de formação humana e política vêm sendo alcançados, mas um desafio importante precisava ser solucionado em relação à certificação dos estudantes.

Quando da criação da CFR a certificação não era o objetivo principal, mas com o passar dos anos se tornou um problema. A Pedagogia da Alternância não era reconhecida pedagogicamente e a CFR não era credenciada nem autorizada pelo Conselho Estadual de Educação.

Somente em 2008, o Conselho Estadual de Educação, através da Resolução nº 456 de 13 de janeiro de 2008, convalida os estudos dos alunos egressos das instituições de ensino vinculadas a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Norte e Nordeste – ARCAFAR/PA. E em 2009, através da Resolução nº 01 de 09 de janeiro de 2009, do Conselho Estadual de Educação, a Pedagogia da Alternância é reconhecida como metodologia de organização do ensino para os Centros Familiares de Formação por Alternância - CEFFAS.

No mesmo ano de 2009, a ACFAG é credenciada pelo CEE por meio do certificado de credenciamento nº 009 de 06 de março de 2009 e se torna entidade mantenedora de instituição do Ensino Fundamental 5ª a 8ª série e Ensino Médio profissionalizante (Imagem 13).

Imagem 13: Certificado de Credenciamento da CFR.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO

Nº 009 DE 06 DE MARÇO DE 2009

Fica Credenciada a Entidade **"ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ"(CNPJ nº 02.746.874/0001-18)**, sediada no Município de Gurupá/PA, como mantenedora de Instituição de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e Ensino Médio Profissionalizante, por um período de 05 (cinco) anos: **Parecer nº 51/09-CEE, Processo nº 1536/08-CEE.**

Esta Certificação delega à Entidade exclusivamente o direito de manter Unidades Escolares no Município de Gurupá/PA.

Não contempla, em qualquer hipótese, a **Autorização** ou o **Reconhecimento** do Curso por ela mantido, sem a devida autorização do Conselho Estadual de Educação do Pará.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ, Belém, 06 de março de 2009.

ROBERTO FERRAZ BARRETO
Presidente

Fonte: CFR de Gurupá, 2016.

O reconhecimento dos cursos ocorreu em 2012, através da Resolução nº 480 de 20 de dezembro de 2012, que autorizou o funcionamento do curso Técnico em Agroecologia, de forma integrada e subsequente, e convalida o ensino ministrado aos alunos formados. A Resolução nº 479 de 20 de dezembro de 2012, reconhece e autoriza o curso de Ensino Fundamental, convalidando os certificados já concluintes.

As fotos 22 e 23 aprestam a primeira formatura dos alunos do Ensino Fundamental, ano 2003, da CFR. No auditório da CFR de Gurupá.

Foto 22: Formatura da 1ª e 2ª turmas do Ensino Fundamental da CFR, ano de 2003

Fonte: CFR de Gurupá, 2016.

Foto 23: Formatura da 1ª e 2ª turmas do Ensino Fundamental da CFR, ano de 2003

Fonte: CFR de Gurupá, 2016.

As fotos 24 e 25 expõem a 1º formatura do Ensino Médio integrado profissionalizante de Técnico em Agroecologia, realizada no dia 20 de março de 2010, dia em que a CFR completava 10 anos de fundação. A formatura foi realizada no ginásio da cidade. Certificou-se 122 jovens. Dentre os convidados a compor a mesa estavam: João Batista Pires dos Santos, Presidente da ACFAG; Manoel do Carmo, assessor da CFR; Manoel Evangelista, Presidente do STTR; Adalto, Vereador; Reginaldo Lourenço; Prof. Salomão Hage, da UFPA; Prof. Ana Claudia S. Pereira, da SEDUC; Moacir Alho, Prefeito; Rildo, representante da Secretaria de Educação; Leônidas, presidente da ARCAFAR/PA e o José Nogueira, ex-prefeito.

Fotos 24 (à esquerda) e **25** (à direita): Formatura das 5 das turmas do Ensino Médio Integrado em Agroecologia da CFR de Gurupá, ano de 2010

Fonte: Guimarães, 2016.

Fonte: Guimarães, 2016.

Manoel do Carmo avalia o projeto de forma muito positiva e sempre reafirma trata-se de um dos maiores projetos do STR.

> A ideia de melhoria da qualidade de vida no campo a partir dos membros da família, tanto o jovem incluído no processo produtivo de geração e gestão de renda, assim com a sua participação cidadã na sociedade, passou a ser uma causa de muita gente, essa consciência vinda a partir da valorização do saber popular (empírico) e do saber técnico científico, levando em conta a realidade socioeconômica e cultural no nosso lugar, provavelmente conteve o êxodo rural e elevou a alta estima de muitos jovens e sua família em permanecer no campo, ser camponês, agricultor, extrativista, quilombola, trabalhador rural. Esse era o principal objetivo da CFR. Agora novos desafios se apresentam (MANOEL DO CARMO, 2016b p. 22).

Os jovens de Gurupá, através da educação recebida pela CFR, demonstram estar conseguindo transformar a sua realidade. Eles estão vivenciando a dimensão educativa

proposta por Gramsci, que "não vê na educação apenas um papel de reprodução, a educação apresenta, também, numa perspectiva dialética, um potencial contra ideológico" (OLIVEIRA, 2011, P 135).

A CFR foi pensada no contexto de afirmação da identidade do sujeito do campo. Com ela, objetivos foram alcançados, famílias melhoram de vida e jovens hoje participam de cooperativas. Alguns destes últimos, aliás, tornaram-se lideranças em associações ou membros da diretoria do STR, que mudou sua nomenclatura para STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), em 2012.

Para Manoel do Carmo, ao avaliar o jovem na sociedade de consumo ele analisa o papel da CFR frente à realidade atual. Sobre a formação promovida pela CFR, ele afirma:

> Penso que depende do campo que queremos, isto é o modo de vida, a economia, o trabalho e as relações sociais e culturais, é o tipo de educação ou formação que devemos oferecer aos nossos jovens camponeses. Tenho a ideia de que o campo que queremos seja um lugar de vida digna. Onde a família e suas organizações sejam donas de seu destino, do seu trabalho, produzindo, processando e comercializando, gerando renda e produtos para o seu sustento, sem necessidades de salários previamente de empregos; onde a maneira de morar, trabalhar, praticar esporte, lazer, se relacionar com a natureza, seja própria do individuo do campo e onde a vida comunitária e social seja autovalorizada pela sua diversidade cultural, própria de cada lugar; onde as políticas públicas de comunicação, transporte, energia, habitação, saneamento, educação, saúde, esporte, lazer, etc, sejam apropriadas ao lugar levando em conta o ambiente físico de várzea, terra firme, rios, igarapés, estradas, ramais, velas, povoados, etc. sua ideia de urbanização. Esta visão contradiz o senso comum do que se pensa do campo: lugar de gente inferior, sem oportunidade para crescer, ser alguém na vida; lugar somente de produção (colônias) e para ser visitado e achar bonito de ver, não para viver (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 13 e14).

Para esse intelectual orgânico, de um modo geral, a escola tem um papel fundamental para a afirmação da cultura, mas, na sua concepção, nem todas as escolas trabalham os aspectos da vida real do aluno e da família. Ele destaca que nas escolas, os alunos aprendem as ciências oficiais, a linguagem, o cálculo, a geografia, a história, a biologia, mas na vida real, ele se depara com problemas de ordem material e práticas que não aprenderam na sala de aula. Por isso, ele afirma: "O jovem, precisa interpretar as ciências que estudou e torná-la prática na vida e no dia a dia. Quem está ajudando o jovem a fazer isso? A família? A mídia? A escola?" (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 24). E completa:

> O sistema econômico, político e social – o capitalismo, não permite que esses atores façam isso, porque ideologicamente é contra o interesse do sistema. Para o capitalismo, em qualquer parte do mundo, e não podia ser

> diferente no campo, o jovem deve ser preparado para vender sua força de trabalho e consumir exacerbadamente o que o sistema produz (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 24).

Manoel do Carmo (2016a) enfatiza que nesse sistema, a família é passiva ou vítima, e que a mídia tem um grande poder ideológico, por ter uma proporção de alcance e rapidez que a escola não tem. Para ele, a escola deveria trabalhar com o que é realmente necessário de ser ensinado. No campo, a educação já avançou nesta questão, mas é preciso avançar muito mais.

No ponto de vista de Manoel do Carmo, a escola deveria estar articulada à vida social. Ele diz haver um vácuo na formação e que os movimentos sociais saberiam responder a isto, oferecer elementos para que se superasse esse afastamento da escola da realidade concreta.

> Penso que a Casa Familiar Rural já tem predicados políticos, técnicos e pedagógicos para fazer algo nesse vácuo. Sugiro dois campos de atuação: um, de esclarecimentos sobre os aspectos políticos, econômicos, cultural, organizativo e gerencial da vida camponesa da região e suas perspectivas envolvendo jovens, suas famílias e lideranças comunitárias. Outro, de formação e capacitação técnica de produção com adoção de pesquisas, experimentos e tecnologias adequadas à realidade, com ações práticas, envolvendo jovens dos dois sexos, visando a ocupação e geração de renda (MANOEL DO CARMO, 2016a, p. 25)

Manoel do Carmo diz que num futuro próximo a CFR, juntamente como o STTR, devem se unir a outras organizações sociais e entidades colaboradoras, sejam públicas ou privadas, para pensarem em atividade como:

> 1. Encontro com o público alvo para apresentação e sensibilização de proposta;
> 2. Cursos modulares de formação;
> 3. Oficinas de capacitação;
> 4. Acompanhamento ou monitoramento às atividades produtivas já em cursos e as pesquisas e experimentos;
> 5. Manifestações reivindicatórias às políticas públicas do campo;
> 6. Produção cultural através de eventos que promovam a produção familiar e a identidade e diversidade cultural do campo (MANOEL DO CARMO, 2016a, p.25-26).

Em sua história de vida, Manoel do Carmo sempre se preocupou em conscientizar o próximo. Segundo ele, sem informação, sem conhecimento, o indivíduo está fadado ao fracasso, principalmente na atualidade com a comunicação virtual e as mudanças tecnológicas do agronegócio. Ele acredita que a CFR tem ainda um papel importantíssimo para levar informação ao povo do campo.

> O camponês sem informação, sem tecnologia, não consegue competir com o agronegócio. Nós camponeses, somos uma parcela do movimento social de Gurupá, então, como nós como movimento social de Gurupá rural vamos avançar? Quando as pessoas tiverem mais informação e participação nas lutas! Informação, conhecimento, das lutas, das técnicas, das alternativas. Sem essa formação, sem esse conhecimento, ele vai ficar aí, e o outro vai fazer, não demora tem agronegócio aqui em Gurupá, e o agricultor familiar vai se tornar mão de obra barata, do empresário rural, né. E a quem, a quem pode ser cobrado? Quem deve fazer no movimento social de Gurupá essa informação, esse conhecimento, essa busca de informação, de tecnologia? A Casa Familiar Rural (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 49)

Ele esclarece que o STTR é a entidade política do campo, produzida nos movimentos sociais, que luta pelos direitos do homem do campo e que a CFR é uma instituição ligada ao STTR, criada para cuidar da formação dos trabalhadores rurais. Hoje, Manoel do Carmo, avalia que após 16 anos de funcionamento da CFR, o papel dela não seria mais a de prestar formação escolar e sim realizar "formações específicas, de capacitação, de informação, de motivação, de experimentos, de promoção cultural" (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 50).

> Não dá para a Casa Familiar Rural, o movimento social, está fazendo educação de caráter escolar, isso graças a Deus, ruim [...] mas o Estado está fazendo. Agora essa parte que eu faço da animação, da informação, da tecnologia, da capacitação técnica, da gestão, do empreendedorismo, isso o estado não está dando conta. Então caberia a nós do movimento social... fazer. Então, eu tentei responder assim, qual papel a Casa Familiar Rural teria para o movimento social? Esse papel de formação, de animação, de busca de tecnologia, de alternativas de desenvolvimento. Através do conhecimento, da informação e capacitação e isso ele vai fortalecer o movimento social, o movimento social fica forte com isso. O movimento social fortalece a Casa Familiar Rural e a Casa Familiar Rural fortalece o movimento social, porque ela é um braço do movimento social, ela é movimento social, ela não pode ser Estado, ela não pode ser um apêndice da Prefeitura, ou do governo do Estado (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 50).

Manoel do Carmo e CFR fez e faz história no Marajó. Atualmente, muitos ex-alunos da CFR fazem parte da Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas de Gurupá (COOPAG), realidade que faz com que Manoel do Carmo continue lutando por mais capacitação técnica para os jovens do campo, para que eles possam se especializar e ampliar a produção com equilíbrio, sustentabilidade e respeito pela vida do/no campo.

SEÇÃO VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação nos possibilitou refletir sobre a história, fatos e acontecimentos, de um modo geral da Amazônia, especialmente do município de Gurupá, no Marajó. As reflexões giram em torno da necessidade de se valorizar a história de pessoas "comuns", como Manoel do Carmo, o principal narrador desta história. Tratar desse ator social nesta pesquisa e investigar sobre as suas lutas e conquistas foi um aprendizado, um crescimento para mim.

Ao logo da realização da coleta de dados e da escrita deste texto pude relacionar vários acontecimentos que, no fim da linha, influenciaram na implantação de uma política educacional que impactou a educação escolar em Gurupá, como a criação da Casa Familiar Rural (CFR). A emergência da existência da CFR de Gurupá não pode ser entendida, então, sem o resgate de acontecimentos que se articulam diretamente às lutas dos movimentos sociais do campo em defesa da propriedade da terra pelos mais explorados historicamente na região: a população nativa, local, composta de trabalhadores extrativistas.

Dentre tais acontecimentos, o ciclo da borracha na Amazônia aparece como determinante. A partir do século XIX desencadeou-se na região um processo de migrações que resultou em conflitos pela posse da terra entre indígenas, quilombolas, nordestinos, espanhóis, portugueses, ribeirinhos, extrativistas, posseiros, seringueiros, fregueses e patrões.

Os conflitos territoriais e sociais gerados a partir de uma política econômica extrativista em larga escala, como a exploração do látex na Amazônia, sem o devido cuidado sobre o uso do território e das pessoas que nela vivem, acabou provocando e gerando a articulação de grupos humanos específicos em Gurupá contra a expropriação e a desumanização. Para isto, contou-se com a participação decisiva de um ente importante: a igreja católica, que, inspirada e fundamentada na Teologia da Libertação, conseguiu mudar a vida dos oprimidos, pela formação dada aos seminaristas, entre os quais Manoel do Carmo.

Na pesquisa, identificamos que foi a partir do envolvimento de Manoel do Carmo com as bases humanísticas da Teologia da Libertação que sua luta assume uma dimensão institucional. O aprendizado adquirido nos seminários que ele estudou deram-lhe as ferramentas teóricas para entender a relação oprimido-opressor-oprimido e os instrumentais práticos para a construção estratégica de organização dos oprimidos

Do ponto de vista epistemológico, a opção pela História Vista de Baixo, a História Oral e o conceito de intelectual orgânico de Gramsci, se colocaram como fundamentais para o modo como a temática "movimentos sociais na Amazônia" foi tratada nesta dissertação. Trata-se de uma estratégia que conta a história da região a partir da história de lutas e conquistas de um homem comum como Manoel do Carmo. Metaforicamente, pode-se dizer

que ele é fio a partir do qual o tecido desta dissertação é engendrado. A voz de Manoel do Carmo, com suas contradições e bases ideológicas, oportunizou-nos o (re) conhecimento de uma história nacional contada sob um 'outro' ângulo, sob o ângulo dos que estiveram silenciados. Ao tecer essa história, conceitos produzidos pelos próprios sujeitos ocultos da história oficial foram sendo compreendidos. Dentre estes conceitos destacamos: patrão, freguês e empate. Ou seja, a história da luta pela educação em Gurupá revelou-nos uma gramática que se construiu no contexto dos oprimidos entre os séculos XIX e XX.

A história de Manoel do Carmo mostrou-se inspiradora para que novos desafios eu possa enfrentar como pesquisadora. A história desse homem revelou-nos, dentre outras coisas, o poder da organização e da capacidade de cada um de promover a transformação em direção à construção de um mundo mais humano.

Amparada por Gramsci, aprendi que cada um de nós pode se tornar um intelectual orgânico, na medida em que, por meio da consciência crítica de classe, nos transformemos a nós próprios e transformemos o grupo ao qual pertencemos. A contra hegemonia está ao alcance de todos, mas requer organização de classe, estratagemas de luta, como demonstrou a história de Manoel do Carmo. Na condição de filósofo, Manoel do Carmo, conforme descreve Gramsci, ajudou a promover a consciência de classe entre os oprimidos de Gurupá, e ao fazer isso, também corroborou a sua autoestima positiva e a sua capacidade de mudar a própria realidade.

Não tenho dúvidas de que as opções epistemológicas e teóricas foram determinantes, nesta dissertação, para que o coletivo de oprimidos de Gurupá assumisse a importância e o protagonismo que assumiu em seus escritos. A organização do homem comum de Gurupá em entidades de classe demonstrou que a conquista pela educação escolar, materializada em políticas públicas, num país colonizado, que aprendeu a explorar, nem sempre (diríamos, quase sempre), não é uma dádiva do estado ou uma benesse de um partido político no poder, mas o resultado da racionalização da luta da classe trabalhadora organizada. Isto me remete às reflexões de Paulo Freire, educador de grande inspiração.

Paulo Freire coloca a formação da consciência crítica como necessária para a libertação dos oprimidos em países historicamente subalternizados. Do mesmo modo, Gramsci (2004), nessa mesma linha de reflexão de Freire, defende que a consciência e a autoconsciência política são a primeira fase para a unificação da teoria com a prática e, por extensão, para o fortalecimento da hegemonia dos oprimidos em direção à transformação social.

Paulo Freire (2016) esclarece que a conscientização permite que os homens assumam posicionamentos na sociedade. Para ele, a conscientização é engajamento porque insere criticamente o sujeito na história e quando isto acontece, homens e mulheres assumem o papel de refazerem o mundo (FREIRE, 2016, p. 57).

Certamente, homens e mulheres de Gurupá, a partir da organização dos trabalhadores do campo, liderada em grande medida por Manoel do Carmo, entenderam o seu papel no mundo. O processo de conscientização fez com que os trabalhadores se organizassem pela conquista de seus direitos por educação, mas não por qualquer educação. Os gurupaenses conquistaram uma educação escolar socialmente referenciada na posse da terra, na reforma agrária, nos direitos humanos, na preservação da natureza, na autossustentabilidade.

Em particular, constatei que a história de Manoel do Carmo, membro do STTR, que foi presidente do STR e vereador na cidade de Gurupá, é marcada pela luta em favor dos oprimidos. Sua experiência de exploração, inclusive vivida no contexto familiar, o levará a lutar contra o sistema de aviamento no qual somente o patrão lucrava.

Nos seminários de Altamira e de Santarém, Manoel do Carmo é formado com base na Teologia da Libertação. Todas as experiências de sua estada nesses seminários, que assumem um alto grau de exterioridade ao se fazerem, ao serem provocadas por acontecimentos alheios ao próprio Manoel do Carmo, revelam o nível de autonomia (ainda que relativa) da existência humana. A história de vida desse intelectual orgânico, como ele identificado nesta dissertação demonstra a mim e a todos que a escolha, a liberdade de escolha é real, é concreta. As estruturas, ainda que fortes na determinação da realidade, não são intransponíveis. Ao contrário, Manoel do Carmo me ensinou que é por conta delas, das estruturas, que temos que sair da condição de passivos e nos tornar sujeitos conscientes da história. Inclusive, constatei que Manoel do Carmo transforma as adversidades em acontecimentos que o aproximam ainda mais da classe trabalhadora, como ocorreu o fechamento do Seminário de Santarém. Por meio das CEBs e do sindicato dos trabalhadores rurais Manoel do Carmo parte para o diálogo com os oprimidos.

No sindicato, Manoel do Carmo tornou-se protagonista de uma mudança ideológica ao articular internamente a saída, por meio das eleições, de um grupo de diretores que atuava, do seu ponto de vista, contra a classe trabalhadora. Fato é que, a conquista do sindicato na década de 1980, o ajudou na execução de projetos que beneficiaram seus filiados: o projeto “Bem Te Vi”, FNO e a Casa Familiar Rural. A relação do sindicato com a formação da juventude gurupaense ocorreu com a mudança da diretoria. A relação entre o sindicato e o projeto de educação escolar implementado com a CFR indicam que as perspectivas do novo grupo no

poder do sindicato, liderado por Manoel do Carmo, ultrapassaram a fronteira do imediatismo, correntemente presente nas bandeiras de lutas sindicais.

Ao colocar a educação escolar no projeto político do sindicato, Manoel do Carmo e seu grupo político revelam uma preocupação de longo prazo. Eles demonstram estar comprometidos com a instituição escolar, que, segundo Gramsci (2014), tem um papel importante na sociedade porque propaga ideologias, constitui os sujeitos. A instalação da CFR, pedagogicamente pautada na Pedagogia da Alternância, que tem como base de inspiração a Escola Unitária de Gramsci, torna-se um grande feito político em Gurupá, não só porque desenvolve a formação da consciência crítica da realidade, mas porque incorpora na formação desta consciência um dos grandes problemas da humanidade: o meio ambiente, a preocupação com preservação ambiental e com a economia rural autossustentável.

A experiência educacional da CFR de Gurupá protagonizada Manoel do Carmo, cuja história também está contada nesta dissertação, é um exemplário de escola *local*, isto é, que nasce vinculada aos problemas locais, mas sua existência faz produzir resultados que incidem sobre o mundo global. Esta experiência, que Manoel do Carmo reputa como uma das mais importantes de sua vida de luta, após a organização de toda a trajetória desse autor, é para mim uma ‘interferência no mundo’ que só possível porque alguém se dispôs a fazer da vida, da sua vida, um projeto coletivo contra a exploração.

FONTES

Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, 2 p. 1975.

Manoel do Carmo. Carteira escolar de 1º Grau. 3ª Etapa do supletivo. SESI de Altamira, 1978.

MANOEL DO CARMO. Curso Supletivo. Certificado de Conclusão do 1º Grau, Altamira, 1980.

MANOEL DO CARMO. Caderneta escolar. Curso Básico, 1ª série, Altamira, 1981.

MANOEL DO CARMO. Certificado de Conclusão do 2º Grau, Supletivo, Amazonas, 1982.

MANOEL DO CARMO. Carteira do Curso de Teologia. Seminário S. Pio X, Santarém, 1985.

MANOEL DO CARMO. Diploma de Vereador. 54ª Junta Eleitoral, 1988a.

MANOEL DO CARMO. Carteira de Vereador, 1988b.

Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, 9 p. 1995.

Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agroextrativistas do Município de do Estado do Pará, STTR, 15 p. 2012.

MANOEL DO CARMO. Carteira de Presidente da FETAGRI – Pará e Amapá, 1998.

Livro de Ata do Congresso do STTR de Gurupá, 19 p. 1987.

Livro de Ata das Assembleias Gerais da Associação da CFR, 40 p. 1998.

Estatuto Social da Associação da CFR, 6,p. 2003.

MANOEL DO CARMO. Auto –manuscrito. Gurupá-PA, 26 p. 2016a.

MANOEL DO CARMO. Entrevista concedida a Maria do Socorro da Silva Guimarães. Gurupá –PA: pen drive, (04h 34min e 06 seg.). Transcrição em 56 p. 2016b.

REFERÊNCIAS

ALTIERE, M. *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALBERTI, V. História dentro da História. IN: PINSKY, C. B (org). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo. Contexto, 2006.

AMORIM, R. P. *Professoras primárias em Mato Grosso*: trajetórias profissionais e sociabilidade intelectual na década de 1960. 2013, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade federal do Mato Grosso, Programa de Pós- Graduação em Educação, Cuiabá, 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php?autor_nome=lideran%E7a+sindical&ano_base=&palavra_chave=educa%E7%E3o&orientador= >.Acesso em 24jan. 2016.

AUGUSTO, R. C. *Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, norte de Minas, nas últimas três décadas***.** 2011. TESE (Doutorado em Educação),Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós- Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/489/search?order=DESC&rpp=20&sort_by=0&page=13&query=movimentos+sociais&etal=0>. Acesso em 24 jan. 2016.

AZEVEDO, A. A. *"Quando trabaio é ensinação pra rude e estudo é bom pro caba consegiur emprego melhor":* falas, representações e vivências da educação escolar na reforma agrária. 2006. TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação. Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>. Acesso em 23 jan. 2016.

BAKHTIN, Mikhail. A filosofia da linguagem e sua importância para o marxismo. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARBOSA, C. D. L. *Experiências de vida e formação do educador popular Alemberg Quindins da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri***.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>. Acesso em 23 jan. 2016.

BRASIL, *Lei nº 6.969 de 10 de dezembro de 1981*. Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, Altera a Redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6969.htm>. Acesso em 05 de set. 2016.

Brasil, *Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm >. Acesso em 05 de set. 2016.

BEVILAQUA, A. P. *A crise orgânica do capital:* o valor, a ciência e a educação. 2015. TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,Programa

de Pós- Graduação em Educação. Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>. Acesso em 23 jan. 2016.

BEZERRA, T. S. A. M. *Marxismo, educação, consciência e luta de classes no sindicato dos gráficos do Ceará,* 2011. TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>.Acesso em 23jan. 2016.

BETTO, F. *O que é Comunidades Eclesiais de Bases*. São Paulo: Abril Cultura: Brasiliense, 1985.

BOFF, L. *E a Igreja se faz Povo***:** Eclesiogênese, a igreja que nasce da fé do povo. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

BOFF, C. *As originalidades histórica de Medellín* [19--?] Disponível em: <http://servicioskoinonia.org/relat/203p.htm>. Acesso em: 01 jul.2016.

BRANDÃO, C. R. *A educação como cultura***.** Campina, SP: Mercado das Letras, 2002.

BOGDAN, R., BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em Educação***:** Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal. Porto editora, 1994.

BURKE, P. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. *A Escrita da História:* novas perspectivas. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: UNESP, 2011.

CANCELA. C. D. *A Família na Economia da Borracha*. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

CASTRO, W. J. S. *Intelectuais, professores e artistas: práticas educativas, arte engajada e o massafeira livre (1955-1981).* 2014. TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação. Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>.Acesso em 23jan. 2016.

COUTINHO, C. R. *Formação político-educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Contexto Do Governo Lula (2003 A 2010),* 2014. TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>.Acesso em 23jan. 2016.

COSTA, V. M. T. *Os movimentos sociais em Belém e a visibilidade da TV***:** os atores da educação em cena. Belém, 2004. 166 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2004.
Disponível em:<http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>. Acesso em: 15 jan. 2016.

COSTA, R. N. B. *Organização de lideranças no bairro da Vilinha, Imperatriz-MA, uma área de ocupação.* 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2004. Disponível em:<http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>. Acesso em: 15 jan. 2016**.**

CRUZ, S. H. R. *Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém: o bairro da Sacramenta. Belém***,** 1994. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, 1994.
Disponível em:<http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>. Acesso em: 15 jan. 2016**.**

DIAS, A. *Instituto Internacional de Educação no Brasil*. [et al.] Regularização Fundiária e Manejo Florestal Comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá. Brasília: IEB, 2006.

DOSSE, F. *A História em Migalhas:* dos Annales à nova história. Tradução de Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. *A Históra*. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2012.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

FARIAS, P. E. L. *Dos canteiros ao sindicato: a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista.* 2013. Dissertação (Mestrado e, Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>.Acesso em 23 jan. 2016.

FÉLIX, A. F. *O caráter pedagógico da atividade sindical e os limites do economicismo*. 2013. Dissertação **(**Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2013**.** Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>.Acesso em 23 jan. 2016.

FERREIRA, M. M. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. In**:** *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral. Número 1. São Paulo, 1998.
FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Conscientização:* Teoria e Prática da Libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. *Extensão e Comunicação*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia da Autonomia***:** saberes necessários à prática educativa. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Conscientização.* São Paulo: Cortez, 2016.

GALDINO, J. W. *Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense***,** 2010. TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>.Acesso em 23 jan. 2016.

GENTIL, H. S. *Formação docente*: no balanço da rede entre políticas e movimentos sociais. 2002, f.136. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós- Graduação em Educação, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://sabi.ufrgs.br/F/KHQT3J1E8DQ38JULEFLL9LFYYJ6RDTKEXUJIM1X6FH1BTNSRKP-29134?func=find-a-0>Acesso em 24 jan. 2016.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Cadernos do Cárceres***:** Volume 2: Os intelectuias. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Escritos Políticos***.** Volume 2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos de Cárcere***.** Volume 1: Introdução aos estudos da filosofia. A filosofia de Benedito Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOVERNO FEDERAL. *Saberes da Terra***:** Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada com qualidade social e profissional para agricultores/as familiares. Brasília: SECAD, 2005.

HAESBAERT, R. *Da desterritorialização a multiterritorialidade.* Disponível em: <file:///D:/Mestrados/Territ%C3%B3rio/HAEBAERT,%20Rogerio%20.%20da%20desterritorializa%C3%A7%C3%A3o.pdf> .Acesso em: 03/08/2016.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2> Acesso em: 04/05/2016.

JAPIASSÚ. H. *Dicionário Básico de Filosofia.* Rio de Janeiro, 2001.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 4. ed. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 1996.
LEITE, M. J. S. *Movimentos sociais e processos educativos: a constituição do sujeito coletivo na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas*, 2012. TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>.Acesso em 23 jan. 2016.

MAGALHÃES, B. A. C. S. *Educação do campo, poder local e políticas públicas:* a Casa Familiar Rural de Gurupá-PA, uma construção permanente. 2009. 128 f.: Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Disponível em: <http://www.ppged.com.br/>. Acesso em: 22 jan. 2016.

MARTINS, E. *Trabalho, educação e movimentos sociais***:** um estudo sobre o saber e a atuação polpitica dos pescadores da Colônia Z-16 no município de Cametá-PA. 2011. 114 f. ; Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <http://www.ppged.com.br/>. Acesso em: 22 jan. 2016.

MANZINI, E. J. *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MATTOS, B. H. M. *Educação do campo e práticas educativas de convivência com o semiárido: a escola Família Agrícola Dom Fragoso*. 2010. TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>. Acesso em 23 jan. 2016.

MEIHY, J. C. S. B. *História oral:* como fazer, como pensar/ José Carlos Sabe Bom Meihy, Fabíola Holanda. São Paulo. Contexto, 2007.

_____. Definindo historia oral e memória. In: *Cadernos Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU).* Nº 5 –serie 2. São Paulo, 1994.

MELO, Marcos Antônio Lirio de, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *O espírito, o corpo e o jogo: intelectuais orgânicos coletivos na ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre) e suas formulações e ações em torno das políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação*, 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2015. Disponível em:

<http://sabi.ufrgs.br/F/KHQT3J1E8DQ38JULEFLL9LFYYJ6RDTKEXUJIM1X6FH1BTNSRKP-29134?func=find-a-0>. Acesso em 24/01/ 2016.

MIRANDA, S. A. *Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais*: saber-poder e gênero. 2008. TESE (Doutorado em Educação),Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós- Graduação em Educação. Belo Horizonte, 2008. . Disponível em: *<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/489/search?order=DESC&rpp=20&sort_by=0&page=13&query=movimentos+sociais&etal=0>*. Acesso em 24/-01/2016.

MOREIRA, E. S. S. *Movimento social amazônico em defesa de territórios e de modos de vidas rurais:* estudo sociológico no Baixo Xingu. 2008. 278 f: Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Belém, 2008. Disponível <http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>. Acesso em: 18/01/ 2016.

NEVES, J. V. *Projetos vividos representações construídas:* as representações sociais que mulheres e homens do assentamento CIDAPAR possuem sobre os saberes que buscam na escola para os sues projetos de vida. 2007. 258 f.: Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, 2007. Disponível em: <http://www.ppged.com.br/>. Acesso em: 22/01/2016.

NASCIMENTO, C. F. *Histórias de vida de professoras negras:* trajetórias de sucesso, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso, Programa de Pós- Graduação em Educação, Cuiabá, 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php?autor_nome=lideran%E7a+sindical&ano_base=&palavra_chave=educa%E7%E3o&orientador= >. Acesso em 24/01/2016.

OSVALDO, D. *Metodologia científica:* desafios e caminhos. São Paulo: Paulus, 2009.
OLIVEIRA, I. P. *Filosofia da Educação: reflexões e debates.* 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, A. M. A. *Movimento social indígena e participação política:* a contribuição da COIAB na formação de lideranças.2012. 81 f.; Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2012. Disponível <http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>. Acesso em: 18 jan. 2016.

OLIVEIRA, K. L. *Gramsci e os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora: contribuição à educação na perspectiva da emancipação humana***.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>. Acesso em 23 jan. 2016.

OLIVEIRA, J. L. *O marxismo como teoria revolucionária na formação político-educativa dos trabalhadores versus a formação político-sindical cutista:* um exame onto-crítico, 2012.

TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>. Acesso em 23 jan. 2016.

OLIVEIRA, A. *Movimentos Sociais na Paroquia do Rosário São Benedito na década de 1980:* uma educação libertadora?. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso, Programa de Pós- Graduação em Educação, Cuiabá, 2008. . Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php?autor_nome=lideran%E7a+sindical&ano_base=&palavra_chave=educa%E7%E3o&orientador= >. Acesso em 24 jan. 2016.

PALHETA, R. P. *Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena:* um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais. Belém, 2004. 140 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2004. Disponível <http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>. Acesso em: 15 jan. 2016.

PANTOJA, A. R. R. L. *Terra de revolta:* campesinato, experiências sócio-culturais e memórias cabanas entre a voz e a letra. 2010. 347 f.: Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010. Disponível <http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>. Acesso em: 18 jan. 2016

PEDRO, V. V. *Movimento Social pela criação e defesa da RESEX renascer - Pará:* da estratégia de ação ao plano de manejo. 2012. 172 f. (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2012. Disponível < http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/dissertacao>. Acesso em: 15 jan. 2016.

PEREIRA, Erialdo Augusto. Avaliação Formativa e Pedagogia da Alternância: uma experimentação pedagógica na Escola Familiar Agrícola de Porto Nacional-ToIn: *Revista de Formação por Alternância, Brasília*: União Nacional das Escolas Familiares Agrícolas do Brasil, 2005. V1

Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <http://www.ppged.com.br/>. Acesso em: 22 jan. 2016.

Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>. Acesso em 23 jan. 2016.

Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Mato Grosso. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ufmt/unidade/?l=ppge>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Pós-graduação em educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/pagina.php?page=posgraduacao>. Acesso em: 24 jan. 2016.
Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgedu/>. Acesso em: 24 jan. 2016.

REIS, S. M. A. O. *Mulheres camponesas e culturas do escrito:* trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBS. 2014. TESE (Doutorado),Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós- Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/489/search?order=DESC&rpp=20&sort_by=0&page=13&query=movimentos+sociais&etal=0>. Acesso em 24 jan. 2016.

RODRIGUES, D. S. *Saberes sociais e luta de classes:* um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16 - Cametá/Pará.2012. 335 f.: Tese (Doutorado em Educação) .Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://www.ppged.com.br/>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SANTANA, E. *Conexões: movimento social, educação popular e cinema:* A experiência do Movimento dos Atingidos por Barragens de Chapada dos Guimarães MT com o Cinema Circulante. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso, Programa de Pós- Graduação em Educação, Cuiabá, 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php?autor_nome=lideran%E7a+sindical&ano_base=&palavra_chave=educa%E7%E3o&orientador= >Acesso em 24 jan. 2016.

SANTOS, A. V. P. A *Relevância dos movimentos sociais de base na construção de trajetórias de desenvolvimento nas organizações***:** estudo comparativo entre o papel da APAEB (BA) e COOPEFRUT (PA). 2012. 125 f.: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012. Disponível < http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/dissertacao>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SAMPAIO, P. M. *Economia da Borracha na Amazônia*. 1. ed. Belém: Estudos Amazônicos, 2015.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. *A Escrita da História: novas perspectiva*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 2011.

SILVA, H. W. S. *Formação e resistência do MST no Pará.* 2003. xii,134 f. ; Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia Belém, 2003. Disponível <http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>. Acesso em: 18 jan. 2016.

SILVA, A. E. P. **A** *Organização social da colônia de pescadores de Imperatriz zona 29 (CPIZ-29), estado do Maranhão***.** 2005. 98 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2005. Disponível em:

<http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SILVA, K. V. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, T. S. N. *Movimentos sociais e diretrizes operacionais para a educação básica na escolas do campo:* para além dos limites institucionais e estruturais. 2008. 150 f.; Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008. Disponível em: <http://www.ppged.com.br/>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SILVA, M. A. *Trajetórias de mulheres negras líderes de movimentos sociais em Araraquara - SP***:** estratégias sociais na construção do modo de vida**.** 2011. TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>. Acesso em 23 jan. 2016.

SILVA, F. L. *A Natureza me Disse*. Natal: Flecha do Tempo, 2007. Disponível em<http://www.educampoparaense.com.br/publicacao/a-natureza-me-disse>. Acesso em: 30 agos. 2016.

SIQUEIRA, S. M. M. *Matrizes Históricas dos Movimentos Sociais:* entre a cidadania nos limites do capital e a busca pela emancipação humana**,** 2006. TESE (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2015/>.Acesso em 23 jan 2016.

SOUSA, F. N. *Participação social e alternativas de desenvolvimento na transamazônica:* a ONG ASSEEFA e os PDSs de Anapu-PA.2007. xiii, 120 f. : Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007. Disponível <http://bibcentral.ufpa.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>. Acesso em: 18 jan. 2016.

SOUZA, E. P. *Nossa luta, nosso sonho***:** História e acontecimentos, passado, presente e futuro. Gurupá, 2016.

SUNG, J. M. A irracionalidade da modernidade, idolatria e a teologia da libertação. In: BRIGHENTI, A. HERMANO, R. (Org). *A Teologia da libertação em Prospectiva*. São Paulo: Paulus /Pualinas, 2013.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operaria inglesa*: A árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Miséria da Teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

THOMPSON, P. *A Voz do Passado***:** hitória oral. Tradução de Lólio lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, G. Orgulho de ser Gurupaense. Disponível me <http://gilvandro-gilvandrotorres.blogspot.com.br/> Aceso em junho de 2016.

WAGLEY. C. *Uma comunidade Amazônica***:** estudo do homem no trópico. 2. ed. São Paulo, Ed . Nacional Brasília INL, 1977.

ANEXO

Termo de autorização

Termo de autorização para o uso de imagens e entrevistas.

Eu, Manoel do Carmo de Jesus Pena, esclarecido sobre os objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa, autorizo a pesquisadora Maria do Socorro da Silva Guimarães, mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará, o uso de minha imagem fotográfica e entrevistas, na pesquisa, publicações cientificas, eventos científicos (locais, nacionais e internacionais) e em divulgações em mídias eletrônicas. Estou ciente sobre a finalidade das imagens e entrevistas como uma fonte importante para o objeto da pesquisa, "As lutas e conquistas de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da educação a Amazônia, Pará, Ilha Marajó, Gurupá".

Data, 16 de abril de 2016.

Pesquisado

Manoel do Carmo de Jesus Pena

Pesquisadora

Maria do Socorro da S. Guimarães